

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ADRIELI SIGNORATI

**CARACTERIZAÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE
NA ZONA DE AMORTECIMENTO
DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, PATO BRANCO- PR**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO
2018

ADRIELI SIGNORATI

**CARACTERIZAÇÃO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE
NA ZONA DE AMORTECIMENTO
DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, PATO BRANCO- PR**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Ambiente e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Campanha Bechara

PATO BRANCO
2018

S578c Signorati, Adrieli.
Caracterização e percepção ambiental da comunidade na zona de amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa, Pato Branco - PR / Adrieli Signorati. – 2018.
113 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Campanha Bechara
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2018.
Bibliografia: f. 91 - 98.

1. Meio ambiente - Avaliação. 2. Conservação da natureza. 3. Áreas de conservação de recursos naturais. 4. Análise multivariada. I. Bechara, Fernando Campanha, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD 22 ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 130

Título da Dissertação

Caracterização e percepção ambiental da comunidade na zona de amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa, Pato Branco (PR).

Autora

Adrieli Signorati

Esta dissertação foi apresentada às 13h30min do dia 27 de março de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Ambiente e Sustentabilidade – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Fernando Campanhã Bechara – UTFPR
Orientador

Prof. Dr. HUILQUER FRANCISCO VOGEL - UNESPAR
Examinador

Prof. Dr. Solon Jonas Longhi – UTFPR
Examinador

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Gilson Ditzel Santos
Coordenador do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

AGRADECIMENTOS

Durante nossa vida, encontramos inúmeros desafios em busca de nossos sonhos, e em frente a esses, inúmeras pessoas se fazem presentes ao nosso lado. A estas, não poderia deixar de expressar minha gratidão.

Agradeço meus pais, José e Salete, os quais sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado, depositando confiança em mim, em especial ao meu irmão Mateus, o qual sempre me incentivou, buscando sempre me ajudar no possível e me cobrando para que eu desse o meu melhor.

Ao meu orientador Fernando, pelo apoio e dedicação a elaboração desta dissertação. Obrigada por dedicar muito do seu tempo, empenhando-se, com esforço e atenção nas revisões. As suas orientações foram muito valiosas.

Agradeço aos professores Raoni e Solon, que ajudaram no desenvolvimento de etapas importantes do meu trabalho, a colaboração de vocês foi de extrema importância.

Agradeço amigos e colegas, pela prestimosa colaboração, amizade e espírito de entreatajuda, dentre estes em especial a minha amiga Maikely, que me ajudou em uma etapa árdua e cansativa deste trabalho, mas muito importante, que foi a aplicação dos questionários.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela oportunidade e a todos os professores que pertencem a esse, por me proporcionar conhecimentos nesse processo de formação profissional. Agradeço também a CAPES pela bolsa concedida durante o mestrado.

E finalmente agradeço a Deus, por tornar possível a realização destes agradecimentos, pelas oportunidades, pelos bons amigos que fiz durante esse processo e pela ajuda constante para enfrentar todos os obstáculos que surgiram na minha jornada.

“Entre as imagens que mais profundamente marcaram minha mente, nenhuma excede a grandeza das florestas primitivas, poupadas da mutilação pela mão do homem. Ninguém pode passar por essas solidões intocadas, sem sentir que existe mais dentro do homem do que a mera respiração do seu corpo”

(Charles Darwin).

RESUMO

SIGNORATI, Adrieli. **Caracterização e percepção ambiental da comunidade na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa - PR**. 2018. 114 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

As Unidades de Conservação (UCs) são compreendidas como sendo o espaço territorial e os seus recursos ambientais, instituídas pelo poder público, que tem por objetivo principal a conservação, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Os Parques Estaduais necessitam obrigatoriamente de uma Zona de Amortecimento (ZA). A ZA consiste no entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, no qual se tem o intuito de reduzir os impactos negativos do entorno na unidade. Uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais é a própria percepção e valores que os indivíduos da comunidade trazem consigo. Os trabalhos que avaliam a percepção ambiental do indivíduo com o meio, servem como instrumentos educativos e transformadores, quando propiciam às condições de reflexão da relação homem e meio ambiente. O objeto de estudo desse trabalho é a comunidade pertencente a ZA do Parque Estadual Vitório Piassa (PEVP), Pato Branco-PR. O presente trabalho teve como objetivo diagnosticar a percepção ambiental da comunidade do entorno do PEVP e os atores sociais envolvidos. Foi estabelecido uma ZA de 500 m de *buffer*, e depois classificado o uso e ocupação do solo das áreas pertencente a esse zoneamento. Aplicou-se um questionário sobre percepção ambiental na comunidade da ZA do Parque, em uma amostragem de 143 entrevistados. Com os dados deste questionário foi realizada uma análise estatística multivariada pelas técnicas de análise fatorial e análise discriminante. Através da análise fatorial foi possível elencar as questões mais significantes da pesquisa que foram sobre: i) localização do Parque; ii) importância das áreas verdes; iii) lazer; iv) educação ambiental; v) pesquisas e estudos nessas áreas; vi) concordância com a implantação e infraestrutura do Parque. Por meio da análise discriminante constatou-se que houveram distinções nas respostas dos entrevistados em função das classes sociais avaliadas (sexo, idade, residência, renda familiar, escolaridade e profissão), algumas mais evidentes, como o local de residência dos mesmos. Estas informações podem ser úteis para uma melhor gestão do Parque. Apesar do PEVP ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada dentro de zona urbana, não é simplesmente uma área verde. Os órgãos gestores, como também a população do município devem ser sensibilizados, utilizando para a conservação da natureza pelo seu uso através de educação ambiental, ecoturismo e contemplação da natureza, e não visar simplesmente o lazer convencional de massa de alto impacto ambiental.

Palavras-chave: Diagnóstico Ambiental; Zona de Entorno; Unidades de Conservação; Análises Multivariadas.

ABSTRACT

The Conservation Units (CUs) are understood as being a territorial space and its environmental resources, and the institutions by the public power, whose main principle is a conservation system, while guaranteeing protection. The State Parks obligatory need a Damping Zone (DZ). The ZA consists of the surroundings of a CU, where activities should be submitted to restrictions, which are not able to become negative. One of the difficulties for the protection of the natural environments is the perception and values that people bring with it. The studies that evaluate the environmental perception of individuals serve as educational and transformative instruments, when they provide the conditions for reflection on the relation between society and the environment. The study object of this work is the community belonging to the DZ of the Vitória Piassa State Park (VPSP), Pato Branco - PR. We diagnosed the environmental perception of the community around the Park and the social actors involved. The DZ was established with a 500 m buffer, and then the land use and occupation was classified. A questionnaire on environmental perception was applied in the Park DZ community, sampling 143 interviewees. With this data a multivariate statistical analysis was carried out by the techniques of factorial and discriminant analysis. Through the factorial analysis it was possible to list the most significant questions of the research that were about: i) location of the Park; ii) importance of green areas; iii) leisure; iv) environmental education; v) research and studies in these areas; vi) agreement with the implementation and infrastructure of the Park. Discriminant analysis showed that there were distinctions in answers according to the social classes evaluated (sex, age, residence, family income, schooling and occupation), some more evident, such as the local of residence of the interviewees. This information can be useful for a better management of the Park. Although the VPSP is an Integral Protection Conservation Unit located within an urban area, it is not simply a green area. The management organs as well as the population of the municipality should be stimulated for the conservation of the nature in the Park, by its use through environmental education, ecotourism and contemplation of the nature, and not simply aim at the mass leisure of high environmental impact.

Keywords: Environmental Diagnosis; Damping Zone; Conservation Units; Multivariate Analysis.

LISTA DE SIGLAS

PEVP – Parque Estadual Vitório Piassa

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UCs - Unidades de Conservação

ZA – Zona de Amortecimento

LISTA DE FIGURAS

FIG 1. <i>BUFFER</i> DE 500 M DA ZONA DE AMORTECIMENTO.....	45
FIG 2. <i>BUFFER</i> DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	47
FIG. 3. PERFIL DOS ENTREVISTADOS DO ENTORNO.QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	49
FIG 4. PREOCUPAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE O MEIO AMBIENTE. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	50
FIG 5. CONTATO COM A NATUREZA E FREQUÊNCIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	51
FIG 6. NOTA (0- RUIM, 1- REGULAR, 2- BOM, 3- ÓTIMO E 4 – EXCELENTE) EM RELAÇÃO A IMPORTÂNCIA DO LAZER, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PESQUISAS EM ÁREAS NATURAIS. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	53
FIG 7. CONHECIMENTO DO ENTREVISTADO SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE E SUA DENOMINAÇÃO PARQUE ESTADUAL E CONCORDÂNCIA DO MESMO COM A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	54
FIG 8. FREQUÊNCIA DE VISITA MENSAL E VALOR DE ENTRADA SUGERIDO PARA A COBRANÇA DE ENTRADA NO PARQUE. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	55
FIG 9. IMPORTÂNCIA DE ENCONTRAR PAZ E TRANQUILIDADE NO PARQUE, OBSERVAR PLANTAS E ANIMAIS E PRATICAR DE ESPORTES NO PARQUE. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	57
FIG 10. OPINIÃO DO ENTREVISTADO EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS E RECURSOS NATURAIS DO PARQUE, BEM COMO A APROVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DESTE. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	58
FIG 11. FIG 11. A LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ATENDERÁ AS NECESSIDADES DE QUEM RESIDE NA ZONA RURAL DA CIDADE, NO ENTORNO, EM OUTRAS CIDADES E EM OUTROS BAIROS. QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL APLICADO NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, 2017.....	60
FIG 12. GRÁFICO DE ORDENAÇÃO BIDIMENSIONAL DOS COMPONENTES PRINCIPAIS AVALIADOS PELA TÉCNICA DE ESCALA IDEAL.....	64
FIG 13. HISTOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS DO SEXO MASCULINO, OBTIDO PELA FUNÇÃO DISCRIMINANTE CANÔNICA.....	68

FIG 14. ORDENAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS CLASSES DE IDADES, CONSIDERANDO AS DUAS PRIMEIRAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES.....	72
FIG 15. ORDENAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS PROFISSÕES, CONSIDERANDO AS DUAS PRIMEIRAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES.....	76
FIG 16. ORDENAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS RESIDÊNCIAS, CONSIDERANDO AS DUAS PRIMEIRAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES.....	79
FIG 17. ORDENAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS EM SEUS RESPECTIVOS GRAUS DE ESCOLARIDADES, CONSIDERANDO AS DUAS PRIMEIRAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES.....	83
FIG 18. ORDENAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS RENDAS, CONSIDERANDO AS DUAS PRIMEIRAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CONFORME CATEGORIA E ÁREA DE ABRANGÊNCIA EM KM ² NO BRASIL.....	26
TABELA 2. NÚMEROS DE PARQUES NA ESFERA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	27
TABELA 3- RELAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS DO PARANÁ.....	33
TABELA 4 - ESTATÍSTICA DOS TESTES DE MEDIDA KAISER-MEYER-OLKIN (KMO) DE ADEQUAÇÃO DE AMOSTRAGEM E ESFERICIDADE DE BARTLETT....	61
TABELA 5 - VARIÂNCIA EXPLICADA PARA A SELEÇÃO DOS FATORES (COMPONENTES) PRINCIPAIS.....	61
TABELA 6 – COMPONENTES PRINCIPAIS (FATORES) COM A CORRELAÇÃO DAS RESPECTIVAS VARIÁVEIS. MÉTODO DE EXTRAÇÃO: ANÁLISE DO COMPONENTE PRINCIPAL. MÉTODO DE ROTAÇÃO: VARIMAX COM NORMALIZAÇÃO DE KAISER.....	62
TABELA 7 - COMUNALIDADE (C) E VARIÂNCIA ESPECÍFICA (VE) DAS QUESTÕES AVALIADAS PELOS VISITANTES DO PARQUE.....	65
TABELA 8 - ESTATÍSTICA DA SELEÇÃO DAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES CANÔNICAS PARA O SEXO DOS VISITANTES DO PARQUE.....	66
TABELA 9 - CORRELAÇÕES DAS QUESTÕES SOLICITADAS AOS ENTREVISTADOS COM A FUNÇÃO DISCRIMINANTE, EM ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA PARA O SEXO DOS VISITANTES DO PARQUE	67
TABELA 10 - RESULTADOS DA CLASSIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS DE ACORDO COM O SEXO.....	68
TABELA 11 – ESTATÍSTICA DA SELEÇÃO DAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES CANÔNICAS PARA A IDADE DOS VISITANTES DO PARQUE	69
TABELA 12 - CORRELAÇÕES DAS QUESTÕES SOLICITADAS AOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES EM FUNÇÃO DA IDADE DOS MESMOS.....	70
TABELA 13 - CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS ENTRE AS CLASSES DE IDADE.....	71
TABELA 14 - ESTATÍSTICA DA SELEÇÃO DAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES CANÔNICAS PARA A PROFISSÃO DOS VISITANTES DO PARQUE	73
TABELA 15 - CORRELAÇÕES DAS QUESTÕES SOLICITADAS AOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES EM FUNÇÃO DA PROFISSÃO DOS MESMOS.....	73
TABELA 16 - CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS ENTRE AS PROFISSÕES PARA A RESIDÊNCIA DOS VISITANTES DO PARQUE.....	75
TABELA 17 - ESTATÍSTICA DA SELEÇÃO DAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES CANÔNICAS.....	77
TABELA 18 - CORRELAÇÕES DAS QUESTÕES SOLICITADAS AOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES EM FUNÇÃO DA RESIDÊNCIA DOS MESMOS.....	77
TABELA 19 - CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM FUNÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DOS MESMOS.....	78

TABELA 20 – ESTATÍSTICA DA SELEÇÃO DAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES CANÔNICAS PARA O GRAU DE ESCOLARIDADE DOS VISITANTES DO PARQUE.....	80
TABELA 21 – CORRELAÇÕES DAS QUESTÕES SOLICITADAS AOS ENTREVISTADOS EM FUNÇÃO DO GRAU DE ESCOLARIDADE.....	80
TABELA 22 - CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AO GRAU DE ESCOLARIDADE.....	82
TABELA 23 – ESTATÍSTICA DA SELEÇÃO DAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES CANÔNICAS PARA A RENDA FAMILIAR DOS VISITANTES DO PARQUE.....	84
TABELA 24 – CORRELAÇÕES DAS QUESTÕES SOLICITADAS AOS ENTREVISTADOS EM SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES DISCRIMINANTES EM FUNÇÃO DA RENDA FAMILIAR.....	85
TABELA 25 - CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO RENDA FAMILIAR.....	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA.....	16
2 OBJETIVOS	18
2.1 OBJETIVO GERAL.....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
2.3 HIPÓTESES.....	18
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	19
3.2 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC).....	22
3.3 PARQUES (NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL).....	27
3.4 PLANO DE MANEJO.....	28
3.5 ZONA DE AMORTECIMENTO E ENTORNO.....	30
3.6 PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	35
3.7 ANÁLISE MULTIVARIADA.....	39
4 METODOLOGIA	41
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	41
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
4.2.1 ESTABELECIMENTO DA ZONA DE AMORTECIMENTO (ZA) E DETERMINAÇÃO DAS CLASSES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	42
4.2.2 DIAGNÓSTICO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE DO ENTORNO.....	42
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5.1 ESTABELECIMENTO DA ZONA DE AMORTECIMENTO E DETERMINAÇÃO DA CLASSES E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	45
5.3 DIAGNÓSTICO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE DO ENTORNO.....	48
5.4 AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS (VISITANTES) DO PARQUE.....	60
5.4.1 QUESTÕES MAIS SIGNIFICATIVAS PELOS VISITANTES NA CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DO PARQUE.....	60
5.4.2 DIFERENCIAÇÃO DAS RESPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PARQUE PELOS VISITANTES EM FUNÇÃO DO SEXO, IDADE, PROFISSÃO, LOCAL DE RESIDÊNCIA, GRAU DE ESCOLARIDADE E RENDA FAMILIAR.....	66
6	889
6 CONSIDERAÇÕES	
6 FINAIS	889
7 RECOMENDAÇÕES DE MANEJO	90
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES	99

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a preocupação com a conservação e criação das áreas naturais só acontece tardiamente. No final do século passado, algumas pessoas se mostraram preocupadas com a questão ambiental e então propuseram a criação de Parques Nacionais, os quais se tornaram efetivos somente com a criação do Código Florestal em 1934, assim permitindo perspectivas para o surgimento das Unidades de Conservação (UCs).

As UCs são entendidas como sendo o espaço territorial e seus recursos ambientais, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado pela Lei Federal nº 9.985/2000 vem com o intuito de potencializar o papel das UCs, assegurando amostras razoáveis de diferentes populações, habitats e ecossistemas (BRASIL, 2000). As UCs são divididas em dois grupos: 1) área de proteção integral: onde o principal objetivo é a proteção natural, com normas mais restritivas; e 2) área de uso sustentável: onde se concilia a conservação da natureza com o uso sustentado dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Dentro das diferentes categorias existentes no grupo de UCs de proteção integral, há o “Parque Nacional”, que consiste na esfera federal. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), “Parque Nacional” é conceituado como:

“área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas” (MMA, 2014).

Os Parques quando são criados pelo Estado ou Município, são denominados, respectivamente, “Parque Estadual” e “Parque Natural Municipal”, os quais possuem as mesmas normas de funcionamento que o primeiro (BRASIL, 2000).

Posteriormente, a Constituição de 1937 reafirmou a legitimidade dos Parques Nacionais, sendo que neste mesmo ano, foi criado o primeiro Parque Nacional de Itatiaia, localizado no estado do Rio de Janeiro (SERRANO, 1997).

Durante muitas décadas a expansão do número de Parques foi bastante lenta, e apenas nos anos 70 foi colocado em pauta discussões sobre as áreas prioritárias para conservação da natureza legalmente protegida. Ressaltando que somente através do Decreto 84.017/1979, foi realizada a regulamentação dos Parques Nacionais Brasileiros (SERRANO, 1997). Uma evidência no descaso em relação as UCs, é o fato da demora para a elaboração do plano de manejo, como por exemplo o Parque Nacional de Itatiaia, o qual teve seu Plano de Manejo elaborado 40 anos depois da criação do Parque (AMARAL, 1998).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, acompanhada pela tendência mundial de maior preocupação ambiental, houve a multiplicação de áreas protegidas e realizações de conferências internacionais (OLIVEIRA, 2012, p.28). O art. 225 da Constituição Federal determinou o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, onde este é de uso comum do povo, e impondo-se o dever ao poder público e a coletividade a função de preservar e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Para a implantação de toda UC, é necessário que seja, primeiramente, feito o Plano de Manejo, que consiste em um documento com os objetivos gerais da UC, estabelecendo o seu zoneamento e as normas para proteção e uso dos recursos naturais. Também é importante para a posterior implantação das estruturas físicas necessárias nessa unidade, mesmo que às vezes esta ordem de prioridades inoportunamente seja invertida. Segundo o SNUC, o Plano de Manejo deve fixar diretrizes para o diagnóstico da UC, seu zoneamento, programa de manejo, prazos para avaliação e de revisão, bem como fases de implantação (BRASIL, 2000). É importante ressaltar que o Parque Estadual Vitória Piassa (PEVP), ainda não possui Plano de Manejo, sendo de grande urgência a elaboração desse. A elaboração do Plano de Manejo, não se resume apenas à produção do documento técnico. O processo de planejamento e o produto Plano de Manejo são ferramentas fundamentais, reconhecidas internacionalmente para a gestão da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2016).

Toda UC tem uma Zona de Amortecimento (ZA), exceto Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). A ZA conforme o SNUC consiste no entorno de uma UC, onde as atividades humanas estão submetidas a normas e restrições específicas, no qual se tem o intuito de reduzir os

impactos negativos do entorno na unidade (BRASIL, 2000). A ZA é importante para evitar os impactos negativos na UC, bem como estimular impactos positivos. No art. 27, inciso I, do SNUC fica claro que as UCs devem ter um Plano de Manejo no qual neste deve se “abrançar a área da unidade de conservação, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000).

A comunidade do entorno pode contribuir para a proteção das UCs e conservação da sua biodiversidade. Dessa forma, é de suma importância despertar a consciência crítica, sensibilizar e estimular a comunidade do entorno das UCs na proteção dos recursos naturais (PÁDUA; TABANEZ, 1997). De acordo com Ramos e Oliveira (2008), fica evidente a necessidade da inclusão dos seres humanos no processo de proteção da diversidade biológica, para que as UCs atinjam seus objetivos.

Portanto, estudos de percepção ambiental do entorno são fundamentais para uma melhor compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (FAGGIONATTO, 2007). A percepção ambiental torna-se a chave para as análises das relações de moradores de entorno com as UCs, pois busca a valorização da comunicação, assim como o bom funcionamento da unidade e, fundamentalmente, a conservação da biodiversidade (FERNANDES et al., 2004).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA

O Parque Estadual Vitório Piassa (PEVP) fica localizado em área urbana, próximo a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco. A gestão do Parque é compartilhada, fazendo parte desta: a Prefeitura Municipal de Pato Branco e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Atualmente, o Parque está na etapa de implantação, visto que houve um repasse para o investimento no mesmo, no valor de aproximadamente cinco milhões de reais. De acordo com o Plano de Trabalho elaborado pela Prefeitura do município, esse valor

foi destinado para toda parte de infraestrutura e logística, não tendo nenhuma parcela deste para a elaboração do Plano de Manejo.

Segundo a Lei do SNUC, art. 27, o Plano de Manejo de uma UC deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação (BRASIL, 2000). É importante ressaltar que o Parque foi criado em julho de 2009, conforme o Decreto Estadual 5.169/2009, e até o momento não possui Plano de Manejo. Isso é problemático, pois além de não estar em conformidade com a Lei, não deveria ter sido feita a etapa de implantação do Parque sem antes a elaboração desse documento, pois desta forma pode haver risco para a conservação e biodiversidade das espécies presentes e desconhecidas neste local. Por isso é de suma importância a elaboração urgente deste documento.

É primordial também estabelecer a ZA do entorno, pois por ser um Parque inserido em área urbana terá alto nível de interação com as pessoas deste entorno, dessa forma a ZA precisa ser determinada e conhecida. Em UCs é importante o diagnóstico da percepção ambiental da comunidade do entorno, sendo que na maioria dos Planos de Manejo aborda-se esse item em sua estrutura, servindo como importante instrumento de gestão e permitindo identificar quais os possíveis usos dessas áreas. A percepção ambiental ajuda a entender como os indivíduos apreendem o ambiente em que convivem, suas fontes de satisfação e insatisfação (FAGGIONATO, 2007).

De acordo com Ribeiro, Lorenzetto e Rodrigues (2003) os resultados do diagnóstico de percepção ambiental, fornecem bases para tendências, ações emergenciais, estratégias para controle de impactos de ações inadequadas e parâmetros para o zoneamento, além de permitir um maior conhecimento sobre os potenciais parceiros, para a busca de novas alternativas para solucionar possíveis problemas ambientais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Caracterizar o perfil socioambiental da comunidade do entorno do PEVP e os seus atores sociais envolvidos.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir a Zona de Amortecimento (ZA) do Parque e avaliar o seu uso e ocupação do solo;
- Diagnosticar a percepção ambiental da comunidade de entorno;
- Avaliar se as classes sociais dos entrevistados, que visitam o Parque, influem na caracterização e avaliação do mesmo.

2.3 HIPÓTESES

- A ZA está adequada e não oferece perigo de degradação do Parque?
- O uso e ocupação do solo no Parque respeita as leis e os princípios ecológicos?
- A comunidade do entorno do Parque é conhecedora das funções do mesmo?
- As opiniões da comunidade visitante do Parque variam em função de suas diferentes classes sociais (sexo, idade, profissão, residência, grau de escolaridade e renda familiar)?

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em âmbito mundial, o momento inicial em relação às Unidades de Conservação (UCs), foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872. Este Parque tinha por objetivo, preservar as belezas intocadas da natureza para as futuras gerações (BENSUSAN, 2006). A evolução do conceito de Parque Nacional evoluiu, em 1916, com a criação do *National Park Service* americano, sistema que foi reproduzido mundialmente (MORSELLO, 2001). Para Milano, “a criação do Yellowstone National Park foi um marco moderno da proteção de áreas naturais contra os processos destrutivos da ação humana” (MILANO, 2001, p. 4). Depois, com o mesmo propósito de Yellowstone foram sendo implantados novos Parques em diversas partes do mundo, como Canadá em 1885, Equador em 1934, Nova Zelândia em 1894, Argentina em 1903, Chile em 1926, Equador em 1934, Venezuela e também Brasil em 1937 (MILANO, 2002).

De acordo com Brito, a criação e existência de áreas protegidas surgiram inicialmente do fundamento da “socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cênicas existentes nesses territórios” (BRITO, 2003, p. 20), no qual na proteção contra a exploração de poucos indivíduos e mantida para o usufruto de todos para sempre (MORSELLO, 2001, p. 25). A partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone, se “determinou a impossibilidade de qualquer interferência ou exploração de recursos naturais, como madeira, minérios e outros, com a garantia da preservação do seu estado natural” (MILANO, 2001, p. 12).

No Brasil, o Código Florestal de 1934, criado pelo Decreto e Lei nº 23.793/34, foi o primeiro documento legal, o qual tratou de forma um pouco mais sistêmica os recursos florestais, conceituando pela primeira vez os Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Florestas Protetoras e Áreas de Preservação Permanente (BRITO, 2003). No Código Florestal de 1934, os Parques Nacionais foram conceituados como florestas remanescentes de domínio público, onde era proibido qualquer tipo de atividade que prejudicasse a flora e a fauna. Já as Florestas Nacionais eram chamadas de florestas de rendimento, onde se podia ter exploração econômica e, as

florestas protetoras eram consideradas as florestas remanescentes em propriedade privada, sendo de preservação perene (BRITO, 2003).

O brasileiro André Rebouças, inspirado na criação do Parque Nacional de Yellowstone, propôs em 1876 a construção de dois Parques Nacionais no Brasil, o Parque Nacional das Sete Quedas e Parque da Ilha do Bananal. Essa proposta foi uma importante iniciativa, pois se ampliou o espaço para a discussão e mobilização sobre o assunto, porém não foi efetivada na época.

O estabelecimento de áreas protegidas se iniciou em 1896 com a criação do Parque Estadual Alberto Löfgren, conhecido como Horto Florestal no Estado de São Paulo e em 1911 criou-se a Reserva Florestal no Acre. Após 57 anos, da proposta de André Rebouças houve então a criação do Primeiro Parque Nacional Brasileiro, o de Itatiaia, em 1937, localizado no estado do Rio de Janeiro (BRITO, 2003, p.22). Em 1939 foram criados mais dois Parques no Brasil, o Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos também no Rio de Janeiro (BENSUSAN, 2006). Foram criados na época, sem nenhum critério científico, apenas baseados na utilização estética e por questões políticas.

A Reformulação do Código Florestal em 1965 teve dentre as mudanças, a divisão conceitual entre as unidades que não permitiam a exploração direta dos recursos, e passaram a ser denominadas de restritivas ou de uso indireto, na quais os Parques Nacionais estavam inclusos, e a outra divisão que eram as áreas que permitiam tal exploração, foram denominadas não restritivas ou de uso direto (BRITO, 2003).

Os Parques Nacionais tinham como finalidade “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Nessas áreas é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais” (BRASIL, 1965).

No ano de 1967, foi criado pela Lei nº 289/67 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), no qual pertencia ao governo brasileiro vinculado também ao Ministério da Agricultura, no qual tinha como função tratar dos assuntos pertinentes e relativos a florestas e afins.

Em meados dos anos 70, instituições governamentais e das sociedades civis, criaram um plano que continham objetivos específicos e necessários para a

conservação da natureza no Brasil. Este plano propunha novas categorias para o manejo dos recursos naturais, os quais eram previstos na legislação da época. Porém nesta época não havia amparo legal para o sistema, o qual tornou evidente a necessidade de uma lei que reunisse os conceitos definidos e visasse fornecer mecanismos legais para a categorização e estabelecimento das UCs no Brasil.

Com o desenvolvimento do Movimento Conservacionista no âmbito mundial na década de 70, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), mais especificadamente em 1976, que tinha como objetivo, buscar a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, vinculada, entretanto, ao Ministério do Interior. Porém esse Ministério não apresentou responsabilidades com a conservação do meio ambiente, mas sim foi um dos principais responsáveis pela implantação estratégica do crescimento econômico acelerado, o que estava totalmente em contradição com as atribuições e funções do controle ambiental (BRITO, 2003).

Diante disso em 1981, foi implementada a Política Nacional de Meio Ambiente, através da Lei nº 6.938/81. Neste mesmo ano, pela mesma Lei, foi criado também o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sob a direção do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Definido como um conjunto articulado de instituições, entidades, regras e práticas da União, Estados e Municípios e de fundações instituídas pelo poder público, nos quais tinham como função, responsabilidade entre a proteção e melhoria da qualidade ambiental. Somente a partir desta lei, que houve um tratamento unitário com relação à defesa do meio ambiente no Brasil, o que até então era justificável por não ter definição legal (BRITO, 2003).

Na necessidade de uma maior valorização e conservação do meio ambiente, a Constituição Federal de 1988, iniciou com esse embate, onde em seu artigo art. 225, inciso I, parágrafo III expõe a:

“necessidade de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”. (BRASIL, 1988).

Diante disso fica-se cada vez mais evidente a necessidade de categorizar e estabelecer as UCs.

Em 1989 o IBDF foi extinto e criado então o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), pela Lei nº 7.735/89, instituído na tentativa de unificar a política ambiental brasileira, principalmente quanto à administração e gestão das UCs. As principais normas que tratam da gestão direta das UCs são as seguintes: 6.001/73; 9.433/97; 9.985/00; 4.887/03 e 12.651/12. Neste mesmo ano foi elaborada uma proposta de elaboração do SNUC, que foi encaminhada ao Congresso Nacional, mas que só veio a se tornar Lei no ano de 2000.

No dia 28 de agosto de 2007, foi criado pela Lei nº 11.516/97 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o qual é vinculado ao ao Ministério do Meio Ambiente (MMM) e integrado ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Este órgão tem como atribuições: “executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União” (BRASIL, 2007). É relevante ressaltar que esse Instituto surgiu de uma reestruturação do IBAMA, no qual anteriormente era responsável por tais funções.

3.2 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

Segundo Ministério do Meio Ambiente (MMA), após 12 anos, com discussões e debate sobre o assunto, o SNUC foi instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.340/2002, onde é composto por 12 categorias de Unidades de Conservação (UCs).

No SNUC, em seu art. 32, fica evidente que:

Os órgãos executores articular-se-ão com a comunidade científica com o propósito de incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a fauna, a flora e a ecologia das unidades de conservação e sobre formas de uso sustentável dos recursos naturais, valorizando-se o conhecimento das populações tradicionais (BRASIL, 2000).

Os objetivos se diferenciam, quando se refere ao tipo de UC, ou seja, à forma de proteção e o usos permitidos nestas e também critérios e normas para implantação e gestão das UCs. O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UCs, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais

UCs, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representados no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo: federal, estadual e municipal (MMA, 2014).

O MMA comenta que a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão é possibilitar que as UCs, além de terem os objetivos de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem emprego, renda desenvolvimento e que proporcione uma melhora na qualidade de vida das populações locais e também do país como um todo.

De acordo com o art.4 da Lei Federal nº 9.985/2000, o SNUC tem os seguintes objetivos (BRASIL, 2000):

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, Cap. II, Artigo 4º, incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII).

A gestão do SNUC é realizada com a participação das três esferas do poder público, de acordo com o art. 6 do SNUC. Primeiramente se tem o órgão central, que tem como objetivo coordenar o SNUC, sendo esse representado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), seguido do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que atua como órgão consultivo e deliberativo, na função de acompanhar a implementação do Sistema. Na seqüência há os órgãos executores do SNUC, que tem por finalidade implementá-lo e subsidiar as propostas de criação e administração

das UCs federais, estaduais e municipais, mas nas respectivas esferas de atuação: sendo que na esfera federal, é representado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no qual é responsável pela gestão de 321 UCs no Brasil e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em caráter supletivo; nas esferas estadual e municipal, pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente (MMA, 2014).

No Brasil, segundo Silva, Xavier e Braz (2014), as UCs são áreas constituídas pelo poder público, com o objetivo de proteger a flora, fauna, solos, recursos hídricos, paisagens e processos ecológicos que ocorrem nos ecossistemas naturais. Representam a condição básica para que ocorra a conservação e perpetuação da diversidade ecológica, na qual contribuem para a manutenção dos modos de vida dos povos tradicionais associados à proteção a natureza.

Entende-se como Unidade de Conservação, de acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000:

Espaço territorial e seus recursos naturais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". (BRASIL, 2000).

De acordo com Sabbagh (2012), dentre os diversos objetivos das UCs pode-se destacar: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, promover o desenvolvimento sustentável a partir da conservação da natureza e dos recursos naturais, proteger espécies em extinção, proteger e recuperar os recursos hídricos e naturais necessários para a sobrevivência das populações tradicionais.

Conforme o art. 7 do SNUC, as UCs são divididas em dois grandes grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável, os quais apresentam características específicas e graus diferenciados de restrição do uso dos recursos naturais disponíveis (BRASIL, 2000).

As UCs de Proteção Integral têm como principal objetivo preservar a natureza, sendo admitido somente para o uso indireto de seus recursos naturais, em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico, por exemplo. Estão neste grupo as seguintes categorias, de acordo com o art. 8 do SNUC:

1) Estações Ecológicas (ESEC): área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional. 2) Reservas Biológicas (REBIO): área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual as únicas interferências diretas permitidas são a realização de medidas de recuperação de ecossistemas alterados e ações de manejo para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, podendo ser visitadas apenas com o objetivo educacional. 3) Parques Nacionais (PARNA): área destinada à preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas. 4) Monumentos Naturais (MN): área destinada à preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC. 5) Refúgios da Vida Silvestre (REVIS): área destinada à proteção de ambientes naturais, no qual se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural (MMA,2016).

As Unidades de Uso Sustentável têm como intuito compatibilizar a conservação com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, mantendo a biodiversidade e atributos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável. Neste tipo de UC compõe as seguintes categorias, conforme o art.14 do SNUC:

1) Áreas de Proteção Ambiental (APA): área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas. 2) Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIES): área com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas. 3) Florestas Nacionais (FLONA): área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação. 4) Reservas Extrativistas (RESEX): área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Permite visitação pública e pesquisa científica. 5) Reservas de Fauna (REFAU): área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas; adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. 6) Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS): área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Permite visitação pública e

pesquisa científica. 7) Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC (MMA, 2016).

Abaixo segue uma tabela consolidada, na qual mostra os números de UCs em nível federal, estadual e municipal, com suas respectivas categorias e tamanho de área.

Tabela 1 - Número de Unidades de Conservação conforme categoria e área de abrangência em km² no Brasil.

	CATEGORIA	Nº	ÁREA (KM²)
PROTEÇÃO INTEGRAL	Estação Ecológica	91	122.213
	Monumento Natural	42	1.407
	Parque Nacional/Estadual/Municipal	95	348.088
	Reserva Biológica	60	52.531
	Refúgio de Vida Silvestre	32	3.768
	TOTAL PROTEÇÃO INTEGRAL	586	528.007
USO SUSTENTÁVEL	Área de Proteção Integral	294	460.922
	Área de Relevante Interesse Ecológico	48	921
	Floresta Nacional/Estadual/Municipal	104	299.966
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	36	111.293
	Reserva Extrativista	90	144.570
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	782	5.517
	TOTAL USO SUSTENTÁVEL	1.354	1.023,189
	TOTAL GERAL	1.940	1.551,196

Fonte: Adaptado (CNUC/MMA, 2015).

Em sequência abaixo, apresenta-se uma tabela, onde mostra somente a categoria de Parques, onde engloba os números e a área em esfera nacional estadual e municipal.

Tabela 2 - Números de Parques na esfera nacional, estadual e municipal.

UC	CATEGORIA	Nº	ÁREA (KM²)
PROTEÇÃO INTEGRAL	Parques Nacionais	71	252.978
	Parques Estaduais	195	94.889
	Parques Municipais	95	221
TOTAL GERAL	998	361	348.088

Fonte: Adaptado (CNUC/MMA, 2015).

Pode-se perceber que em nível nacional, a categoria Parque Estaduais se destaca das demais, sendo a de maior número por todo nosso país. Dessa forma ressalta-se a importância e função desses, que é a preservação e conservação dessas áreas e seus componentes, bem como possibilitar a pesquisa científica e desenvolvimentos de atividades, como recreação, educação ambiental e turismo. No Brasil, os Parques Nacionais são a mais popular e antiga categoria UC.

3.3 PARQUES (NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)

Existe uma grande diversidade de categorias de Unidades de Conservação (UCs), mas dentre todas estas, destacam-se os Parques, que são de grande importância socioambiental. Vallejo (2002, p.1), ressaltou em seu trabalho, que “a criação de um parque significa a produção de um território cujos objetivos estão voltados para a proteção de atributos naturais valorizados pela sociedade no presente e para as gerações futuras”.

De acordo com o art.11 da Lei Federal nº 9.985/2000, o Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições

por este estabelecidas. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000).

Silva (2003) enfatiza a importância de espaços urbanos, como os Parques para atividades de lazer, práticas de esportes, bem como a contemplação da natureza. Ressalta-se que esses tipos de ambientes, podem fornecer serviços ambientais, como a conservação e conhecimento da biodiversidade local, diminuição da poluição sonora e do ar, dentre outros aspectos positivos. Ressalta-se ainda que a criação de Parques é indicada em áreas onde possuem um grande apelo à visitação.

Para Menezes (2005), é de suma importância, conservar fragmentos naturais em meio urbano, pois tem um alto potencial de realçar aspectos associados à qualidade ambiental, interferindo de forma positiva na qualidade de vida da população e amenizando problemas decorrentes da urbanização.

3.4 PLANO DE MANEJO

Na legislação vigente, Lei Federal nº 9.985/2000 em seu art. 2 prevê que o principal instrumento de gestão das UCs é o Plano de Manejo, definido como:

“documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000).

De acordo com o Instituto Chico Mendes (ICMBIO, 2016), o manejo e gestão adequados de uma Unidade de Conservação (UC), devem estar embasados não só nos conhecimentos dos elementos que compõe o espaço, mas também na interpretação da interação que ocorre nestes. É de suma importância conhecer os ecossistemas, os processos naturais, as ações antrópicas positivas e negativas que ocorrem e interferem, levando em consideração o uso que o homem faz dos territórios e os impactos atuais e futuros que este ocasionará de forma para auxiliar na elaboração de meios para conciliar o uso dos espaços com os objetivos de criação da UC.

O manejo de uma UC implica em elaborar e compreender o conjunto de ações necessárias para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no seu entorno ou interior, de modo a conciliar de maneira mais adequada possível em espaços apropriados, visando à conservação da biodiversidade.

No art. 27, inciso I da Lei Federal nº 9.985/2000 fica explícito que todas as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da UC, sua Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

Conforme o ICMBIO (2016), o Plano de Manejo, visa levar UC a cumprir com os objetivos que são estabelecidos na sua criação, definindo os objetivos específicos de manejo, orientando a gestão de manejo da UC e pelo conhecimento disponível ou/gerado.

A elaboração do Plano de Manejo é um processo contínuo que precisa de consultas e decisões com base no entendimento das questões ambientais, históricas, culturais e socioeconômicas que caracterizam a UC e a região onde esta se insere. Ele deve refletir um processo lógico de diagnóstico e planejamentos.

É importante ressaltar que o Parque Estadual Vitória Piassa (PEVP), que faz parte do presente estudo, ainda não possui Plano de Manejo, sendo de grande urgência a elaboração do mesmo. Lembrando que fica claro na Lei nº 9.985/2000, em seu art. 28 que “são proibidas, nas UCs, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos”.

Ressalta-se ainda no art. 28 do SNUC em seu parágrafo único.

Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais (BRASIL, 2000).

Fica evidente através da legislação do SNUC, que não é possível qualquer alteração ou atividade nas UCs que não estejam de acordo com os objetivos da área.

Pode-se perceber que em muitas UCs não é isso que ocorre e obras de implantações acontecem antes mesmo da elaboração do Plano de Manejo. De acordo com um estudo feito pela Imazon (2014) as áreas que não tem Plano de Manejo, conselho gestor, servidores e dinheiro, são as áreas que ocorrem a maior parte das destruições das UCs, equivalendo a uma taxa de 81%.

3.5 ZONA DE AMORTECIMENTO E ENTORNO

O Plano de Manejo das UCs deve definir uma Zona de Amortecimento (ZA) em seu entorno, na intenção de minimizar o impacto da ocupação e das atividades desenvolvidas próximas à UC. Esta zona objetiva disciplinar as atividades humanas a fim de promover a integridade ambiental da UC, bem como sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

O entorno das Unidades de Conservação (UCs) é também objeto de um zoneamento (Zona de Amortecimento), onde as atividades humanas estão sujeitas às restrições e normas que são específicas, com intuito de amortecer os impactos negativos diretos ocasionados pelas atividades, nas quais podem afetar de alguma forma a fauna, flora, recursos hídricos e os processos ecológicos que estão protegidos no interior dessas unidades, conforme está explícito no art. 2 do SNUC. Estas atividades podem ser: poluição, ruídos, invasão de espécies não típicas do local e maior ocupação humana (BRASIL, 2000).

No Decreto nº 4.340/2002, art. 20 aponta que compete ao conselho de unidade de conservação: VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua Zona de Amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (BRASIL, 2002).

A Lei Federal 9.085/2000, em seu art. 38 demonstra que ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às Zonas de Amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei (BRASIL 2002).

O conceito de ZA se baseia no fundamento que as UC não são “ilhas isoladas” e, diante disso mantêm ligações de troca de matéria e energia com o entorno. Da mesma forma, a fauna silvestre não reconhece os limites administrativos das UCs e assim ultrapassa suas fronteiras no ambiente que circulam (SILVA; XAVIER; BRAZ, 2014). Essa zona foi prevista para servir de filtro aos problemas ambientais que o meio externo gera e, essa medida, é de grande importância, pois com a diminuição de impactos negativos do exterior para o interior assegura-se um aumento na proteção e na integridade ecológica.

O art. 25 da Lei nº 9.985/2000, explana que as UCs, exceto as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), devem possuir uma ZA e, quando conveniente, corredores ecológicos. De acordo com a Resolução do CONAMA, Nº 013/1990, o órgão responsável por cada UC, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da UC. Onde se estabeleceu que a ZA devia consistir em um raio de dez quilômetros, onde qualquer atividade que possa afetar a biota, deveria ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente (BRASIL, 1990).

Porém houve mudança na regra, conforme nova Resolução CONAMA nº 473/2015. De acordo Resolução a ZA de UC sem plano de manejo diminuiu de 10 mil para 3 mil metros, nos casos de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/Rima). Conforme diz a resolução:

“§2º Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação da Resolução nº 473, de 11 de dezembro de 2015, o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas” (Resolução CONAMA nº 473/2015).

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/Rima, a ZA a ser considerada, para as UC que ainda não têm Plano de Manejo, é de 2 mil metros (Resolução nº 473/2015).

No primeiro parágrafo do art. 24 da Lei do SNUC, explica que o órgão responsável pela administração da UC deve estabelecer normas específicas que regulamente a ocupação e o uso dos recursos disponíveis tanto da ZA quanto dos

corredores ecológicos. Ressalta-se que os limites da ZA e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o parágrafo anterior poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente (BRASIL, 2002).

A Lei do SNUC não estabelece um limite rígido para a ZA, deixa claro que a sua delimitação fica a cargo do órgão gestor. Conforme já discutido neste estudo, a delimitação caso a caso da ZA justifica-se em virtude das especificidades ecológicas e socioeconômicas da região onde a UC se insere.

O órgão responsável pela administração da UC que deve estabelecer a ZA, não tendo um limite definido por lei, somente em caso que não há Plano de Manejo, se respeita a zona de 3 km ou até 2 km dependendo da situação que cita resolução 428/2010 (BRASIL, 2010). No entanto, mesmo se caracterizando como um espaço com restrições específicas, a ZA não pode ser considerada como parte integrante da UC, ficando sujeita apenas a uma espécie de zoneamento obrigatório com a regulação das atividades exercidas dentro de seus limites (EBREGT; GREVE, 2000).

De acordo com Prochnow e Dick (2012), os moradores que se localizam na ZA de uma UC, podem ter benefícios diretos dessa área protegida, pois elas têm o potencial de contribuir para a geração de renda e desenvolvimento regional e local, onde pode ter criação de cooperativas de ecoprodutos, programas de ecoturismo, além de incentivarem as atividades de pesquisas e processos educativos.

As comunidades do entorno, se tornam parte das UCs, na medida em que participam ativamente da mesma. É importante que seja trabalhado com a comunidade a possibilidade para a sustentabilidade e conservação dessa área.

Becker (2009, p. 18), ressaltou que nos tempos atuais é importante ter componentes para compreender e fazer a gestão das UC. A autora comentou que “um questionamento sobre sua finalidade se origina nas próprias populações por elas afetadas em suas legítimas demandas de melhoria de condições de vida, uma vez que a mera preservação não gera riqueza, trabalho, renda, habitação e serviços necessários para alcançar as melhorias desejadas”. Dessa forma fica evidente que as comunidades do entorno precisam de informações sobre a relação ser humano e natureza, qual a percepção que estes têm dessa ligação, do meio ambiente e dos problemas socioambientais. Trabalhando com estes tópicos, é possível refletir em instrumentos estratégicos que possam levar as ações sustentáveis nas UCs e também na ZA destas.

Com bases nos dados do Instituto Ambiental do Paraná - IAP (2017a, b), foi compilado um quadro, com informações dos 33 Parques Estaduais do Paraná, referente aos municípios pertencentes, ato de criação, Plano de Manejo, a área do Parque e área da ZA.

Tabela 3 - Relação dos Parques Estaduais do Paraná.

PARQUE ESTADUAL (PE)	MUNICÍPIOS	ATO DE CRIAÇÃO	PLANO DE MANEJO	ÁREA DO PARQUE (ha)	ÁREA DA ZONA DE AMORTECIMENTO (ha)
PE das Lauráceas	Tunas do Paraná e Adrianópolis.	Dec. 4.362/90	2002	27.524,32	108.238,00
PE da Serra da Esperança	Guarapuava, Prudentópolis e Turvo	Dec. 9.110/10	2009	6.939,0176	Não há
PE do Boguaçu	Guaratuba	Dec. 4.056/98	Não há	6.660,64	Não há
PE de Vila Velha	Ponta Grossa	Dec. 1292/53	2004	3.122,11	38.112,00
PE Serra da Baitaca	Piraquara e Quatro Barras	Dec. 5.765/00	Não há	3.053,21	Não há
PE Ilha do Mel	Paranaguá	Dec. 5.506/02	2013	2.760,00	Não há
PE Roberto Ribas Lange	Antonina e Morretes	Dec. 4.267/94	Não há	2.698,69	Não há
PE Pico do Marumbi	Morretes	Dec. 7.300/90	1996	2.342,41	1.542,67
PE Rio Guarani	Três Barras do Paraná	Dec. 2.322/00	2002	2.235,00	50.456,61
PE Lago Azul	Campo Mourão e Luiziana	Dec. 3.256/97	2005	1.749,01	82.260,34
PE da Graciosa	Morretes	Dec. 7.302/90	Não há	1.189,58	Não há
PE de Caxambu	Castro	Dec. 6.351/79	1985	968,00	Não há
PE Mata São Francisco	Santa Mariana e Cornélio Procópio	Dec. 4.333/94	2015	832,58	3.261,248
PE do Guartelá	Tibagi	Dec. 2.329/96	2002	798,97	52.579,54
PE do Vale Do Codó	Jaguariaíva	Dec. 1.528/07	Não há	760,00	Não há

PARQUE ESTADUAL (PE)	MUNICÍPIOS	ATO DE CRIAÇÃO	PLANO DE MANEJO	ÁREA DO PARQUE (ha)	ÁREA DA ZONA DE AMORTECIMENTO (ha)
PE da Mata dos Godoy	Fazenda Três Boca-Londrina/PR	Dec. 5.150/89	2002	690,1756	1.119,49
PE de Santa Clara	Candói, Foz do Jordão e Pinhão	Dec. 6.537/06	Não há	631,58	Não há
PE de Vila Rica do Espírito Santo	Fênix	Dec. 6.127/83	1987	353,86	1.553,55
PE do Cerrado	Jaguariaíva	Dec. 1.232/92	2002	420,40	500,00
PE de São Camilo	Palotina	Dec. 6.595/90	2006	385,34	3.059,46
PE Vila Rica do Espírito Santo	Fênix	Dec. 6.351/79 alt Dec. 3.279/11	2002	353,86	94.000,00
PE Ibicatu	Centenário do Sul e Porecatu	Dec. 2.301/80	2015	302,74	1.507,08
PE do Penhasco Verde	São Jerônimo da Serra	Dec. 457/91	Não há	302,57	Não há
PE do Monge	Lapa	Lei 4.170/60 e 8.575/92	2002	297,83	29.746,61
PE de Campinhos	Tunas do Paraná e Cerro Azul	Dec. 3.1013/60	2003	208,12	6.143,00
PE Amaporã	Amaporã	Dec. 20.847/56	2015	198	1.643,73
PE de Palmas	Palmas	1988 (versão preliminar)	1988	180,1228	Não há
PE Prof. José Wachowicz	Araucária	Dec. 5.766/02	Não há	119,05	Não há
PE do Rio da Onça	Matinhos	Dec. 3.825/81	2015	118,51	1.119,49
PE Vitório Piassa	Pato Branco	Dec. 5.169/09	Não há	107,2023	Não há
PE de Ibiporã	Ibiporã	Dec. 2.301/80	2015	74,05	487,29
PE da Cabeça do Cachorro	São Pedro do Iguaçu	Dec. 7.456/90	2006	60,98	1.654,95
PE João Paulo II	Curitiba	Lei. 8.299/86	Não há	4,63	Não há

Nota-se que casos similares com o Parque Estadual Vitório Piassa, o Parque Estadual do Ibiporã, criado no ano de 1980, tem área total de 74,05 ha e ZA de 487,29 ha; esse Parque localiza-se junto ao quadro urbano da cidade. Outro caso

similar é o Parque Estadual João Paulo II, criado no ano de 1996, que também é um Parque urbano de área pequena 4,63 ha; no entanto ainda não foi feito Plano de Manejo deste, nem estabelecimento da ZA.

Nesse quadro pode-se perceber que há muitos Parques que ainda não tem o Plano de Manejo e conseqüentemente não há uma ZA estabelecida.

3.6 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

As UCs, que são áreas naturais protegidas, devem seguir uma gestão de uma maneira que contemple os interesses das comunidades do entorno. O SNUC, a Lei nº 9.985/2000, versa sobre o envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões, na forma de gestão participativa. De acordo com Del Rio e Oliveira, (1996), a ferramenta de percepção ambiental pode ser utilizada em UCs, no qual tem por objetivo elencar estratégias para alcançar o equilíbrio no uso sustentável dos recursos naturais e minimizar os conflitos existentes nestas áreas.

Para um melhor planejamento e compreensão do ambiente urbano, fazem-se necessários estudos que enfoquem a percepção da população em relação ao meio ambiente, pois no uso cotidiano dos espaços, dos equipamentos e serviços urbanos, a população sente diretamente o impacto da qualidade ambiental (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996). Dessa maneira, pode-se perceber o quão é importante a articulação entre a comunidade do entorno e a UC, sendo um modo mais eficaz de se fazer um diagnóstico da percepção e também levar em conta o conhecimento tradicional dessas comunidades.

Pesquisas sobre o tema Percepção Ambiental se consolidaram com a criação na década de 60 do “Grupo de trabalho sobre a Percepção Ambiental” da União Geográfica Internacional - UGI (AMORIM FILHO, 2007), sendo que a evolução dos estudos em percepção ambiental ampliou-se de muitas iniciativas que aplicam esse conceito. Um exemplo é o projeto 13, que foi criado pela UNESCO, intitulado “Percepção de Qualidade Ambiental”, no qual deu-se ênfase na importância da pesquisa em percepção ambiental para planejamento do meio ambiente.

A importância de pesquisas em percepção ambiental deve-se ao fato de ser uma investigação de atitudes, valores, necessidades e expectativas que determinados sujeitos têm em relação ao seu meio vivencial. Muitas das dificuldades para a

proteção e conservação dos ambientes naturais estão na existência de diferentes percepções de valores, culturas, diversos grupos socioeconômicos e assim que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes.

O diagnóstico da percepção ambiental tem por objetivo fornecer elementos e dados que auxiliem no entendimento e conhecimento da dinâmica ambiental e socioeconômica do interior e entorno da UC, sendo que a partir desses dados obtidos é possível estabelecer o zoneamento ambiental da área. Para que esses dados sejam obtidos, é preciso utilizar-se de instrumentos que possam ser desenvolvidos através de consultas de documentação, entrevistas, questionários, trabalhos de campo, mapeamento de fatores antrópicos, bióticos e abióticos e sua relação no contexto social, dentre outros métodos (RIBEIRO; LORENZETTO; RODRIGUES, 2003).

Através dos resultados obtidos com um diagnóstico podem-se ter bases para ações e estratégias de emergências para o controle de impactos que ocasionam consequências negativas que são provocadas por ações inadequadas, além de permitir maior conhecimento para buscar alternativas novas para solucionar os possíveis impactos que possam ocorrer ou que já esteja acontecendo (RIBEIRO; LORENZETTO; RODRIGUES, 2003).

O estudo da percepção ambiental e compreensão entre a relação homem e ambiente, engloba as expectativas, satisfações, condutas e julgamentos (FERNANDES et al., 2004). A percepção ambiental também pode ser definida como a tomada de consciência do ambiente pelo homem, no qual consiste no ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (FAGGIONATO, 2007).

Miranda (2007), apontou em seu trabalho, que a percepção do ambiente em que o ser humano vive, serve como um meio primordial para construir o conhecimento e também a sensibilização ambiental. Diante de tantas informações, os indivíduos, são condicionados a selecionar somente as que têm maior interesse ou as que chamem sua atenção, é a partir disso que ocorre a percepção, onde a resposta virá com estímulos que vão conduzir a um comportamento.

É possível melhorar a percepção dos indivíduos, quando se faz intervenções a eles, quando se percebe que o ritmo natural do ambiente mudou em decorrências das ações e necessidades do homem. Dessa forma é de suma importância que o ser humano reveja seus atos e as consequências ocasionadas no meio ambiente por

meio dessas; a partir do momento que o indivíduo percebe-se como ser pertencente a este meio, ele se sensibiliza (FERNANDES et al., 2004).

Santos et al. (2000), ressaltaram que os trabalhos que avaliam a percepção ambiental do indivíduo com o meio, servem como instrumentos educativos e transformadores, quando propiciam as condições de reflexão da relação homem meio ambiente e do quão esta é importante. Para Marczwski (2006), o estudo da percepção ambiental de uma comunidade, configura-se em uma ferramenta imprescindível para compreender a sensibilização e o desenvolvimento de posturas éticas e responsáveis perante o ambiente.

De acordo com Whyte (1978) pesquisas e projetos de percepção ambiental, auxiliam na compreensão e contribuição do uso racional dos recursos naturais, onde há a possibilidade de incluir a participação da comunidade no desenvolvimento e planejamento regional, na preservação das percepções e conhecimentos do ambiente que já são existentes pelas comunidades locais e entorno, bem como proporcionar uma relação harmônica entre conhecimento local (do ponto de vista do indivíduo, da população e da comunidade) com o conhecimento do exterior (abordagem científica tradicional) enquanto instrumento educativo e de transformação. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas).

A percepção ambiental pode ser utilizada para avaliar a degradação ambiental de uma determinada região, como o caso do Alto da Bacia do Limoeiro, Presidente Prudente, SP. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a degradação ambiental de uma área sujeita à especulação ambiental e imobiliária, especialmente a Bacia do Limoeiro. A análise dos dados perceptivos permitiu realçar e interpretar o processo de degradação, evidenciando a omissão dos órgãos públicos encarregados do licenciamento e monitoramento da urbanização (FERREIRA, 2001)

Estudos sobre percepção do ambiente são muito utilizados, como o caso do Bosque John Kennedy, Araguari, MG, estudado por Menezes (2011). O estudo teve como objetivo compreender a educação e percepção ambiental inserida no espaço urbano com a finalidade de despertar a tomada de consciência frente ao meio ambiente e especificamente a dinâmica do bosque, sendo realizado com a aplicação de questionários aos frequentadores em horário de funcionamento do Bosque.

Segundo o autor, a educação e percepção ambiental servem como uma defesa do meio natural, e ajuda a reaproximar o homem da natureza, garantindo um futuro com mais qualidade de vida para todos, já que desperta uma maior responsabilidade e respeito dos indivíduos em relação ao ambiente em que vivem.

Segundo Sues, Gonçalves Bezerra e De Carvalho Sobrinho (2013), os estudos que abordem a temática de percepção ambiental se justificam, pelo fato que tanto a sociedade quanto o Estado têm a obrigação de preservar o meio ambiente. No art. 225 da Constituição Federal de 1988, fica claro que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e que este é um bem de uso comum e essencial, no qual impõe-se ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

De acordo com a UNESCO (1997), uma das dificuldades para a conservação de ambientes naturais está presente nas várias percepções e valores que são atribuídos ao ambiente, entre indivíduos de culturas e classes sociais diferentes que têm papéis distintos nesses ambientes. Para Lermen (2008) a percepção ambiental está intimamente ligada à cultura, espaço, história, tempo e experiência de cada pessoa. A autora trata que a percepção ambiental não se restringe a investigar o que é natureza, mas notar que a interação entre as pessoas em si atinge e direciona a convivência com ela e vice-versa.

Viana et al. (2014), analisaram a percepção ambiental dos estudantes sobre os parques urbanos de Manaus, com intuito de melhor compreender suas necessidades direcionadas para o bem-estar, recreação, lazer e, para tanto, utilizaram-se de questionários que continham questões objetivas e subjetivas. A utilização deste questionário semiestruturado se apoiou na referência de Whyte (1978) que considera que questões fechadas, em um estudo de percepção.

De acordo com Candiani et al. (2004), a aplicação de entrevistas e/ou questionários, é uma metodologia para obter informação de forma sistemática e direta. Esta técnica é utilizada para a identificação de fatores que predispõe as motivações de um grupo, impulsionando ou restringindo suas atitudes.

Costa e Dos Santos (2015), realizaram um trabalho sobre percepção ambiental a alunos da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos, com intuito de promover mudança de hábitos, costumes e valores e estimulando a relação harmônica entre o homem e o meio ambiente e a qualidade de vida. Para isso,

também utilizaram-se de um questionário semiestruturado aplicado aos alunos, abrangendo perguntas a respeito do perfil dos estudantes e percepção ambiental.

De Paula Carvalho e Rodrigues (2015) realizaram um estudo que teve como objetivo avaliar a percepção ambiental dos indivíduos residentes às margens do Açude Soledade, buscando informações para subsidiar ações de gestão ambiental nessa localidade. Para realização do mesmo, utilizou-se um questionário com questões abertas e fechadas. Os resultados obtidos permitiram concluir que a percepção ambiental entre os moradores do entorno do açude é muito limitada, confusa, fragmentada, necessitando de grande atenção do poder público para uma melhor gestão ambiental.

Segundo Junqueira e Neiman (2007), é de suma importância ter como mediadores os educadores ambientais, para estar estimulando a percepção das pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo de proteção e conservação de áreas naturais e as espécies ali presentes. Os educadores são um elo entre a ciência e a conservação ambiental, onde a participação das comunidades do entorno é fundamental. A mediação feita pelo educador ambiental é complexa e precisa estar embasada nos preceitos fundamentais da Educação Ambiental que consistem em: participação, sustentabilidade, ecologia dos saberes, responsabilidades, igualdade, pensamento crítico-reflexivo, coletividade, conservação, transformação social, emancipação e não se esquecendo do cunho político (GONZALES; TOZONI-REIS; DINIZ, 2007).

3.7 ESTATÍSTICA MULTIVARIADA

Análise Multivariada é um conjunto de técnicas estatísticas que tratam dos dados correspondentes à medidas de muitas variáveis simultaneamente (JOHNSON; WICHERN, 2007).

Entre estas técnicas estão a Análise Fatorial e a Análise Discriminante, utilizadas no presente trabalho. A análise fatorial é uma técnica onde muitas variáveis podem ser representadas por uma função linear com um número menor de variáveis não observáveis, chamadas fatores (JOHNSON; WICHERN, 2007; LATTIN; CARROLL; GREEN, 2011, RIBAS; VIEIRA, 2011). Tem como objetivos reduzir a dimensão dos dados e facilitar a interpretação da importância das variáveis (JOHNSON; WICHERN, 2007).

Para verificar se os dados são adequados a uma Análise Fatorial, são dois testes estatísticos. O primeiro, o teste de “esfericidade de Bartlett”, testa a presença de correlações entre as variáveis e fornece a probabilidade estatística de que a matriz de correlação tenha correlações significativas entre pelo menos algumas das variáveis. O segundo, o teste “Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)”, fornece uma medida para quantificar o grau de intercorrelações entre as variáveis. Varia de zero a um, alcançando o valor um quando cada variável é perfeitamente prevista sem erro pelas outras variáveis (HAIR et al., 2005).

A análise Discriminante é uma técnica de Classificação e, segundo Johnson e Wichern (2007) trata dos problemas relacionados em *separar* conjuntos distintos de objetos (observações) e em *alocar* novos objetos (observações) em grupos previamente definidos. Foi introduzida por R. A. FISHER em 1938, no primeiro tratamento moderno dos problemas de separação. Consiste em investigar como e quando é possível fazer distinções entre os membros de g agrupamentos, com base nas observações feitas sobre eles.

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Pato Branco, tem como população estimada para o ano de 2016 de 79.869 habitantes, com área da unidade territorial de 539,087 km². No último censo realizado em 2010, havia 72.370 de população residente. A idade da população residente equivale a 14,04% de 0 a 9 anos; 17,81% de 10 a 19 anos; 33,35% de 20 a 39 anos e 34,80% equivalente aos com 40 anos ou mais. Deste número 88,74% das pessoas são alfabetizadas. Em relação ao salário médio mensal, com dados de 2014, era de 2,5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 40,4% (IBGE, 2016).

O Parque Estadual Vitório Piassa (PEVP) foi criado através do Decreto Estadual nº 5.169 de 30 de julho de 2009. Localizado no município de Pato Branco, possui área aproximada de 107 ha. Atualmente, o Parque está na etapa de implantação e, ainda não possui Plano de Manejo. O PEVP tem por objetivo geral a preservação dos ecossistemas naturais abrangidos, possibilitando, dentro das diretrizes apontadas no Plano de Manejo¹ a realização de pesquisas científicas, de atividades de conscientização, educação e interpretação ambiental e de turismo sustentável além de eventos com fins recreativos em contato com a natureza (Art 2º, Decreto Estadual 5.169/2009). O Parque será administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), de forma compartilhada com a Prefeitura Municipal de Pato Branco, atendendo as determinações legais com destaque para a Lei Federal nº 9.985/2000 e Decreto Regulamentador 4.340/2002 e alterações posteriores (PARANÁ, 2015).

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

¹ Até o momento desta dissertação, o Plano de Manejo ainda não havia sido realizado, embora já passado quase 10 anos da criação do Parque.

4.2.1 Estabelecimento da Zona de Amortecimento (ZA) e determinação das classes de uso e ocupação do solo

Primeiramente com o auxílio do software *Google Earth Pro*[®] foi gerada uma imagem de satélite do Parque e também do seu entorno. Essa imagem foi importada em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas) dentro do qual foi realizado o georreferenciamento das imagens a partir de pontos de controle foto-identificáveis obtidos na imagem de satélite.

A partir de um arquivo com o perímetro georreferenciado dos limites do Parque, disponibilizado pela Prefeitura de Pato Branco, foi produzido um *buffer* de 500 m ao redor do parque com o intuito de se obter a Zona de Amortecimento (ZA) do mesmo. De acordo com a Resolução do CONAMA nº 473/2015, deve-se arbitrar um raio de até 3 km em torno das UCs de proteção integral (BRASIL, 2015). Pelo fato de que o PEVP está praticamente na zona urbana a ZA foi estabelecida com 500 m de largura, considerando-se que se os 3 km previstos na resolução fossem utilizados, o *buffer* alcançaria o bairro central da cidade de Pato Branco. Adicionalmente, a ZA, legalmente, deve ser estritamente em zona rural, o que não é o caso desse Parque, tornando-se complexo o estabelecimento de seu zoneamento em meio urbano. Assim, nesse trabalho foi definida uma largura máxima de 500 m de *buffer*, baseando-se também nos exemplos da ZA da Estação Ecológica (ESEC) da Mata Preta localizada no Oeste de Santa Catarina (ICMBIO, 2009a, b).

A partir da área de *buffer* de 500 m, foi gerado um arquivo de polígonos com intuito de vetorizar cada tipo de uso e ocupação do solo no entorno do parque. Assim, posteriormente, esses polígonos foram classificados a partir de um método de interpretação visual em tela, que consiste na identificação dos tipos de uso diretamente na imagem de satélite. Nesta etapa do trabalho, foram determinadas e quantificadas as áreas das classes mais importantes de uso e ocupação do solo.

4.2.2 Diagnóstico da percepção ambiental da comunidade do entorno

As informações necessárias para o diagnóstico das pessoas residentes e usuárias da Zona de Amortecimento (ZA) foram obtidas mediante a aplicação de um

questionário estruturado, com respostas baseando-se na Escala de Likert (1932). As questões nesse trabalho foram adaptadas e elaboradas com base nos seguintes autores, que fizeram trabalhos na área ambiental: Likert (1932); Reigota, (1991); Menezes (2011); Martins (2002); Ditt (2003); IBAMA, ICMBIO (2008); Souza e Martos (2008); Silva e Gomes (2010); Rossoni et al. (2012); Dalmoro e Vieira (2013) e Carregosa, Cunha e Kunhavalik (2015).

O projeto da dissertação foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) da UTFPR, por meio da Plataforma Brasil. Os requisitos para participar da pesquisa foram os seguintes: maiores de 18 anos, de ambos os sexos, assalariados de empresas, indústria, comércio ou de serviços localizados na ZA do PEVP, moradores e comunidade universitária pertencentes a ZA. O projeto foi aprovado pelo CEP de acordo com o comprovante de envio de projeto e aceite (Apêndices 1 e 2).

O questionário foi aplicado, na grande maioria, de forma presencial, com pessoas pertencentes ao entorno. Dessa forma é importante ressaltar que em alguns casos, como algumas indústrias, escolas e comércios pertencentes ao entorno, foi deixado uma demanda de questionários para serem retirados posteriormente, pois os funcionários não poderiam sair no horário de expediente para responde-los.

O entorno foi dividido em três grupos: 1) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Pato Branco (alunos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos administrativos); 2) indústrias e comércio; e 3) moradores do entorno (zona rural e urbana). É importante ressaltar que dentre os entrevistados, foram encontradas pessoas com dificuldade de leitura, bem como analfabetismo, fazendo-se assim necessário a aplicação oral do questionário.

O questionário teve uma sequência de questões fechadas, que iniciou-se com a apresentação mais específica do entrevistado (sexo, idade, profissão, grau de escolaridade, local de residência, renda familiar), seguindo de questões mais voltadas a percepção ambiental e também em relação ao Parque (concordância com a implantação do Parque, função de um parque, frequência de visitação, atrativos, atividades de impacto, localização, relação meio ambiente, entre outras questões) (Apêndice 2).

Para a análise dos dados coletados foi elaborado uma planilha de banco de dados no Excel. Depois, foi realizada uma Análise Estatística Multivariada. Para tal,

foi elaborada uma matriz de dados contendo 143 linhas, constituídas pelos visitantes entrevistados e 31 colunas constituídas por seis variáveis que qualificam o perfil do entrevistado: 1) sexo (masculino, feminino); 2) idade (18-25, 26-35, 36-45, >46 anos); 3) profissão (assalariado, agricultor, autônomo, técnico administrativo, professor, estudante); 4) residência (zona rural, outros municípios, entorno, zona urbana de Pato Branco); 5) grau de escolaridade (básico, fundamental, médio, superior); e 6) renda familiar (até 1 salário mínimo = R\$ 954,00, de 1-2, 2-4, 5-10, 10-15, 15-20, >20 salários mínimos) e 25 perguntas (Apêndice 3) sobre a percepção ambiental do entrevistado sobre o Parque.

A partir desta matriz foi realizada uma Análise Fatorial pelo método dos Componentes Principais, para avaliar quais as questões solicitadas aos visitantes foram mais importantes na caracterização do Parque e uma Análise de Componentes Principais pela técnica de Escala Ideal, para ordenação das questões de avaliação solicitadas e dos entrevistados em um gráfico bidimensional dos Componentes Principais.

Posteriormente foi realizada, para cada variável de qualificação dos visitantes (sexo, idade, profissão, residência, grau de escolaridade e renda familiar), uma Análise Discriminante, conhecida como Discriminante Linear de Fisher, para obter funções discriminantes que possam classificar os visitantes do Parque e verificar as diferenças entre as diferentes classes de qualificação dos entrevistados (JOHNSON; WICHERN, 2007; NÓBREGA, 2010; RIBAS; VIEIRA, 2011).

As análises foram realizadas utilizando o software © Copyright IBM Corporation, versão 20 (IBM SPSS, 2011).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ESTABELECIMENTO DA ZONA DE AMORTECIMENTO E DETERMINAÇÃO DAS CLASSES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A área total do *buffer* de 500 m consistiu em 320,558 ha, representado na Figura 1.

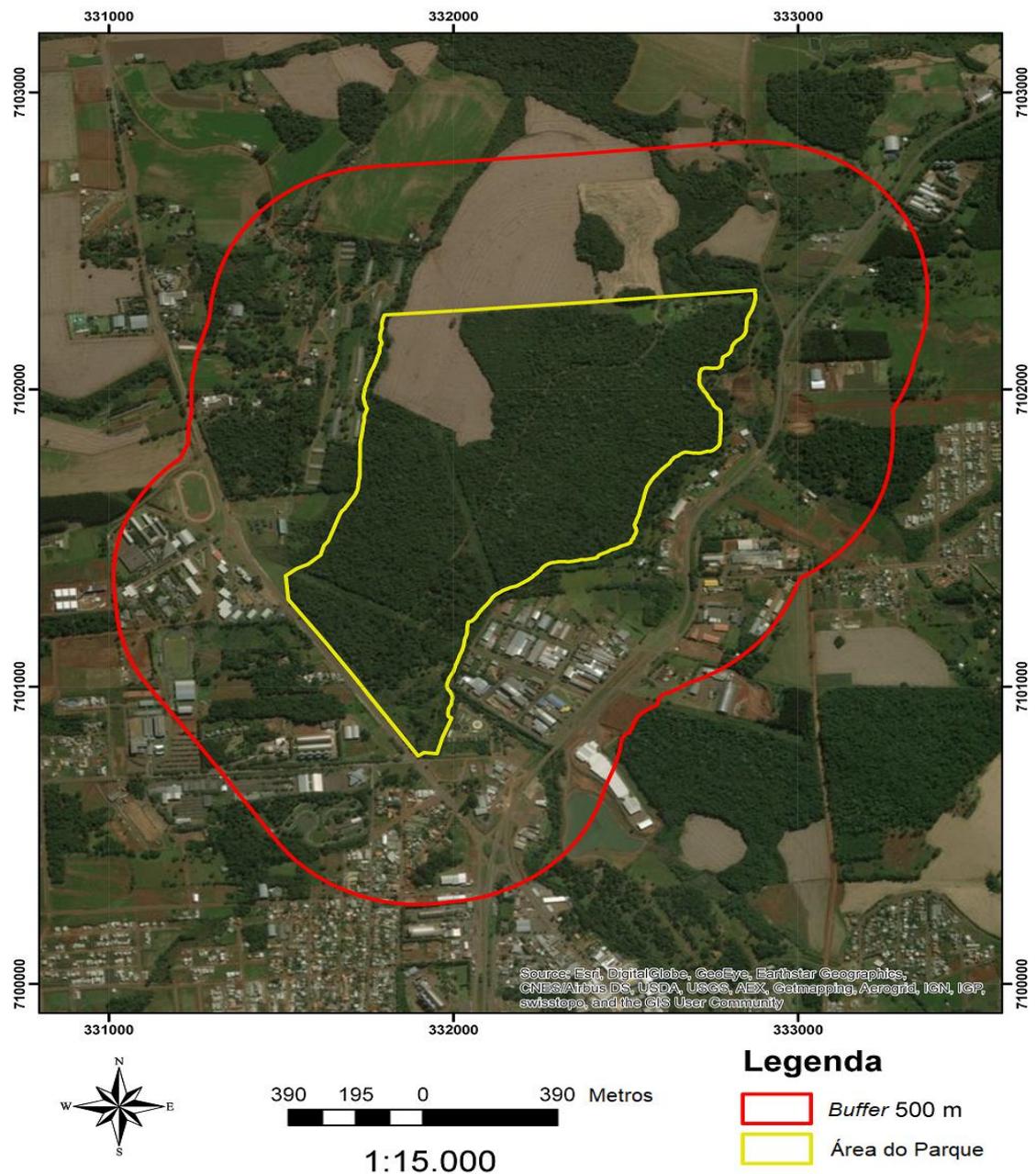


Fig 1. *Buffer* de 500 m da Zona de Amortecimento.

Após o estabelecimento *do buffer* da Zona de Amortecimento (ZA), foram definidas e quantificadas as áreas de 12 classes de uso e ocupação do solo mais significativas (Figura 2). Ressalta-se que quase 50% da ZA é composta por floresta nativa, mas que o uso e ocupação do solo não está adequada para um ZA, pois alguns ocasionam grandes impactos na área.

É perceptível uma grande porcentagem desta área de *buffer* ocupada por indústrias e comércios (17,83%), ressaltando que há muitas empresas que fazem divisa com o Parque. Dessa maneira, vale a pena ressaltar a importância do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que consiste numa estrutura organizacional, que objetiva a empresa avaliar e controlar os impactos ambientais ocasionados por suas atividades, serviços ou produtos, pois algumas das empresas ali presentes na ZA pode ocasionar alguns problemas para o meio ambiente e conseqüentemente para a UC ali presente.

Uma outra área com uma porcentagem significativa é a agricultura (10,90%) que é utilizada para plantios de grandes culturas e, conseqüentemente por muitas vezes há o uso de agrotóxico nestas áreas. Por esse fato é possível elencar uma diversidade de problemas, que vai desde a ação sobre a saúde do ser humano, além de se apresentarem como importantes contaminantes ambientais, desequilibrando os ecossistemas locais e sendo prejudiciais para a biota a este ambiente relacionado (ANVISA, 2002), desse modo são áreas que deve ser controlado o uso. Já em relação as áreas degradadas, é preciso que seja feita uma restauração ecológica nestas, para restabelecer o ecossistema que foi destruído e conseqüentemente recuperando a qualidade ambiental deste.

É importante ressaltar que a Estação de Tratamento de Esgoto está implantada dentro do Parque, sendo importante que seja feita preferencialmente a mudança do local deste para fora da ZA. As outras áreas de uso e ocupação identificadas (Figura 2) consistem em: pastagens, corpos d'água, floresta plantada, loteamento, residencial e a UTFPR que é a universidade que fica de frente ao Parque.

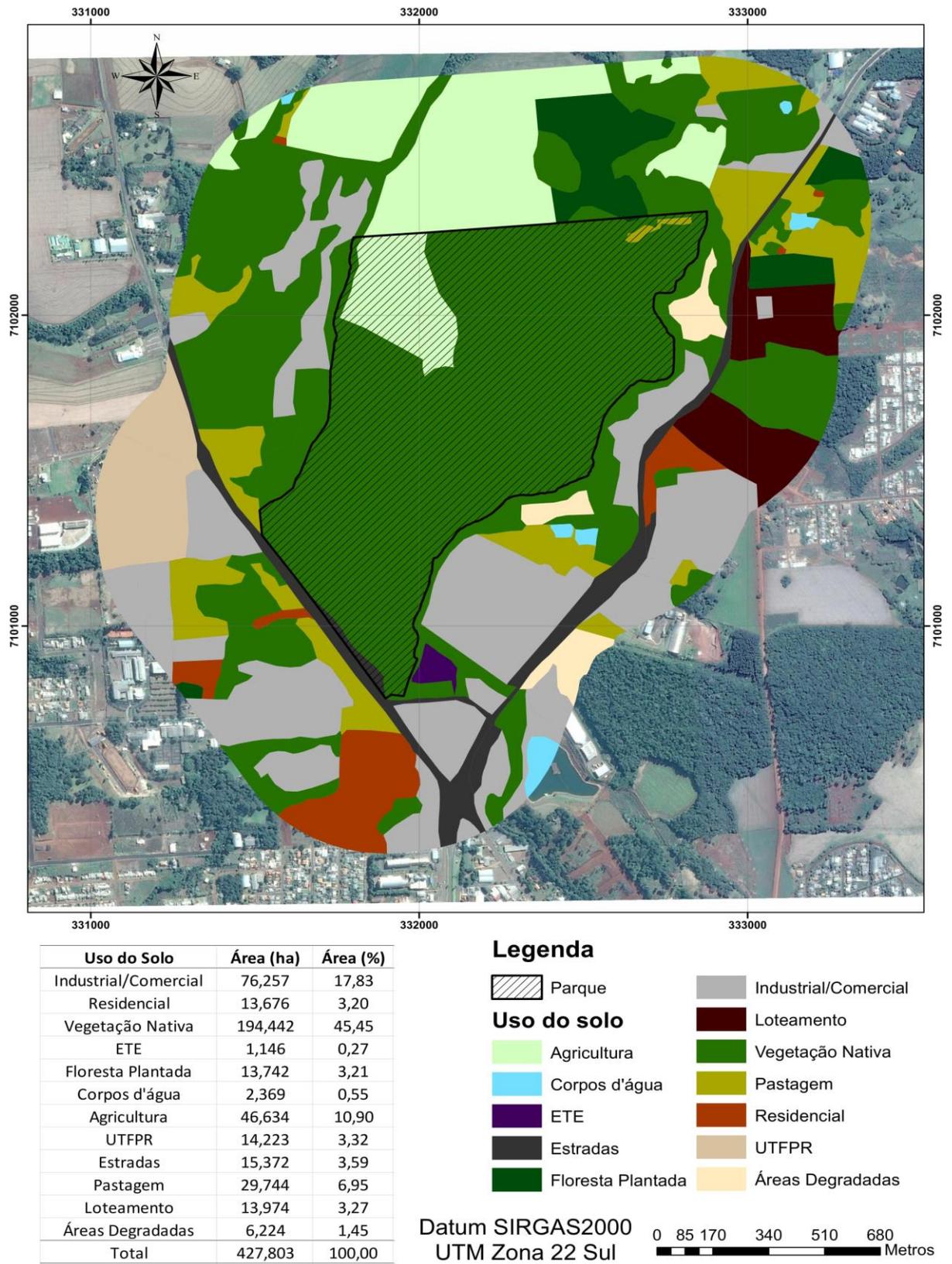


Fig 2. Buffer do uso e ocupação do solo.

Visando formas para conservar a UC e a ZA, seria interessante a utilização de placas de sinalização que indiquem para os visitantes, bem como para a comunidade da ZA, frases que indiquem que o visitante está dentro da ZA do PEVP, bem como outras frases que auxiliem para menos impactos ambientais nessas áreas. Ressalta-se também a necessidade que se tenha programas para trabalhar a Educação Ambiental (EA) com os trabalhadores, estudantes e moradores do entorno. Segundo Sato e Passos (2003) a Educação Ambiental busca realizar mudanças de valores, comportamentos e conhecimentos através de práticas do dia-a-dia dos cidadãos que provocam impactos ambientais, promovendo a manutenção de um meio ambiente favorável e equilibrado (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL -BRASIL, 1988).

5.2 DIAGNÓSTICO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE DO ENTORNO

Os resultados abaixo apresentados (Figuras 3 a 11), representam todas as questões solicitadas no questionário da pesquisa com as respectivas respostas em porcentagem, em uma caracterização geral da população amostrada. A Figura 3 apresenta os resultados obtidos das questões relacionadas a sexo, idade, profissão, residência, escolaridade e renda familiar.

A idade do público entrevistado variou de 18 a 75 anos, observando prevalência do sexo feminino (57,3%) sobre o masculino (42,6%). O grupo de entrevistados de 18-25 anos apresentou maior relevância (41,2%), devido, sobretudo, à grande parcela da amostra constituída por estudantes (30,7%), bem como as indústrias próximas contarem com um quadro de funcionários jovem, principalmente nas partes administrativas.

Dos entrevistados apenas 16,69% não eram moradores da zona urbana do município de Pato Branco, sendo esses pertencentes à zona rural desse ou de outros municípios. Percebe-se uma porcentagem significativa de pessoas que residem em outros municípios devido ao fato de que inúmeros estudantes e trabalhadores vêm de outras cidades para estudarem e trabalharem.

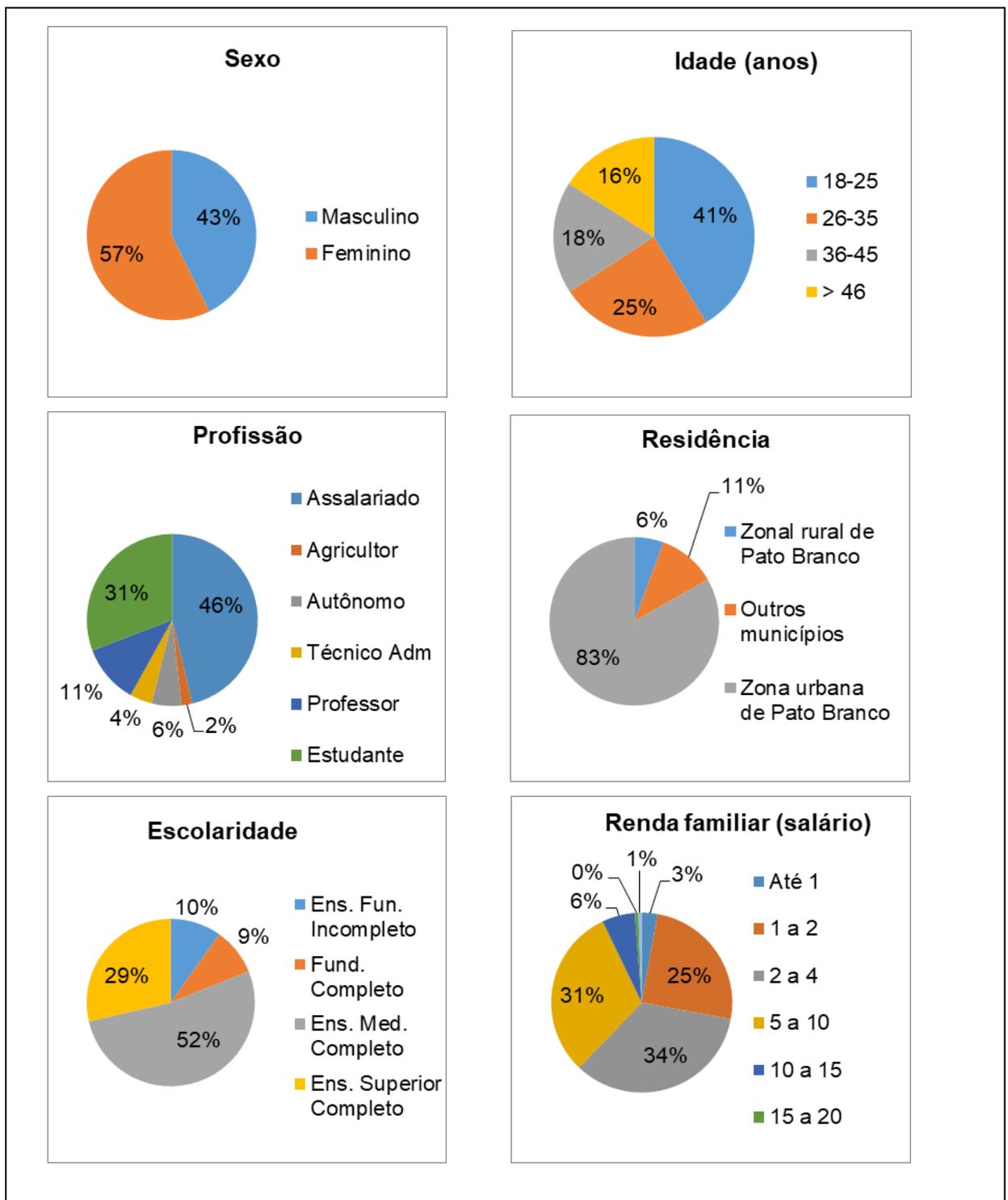


Fig 3. Perfil dos entrevistados do entorno. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vítório Piassa, 2017.

Nos resultados quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, constatou-se um alto grau de instrução. Tais resultados diferenciam-se frente os resultados apresentados por Dacanal, Labaki e Silva. (2010), em estudo de fragmentos florestais urbanos em Campinas, SP, os quais relatam em sua pesquisa, que o grau de instrução da população estudada por eles concentra-se sobretudo, no ensino médio, com poucos graduados e graduandos.

O universo pesquisado constituiu-se de um grau de instrução que varia entre ensino fundamental incompleto a ensino superior completo, sendo a maior parte composta por pessoas com ensino médio completo (52%) seguido de ensino superior completo (29%). Os dados colhidos nessa variável são de extrema importância para avaliar o comportamento da comunidade do entorno, já que com o domínio do conhecimento, a população tende a ser mais crítica e mais atuante na sociedade, exercendo adequadamente o papel de cidadão (BARRETO et al., 2008).

A maior parcela da população entrevistada apresentou renda familiar de aproximadamente 02 a 04 salários mínimos (R\$ 1.908,00 a R\$ 3.816,00), com base no valor do salário mínimo de 2018 (R\$ 954,00).

Os entrevistados, em sua quase totalidade (97,9%), responderam que se importam com o meio ambiente. Todavia, ao analisar a questão que indagava os entrevistados se possuíam um bom conhecimento sobre o meio ambiente, o percentual de respostas afirmativas diminuiu, chegando a 67% (Figura 4).

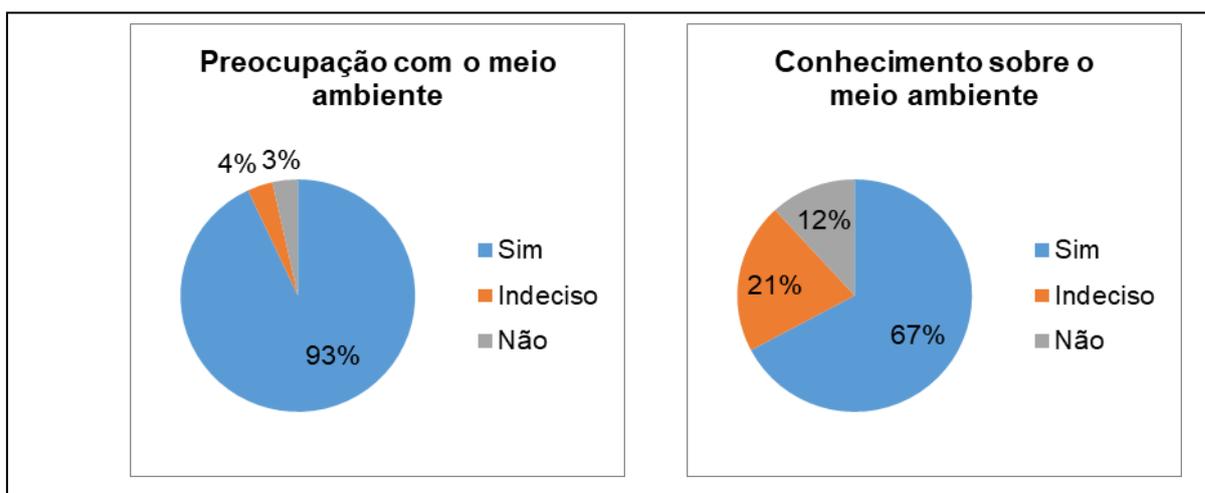


Fig 4. Preocupação e Conhecimento sobre o meio ambiente. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa, 2017.

Pode-se perceber uma quantidade expressiva de entrevistados (97,9%), que achou importante o contato com a natureza. Os dados dos gráficos apresentados na Figura 5 denotam que o meio ambiente e a natureza são atributos importantes, principalmente em parques urbanos, exercendo papéis de satisfação psicológica, os quais devem ser preservados. Esses espaços naturais podem assegurar o bem-estar dos visitantes e do seu entorno, mas para isso é necessário programa de gestão, bem como maior conhecimento de como isso deve ocorrer por parte da população, assim mudando o cenário da variável apresentada ainda na Figura 2 (DA SILVA; SORIANO-SIERRA, 2015).

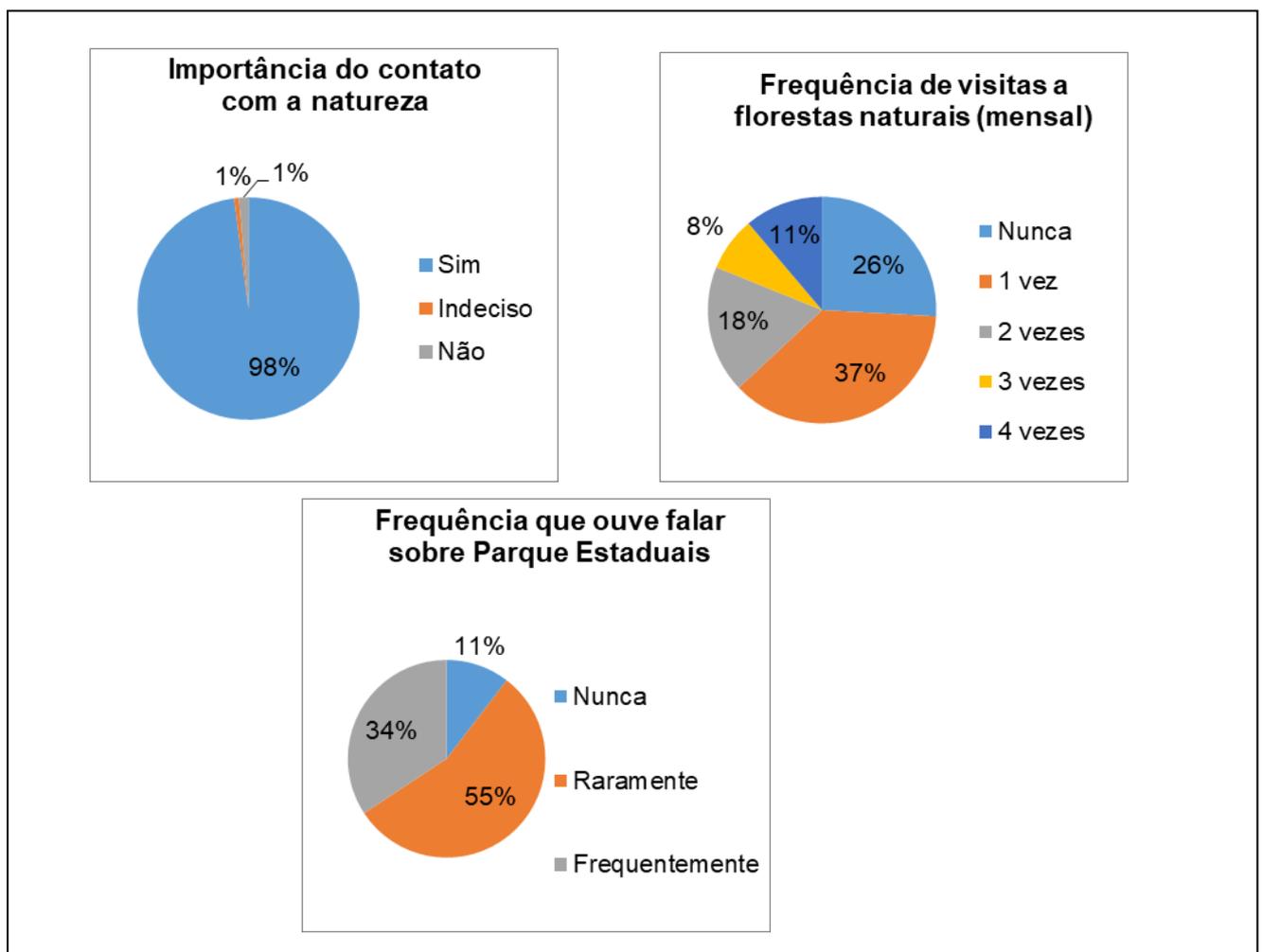


Fig 5. Contato com a natureza e frequência em Unidades de Conservação. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa, 2017.

Pode-se constatar que grande parcela da amostra não costuma visitar florestas naturais (25,8%), sendo que outra parcela (37%) frequentou apenas 1 vez

por mês. Dados como esse podem ser explicados, sobretudo, pela falta desses espaços para visitação na região (Figura 5). Tais resultados são importantes, pois segundo Barreto (2008), a facilidade de se chegar a áreas verdes, como parques urbanos, bem como a localidade desses são fatores que influenciam as pessoas a frequentarem esses lugares. Conforme avaliam Loj  et al. (2011), o público, na maior parte, acessa áreas verdes considerando   proximidade desses em rela o as suas residências.

  importante ressaltar que as áreas verdes, de acordo com o Art. 8 ,   1 , da Resolu o CONAMA N  369/2006, consiste em "um espaço de domínio público que desempenhe fun o ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade est tica, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegeta o e espaços livres de impermeabiliza o", diferentemente da UCs, que são áreas naturais passíveis de prote o por suas características especiais, no qual se aplicam garantias adequadas para estas.

Quando questionados acerca da frequência que ouviam falar sobre Parques Estaduais, mais da metade da amostra (55,2%) respondeu que raramente tem conhecimento sobre esses lugares. Essa questão mostra que as pessoas estão confundindo " reas Verdes" com "Unidades de Conserva o", como pode se observar na Figura 5.

Quanto   importância de lazer nas áreas de Parques, 78,3% atribuiram nota máxima (4), deixando evidente o papel fundamental de lazer nesses ambientes e afirmando as considera es de Mariano et al. (2015), os quais afirmam que os parques urbanos possuem uma fun o social de suprir a demanda de lazer da popula o (Figura 6).

Em rela o   a importância da educa o ambiental (Figura 4) 78,3% responderam com nota máxima (4). Segundo a AGENDA 21 – BRASIL (1992), a Educa o Ambiental tem como objetivo desenvolver na popula o a consciência e preocupa o com o meio ambiente e os problemas relacionados a esse. Nessa lógica, fica claro que os possíveis usuários do parque veem a necessidade de aprender mais sobre o meio ambiente e formas alternativas e eficazes para ajudarem a cuidar do parque (Figura 6).

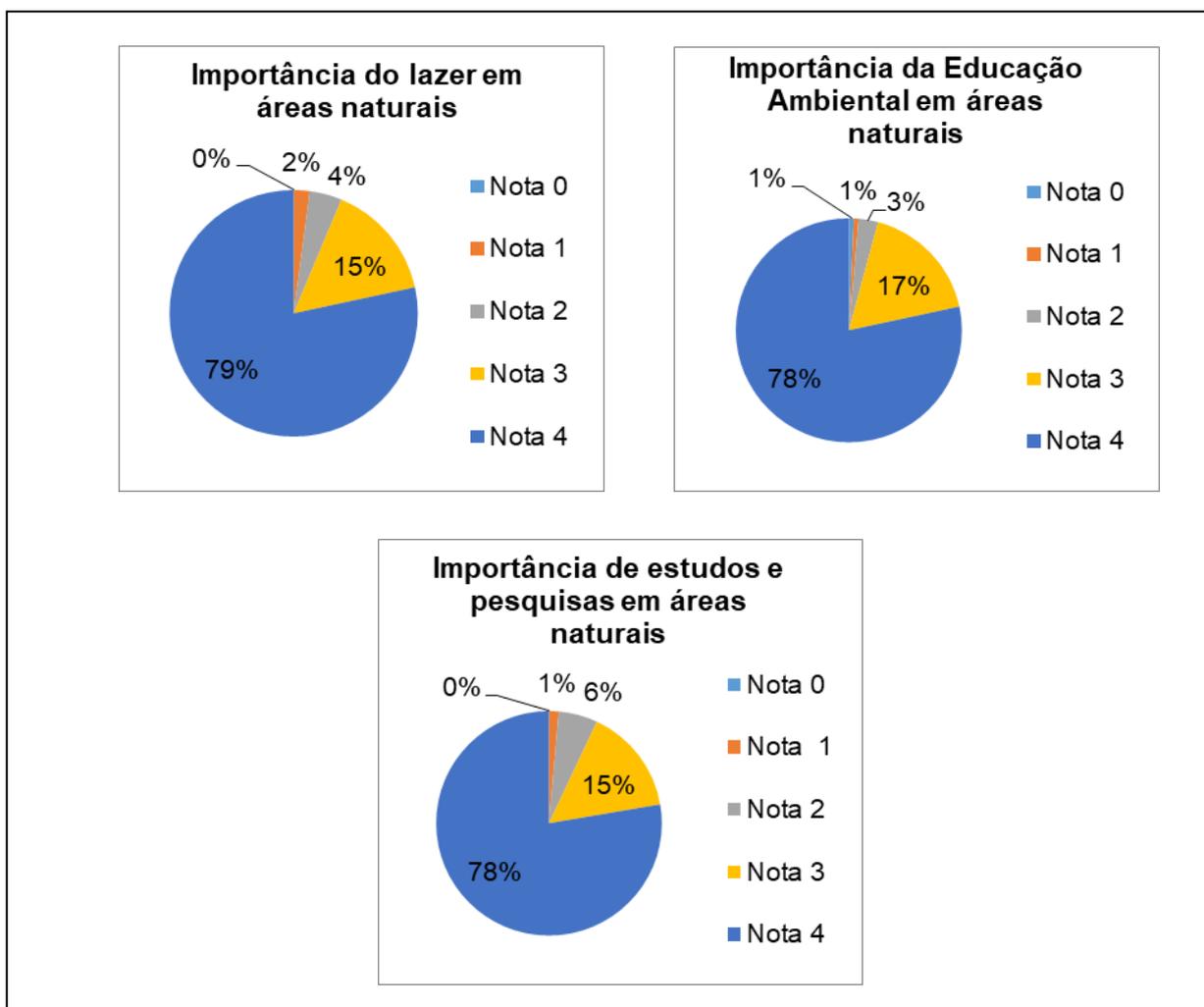


Fig 6. Nota (0- ruim, 1- regular, 2- bom, 3- ótimo e 4 – excelente) em relação a importância do lazer, educação ambiental e pesquisas em áreas naturais. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitória Piassa, 2017.

É possível observar ainda nesta figura a predominância de uma visão positiva da população frente à realização de pesquisas nas áreas dos parques. As pesquisas e estudos nas áreas ambientais buscam a mudança de valores e a análise de comportamentos da população que ali frequenta, já que são as práticas do dia-a-dia dos cidadãos que provocam impactos ambientais (SATO; PASSOS, 2003). Assim, os estudos buscam promover a manutenção de um meio ambiente favorável e equilibrado, conforme a Constituição da república Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Pode-se constatar que em relação à questão que indagava se os entrevistados tinham conhecimento sobre o Parque, 79% afirmaram que sim e 20,9% disseram que não sabiam da existência do Parque. A próxima questão indagou se o entrevistado concordava com a implantação do Parque, tendo como aprovação quase 90% e, somente 4%, afirmaram que são contra a implantação (Figura 7).

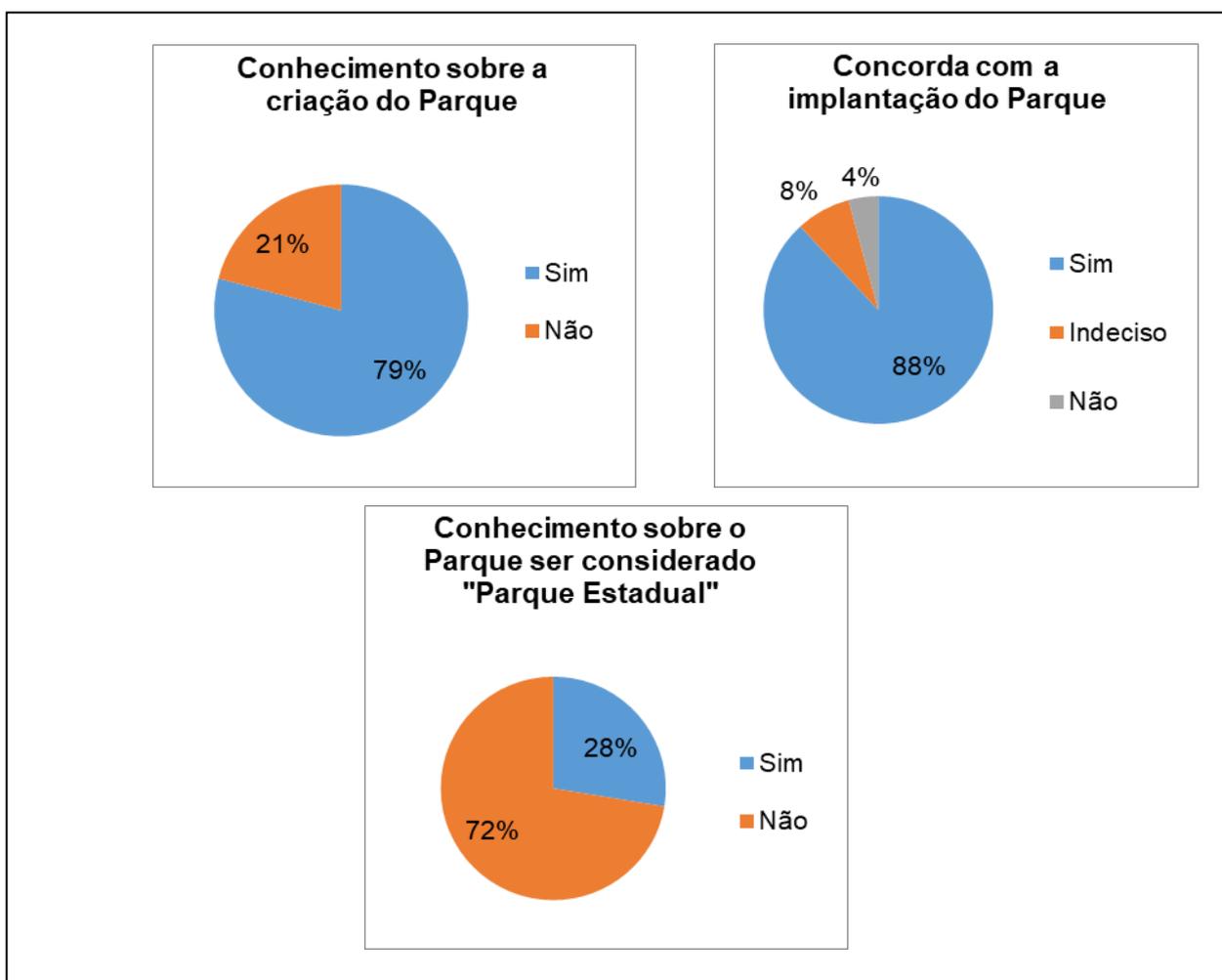


Fig 7. Conhecimento do entrevistado sobre a criação do Parque e sua denominação Parque Estadual e concordância do mesmo com a implantação do Parque. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa, 2017.

Em relação a concordância com a implantação do Parque, a grande maioria está a favor, totalizando 88,1%. Sendo que na outra questão que pedia se o entrevistado sabia que o “Parque Ambiental” Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama “Parque Estadual” Vitório Piassa, apresentou 72,7% da amostra afirmando que desconhecia essa denominação, e somente 27,7% afirmaram que sim (Figura 7). Para justificar esse posicionamento, afirmando o desconhecimento, grande parcela dos entrevistados conhecia somente como Parque Ambiental, visto que na mídia, bem como no portal do Parque o nome é veiculado como Parque Ambiental, divergindo assim, do Decreto Estadual nº 5.169/2009, que cria o Parque e o nomina como Parque Estadual Vitório Piassa (PARANÁ, 2009).

A Figura 8 mostra a média de visitas mensais ao Parque e o valor do ingresso para entrada. Sendo assim, quase 70% dos entrevistados disseram que

pretendem ir visitar o Parque de duas a quatro vezes ao mês, e somente 7% disseram que não pretende nunca visitar.

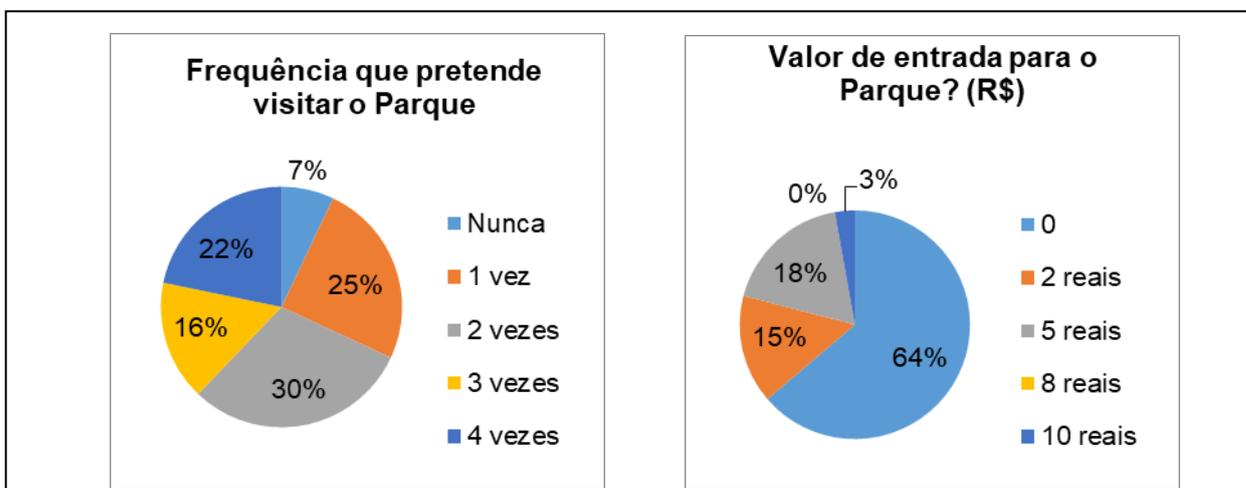


Fig 8. Frequência de visita mensal e valor de entrada sugerido para a cobrança de entrada no Parque. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitória Piassa, 2017.

Em relação ao valor de entrada que o entrevistado pagaria para entrar no Parque mais de 60% responderam que não concordam que deve haver uma taxa de entrada para o Parque, sendo que 36% apontaram que deve ser cobrado uma taxa que varia de R\$2,00 a R\$10,00 (Figura 8). Muitas das pessoas que responderam que deve ser cobrado um valor de entrada, comentaram que isso é necessário para pagar os custos com manutenção e despesas do Parque.

É importante lembrar que no art. 35 do SNUC fica claro que é possível a cobrança de taxa para a visita em áreas de proteção integral, no qual se encaixa a categoria Parque Estadual. Neste artigo ele estabelece critérios que informam onde deve ser aplicado as taxas cobradas e rendas de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade, que são os seguintes:

I - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implementação, manutenção e gestão da própria unidade; II - até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo; III - até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral. (Art.35, SNUC, 2000).

Muitos dos Parques Estaduais cobram taxa de visitação, mas alguns não cobram para moradores do município e também muitos destes cobram metade para

estudantes e maiores de 60 anos, como por exemplo o Parque Estadual da Lapa Grande, em Montes Claros Minas Gerais, em que a taxa de visitação é de R\$ 5,00. O Parque Estadual de Vila Velha, da cidade de Ponta Grossa, PR, também cobram taxas que variam de R\$ 8,00 a 25,00, dependendo do tipo e local de visitação no Parque, tendo também isenções em alguns casos e meia entrada em casos específicos como estudantes.

A Figura 9 mostra que 97% das pessoas acha importante encontrar paz e tranquilidade no Parque, sendo que 92% afirmaram importante observar plantas e animais dentro do Parque. No estudo feito por Sperandio (2017), os entrevistados entendem e acreditam que a vegetação existente é um atributo muito importante, principalmente nos Parques urbanos. Os frequentadores citam que as vegetações, têm funções de satisfação psicológica, sendo que destes frequentadores, 99% acreditam que a vegetação do Parque é importante na visitação e apenas 1% não soube responder.

Para Da Silva e Soriano-Sierra (2015), a preservação da vegetação e a valorização do Parques são pontos positivos que as cidades devem preservar. “A beleza cênica é um serviço ecossistêmico proporcionado pelos Parques, e esses espaços naturais devem assegurar o bem-estar dos habitantes e visitantes do município, guiando-se pelos programas de gestão existentes em níveis estadual e federal” (DA SILVA; SORIANO-SIERRA, 2015).

Em um estudo feito por Silva (2006), com moradores do entorno da Mata do Catolé, Maceió - AL, concluíram com 100% das respostas que é importante a preservação e observação dos animais e plantas.

Ressalta-se que em uma UC, um dos objetivos é a conservação ambiental do local em questão, sendo que a fauna é uma das partes mais prejudicadas pela ocupação irregular e do desmatamento de um local pelo homem. No estudo feito por Lucena e Freire (2011) 94% dos entrevistados acreditam que os animais, são importantes para o Parque e, somente 6% não souberam responder.

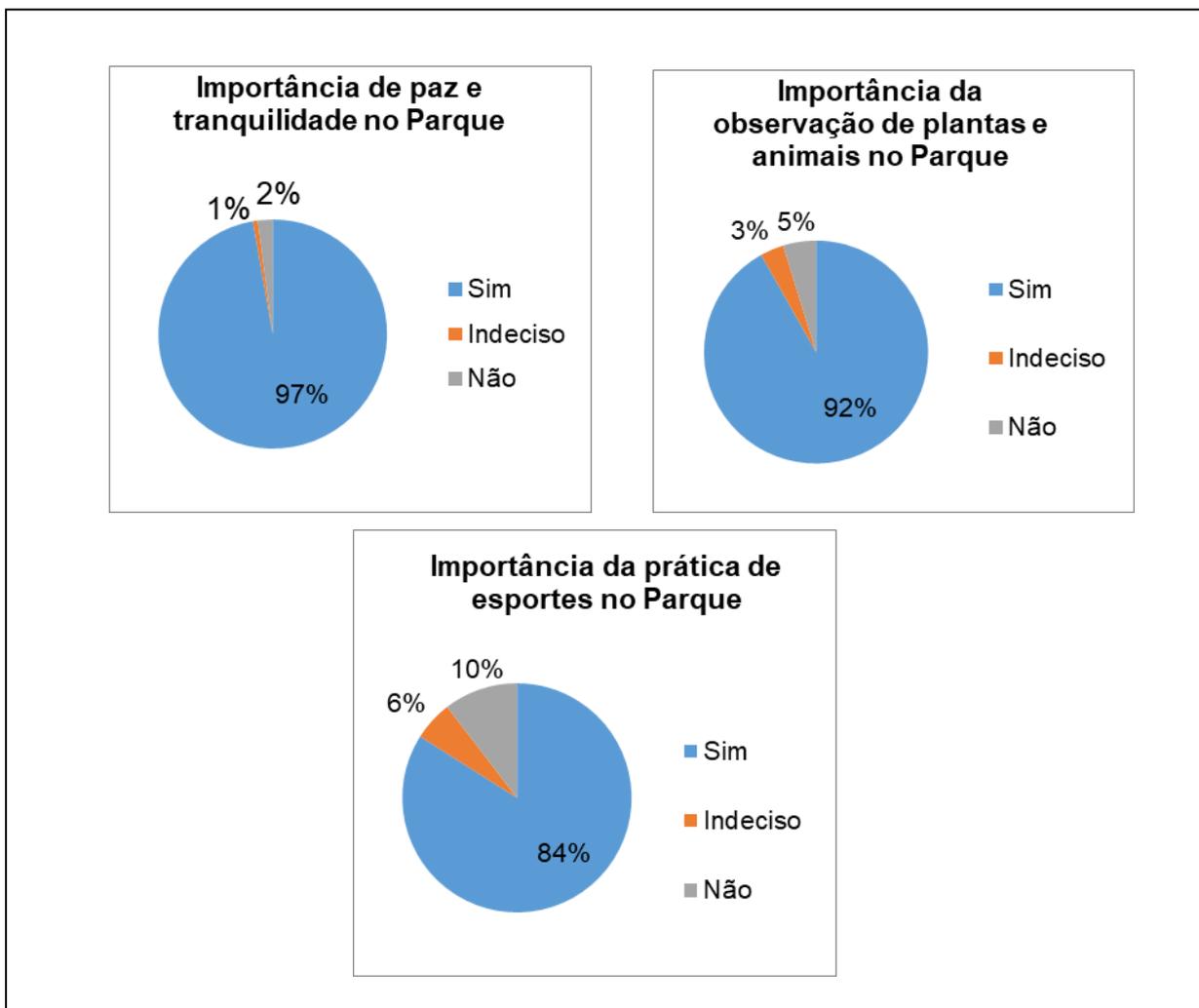


Fig 9. Importância de encontrar paz e tranquilidade no Parque, observar plantas e animais e praticar esportes no Parque. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vítório Piassa, 2017.

Diante disso, corroborando com o Ministério do Meio Ambiente, pode-se afirmar que:

“No Brasil existe uma enorme variedade de animais. Todas as espécies têm significado para o equilíbrio da natureza. Além de importância científica, social, estética e econômica, a fauna silvestre é fundamental para a sustentabilidade dos ecossistemas” (MMA, 2012, pág. 01).

Em relação a prática de esporte, mais de 80% dos participantes da pesquisa afirmaram que é importante. Estudos feitos por Teles (1991) e Santos (2005) apontam que a procura pelos parques públicos nos finais de semana, são principalmente para a prática de atividades esportivas.

Em relação a questões ambientais, 84% dos entrevistados demonstraram-se preocupados com a presença de lixos, cortes de árvores, incêndios e pesca. Sendo

que 40,5% dos entrevistados, acreditam que os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque (Figura 10).

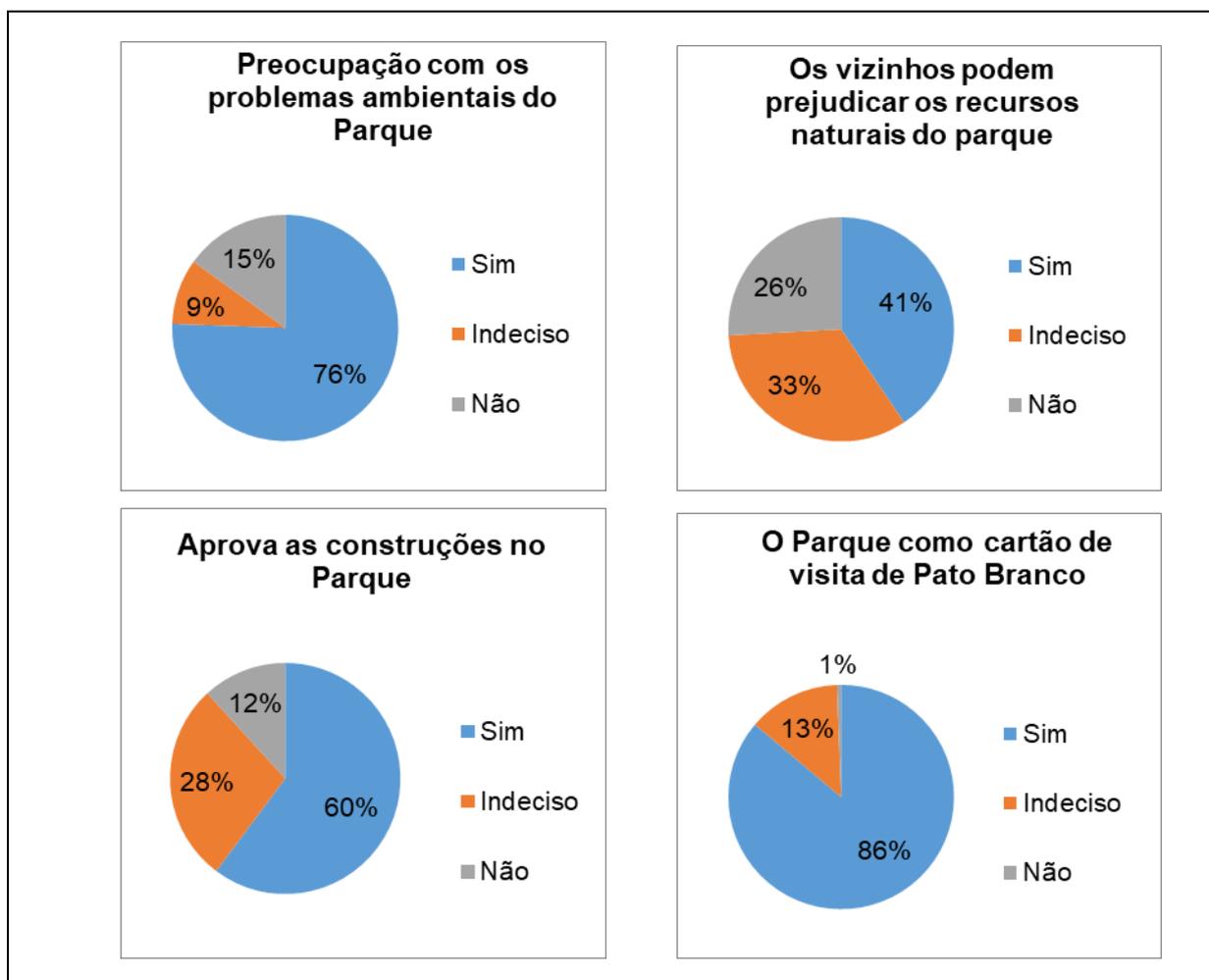


Fig 10. Opinião do entrevistado em relação aos problemas ambientais e recursos naturais do Parque, bem como a aprovação da infraestrutura deste. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa, 2017.

Em relação a questão com problemas ambientais causados por frequentadores de Parques, Pina e Dos Santos (2009) relataram alguns problemas que foram comentados pelos frequentadores do Parque, que foi mau cheiro exalado pelo riacho e os lixos jogados ao chão. Importante ressaltar que 86% dos frequentadores nunca participaram de algum programa de Educação Ambiental no Parque, e 95% destes declararam seu interesse pelas questões ambientais (Figura 10).

Em relação à questão que indagava o participante da pesquisa, se este aprova as construções realizadas dentro do Parque, 60,1% concordaram, 27,9% ficaram indecisos, sendo que muitos desses não tinham o conhecimento de quais eram as obras que estavam sendo construídas, e 11,8% discordaram (Figura 10).

De acordo com Viana et al. (2014) a parte de infraestrutura é de suma importância e se torna fundamental para que o visitante da UC sinta-se aconchegado pelo local. Indo de acordo com os resultados obtidos por Sousa, Araujo e Lopes (2012), em um estudo realizado no Parque Ecológico Cachoeira do Urubu (Piauí), os autores relatam que infraestrutura é precária, é um dos causadores de insatisfação na visita ao local de estudo. Dessa forma é importante ressaltar que uma boa infraestrutura se faz muito importante para um bom aproveitamento e bem estar dos visitantes.

Conforme exposto na Figura 11, em relação a questão de localização do Parque, questionou-se o entrevistado se este acha que a localização atenderá as necessidades de quem reside no entorno, em outros bairros urbanos, zona rural e em outros municípios. Em relação a concordância (sim) 79% afirmaram que a localização atenderá as necessidades de quem reside no entorno; em outros bairros urbanos obteve se 56,6% de afirmação; zona rural 45,4% e em outros municípios 56,6%. Segundo Barreto (2008), um dos fatores 'que mais influenciam a pessoas a frequentar UCs, como parques, é poder se deslocar a estes com facilidade, conforto e segurança.

Por fim, a última questão da pesquisa questionava o entrevistado se o Parque poderá ser considerado o cartão de visita de Pato Branco, sendo que 86% das pessoas afirmaram que sim, que este pode ser sim utilizado como cartão de visita (Figura 11).

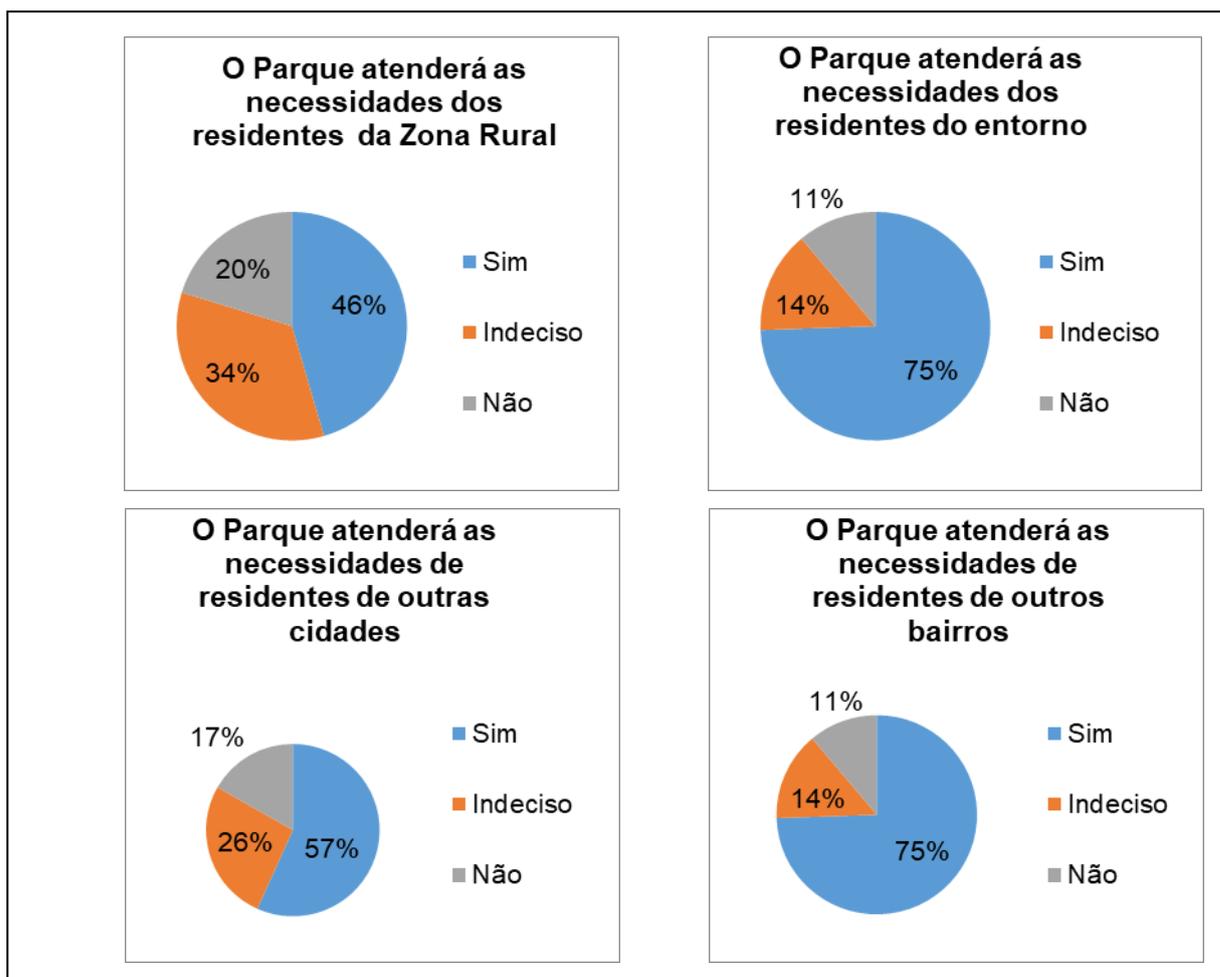


Fig 11. A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside na Zona Rural da cidade, no entorno, em outras cidades e em outros bairros. Questionário sobre Percepção Ambiental aplicado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa, 2017.

5.4 AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS (VISITANTES) DO PARQUE

5.4.1 Questões mais significativas pelos visitantes na caracterização do entorno do Parque.

Pela análise fatorial realizada pelo Método dos Componentes Principais obteve-se 0,002 para o determinante da matriz de correlação, valor maior que 0, indicando que a matriz de correlação é diferente de uma matriz Identidade e, portanto, a análise fatorial é viável. Pelo teste estatístico KMO (Medida Kaiser-Meyer-Olkin), cujo valor foi de 0,634, indica que há número suficiente de correlações significativas entre os itens para justificar a realização da análise, pois segundo Hair et al. (2005), valores entre 0,5 a 1,0 são aceitáveis. Portanto, as medidas indicam que o conjunto

de variáveis é adequada à análise. O teste de esfericidade de Bartlett encontrou valor de $p < 0,05$, indicando que a Matriz de Correlação é diferente da Matriz Identidade, isto é, há correlações significativas entre as variáveis, aceitáveis para análise (Tabela 4).

Tabela 4 – Estatística dos testes de Medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de adequação de amostragem e Esfericidade de Bartlett

Medida KMO de adequação de amostragem		0,634
Teste de Esfericidade de Bartlett:	Chi-quadrado aproximado	831,615
	Df	300
	Sig.	0,000

A Análise Fatorial encontrou 10 autovalores maiores que 1, portanto, foram selecionados 10 fatores (componentes) que explicaram 67,649 % da variância total dos dados (Tabela 5).

Tabela 5 – Variância explicada para a seleção dos fatores (componentes) principais

Componente	Autovalores iniciais			Variância após a extração dos fatores		
	Autovalor	% da Variância	% da Var. Acumulada	Total	% da Variância	% da Var. Acumulada
1	3,954	15,818	15,818	2,872	11,486	11,486
2	2,378	9,512	25,330	2,359	9,435	20,921
3	1,651	6,604	31,933	1,775	7,101	28,023
4	1,533	6,132	38,065	1,580	6,321	34,344
5	1,470	5,879	43,945	1,547	6,186	40,530
6	1,358	5,433	49,377	1,472	5,889	46,419
7	1,274	5,098	54,475	1,438	5,751	52,170
8	1,155	4,619	59,093	1,353	5,414	57,584
9	1,125	4,500	63,593	1,266	5,062	62,647
10	1,014	4,056	67,649	1,251	5,002	67,649
11	0,881	3,525	71,174			
12	0,865	3,461	74,635			
13	0,810	3,241	77,876			
14	0,746	2,984	80,860			
15	0,693	2,773	83,633			
16	0,621	2,485	86,118			
17	0,554	2,216	88,334			
18	0,537	2,148	90,482			
19	0,478	1,911	92,393			
20	0,425	1,700	94,093			
21	0,375	1,498	95,591			
22	0,347	1,389	96,980			
23	0,301	1,206	98,185			
24	0,249	,995	99,180			
25	0,205	,820	100,000			

O primeiro componente, o principal, explica 15,8% da variância, e carrega as principais variáveis da análise, ou seja, as de maior correlação, que foram todas sobre a localização do Parque, a saber: 1) A localização do Parque atenderá as

necessidades de quem reside no seu entorno?; 2) A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros de Pato Branco?; 3) A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?; e 4) A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades? (Tabela 6).

Tabela 6 – Componentes principais (fatores) com a correlação das respectivas variáveis. Método de extração: Análise do Componente Principal. Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.

Variáveis	Componentes									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Preoc. M.A	-,067	-,082	,017	-,034	,003	,088	-,031	,865	,102	-,043
Imp. Nat	,075	-,034	,094	-,030	,087	,863	-,065	,121	-,156	-,020
Conhec M.A	,161	-,138	-,066	,721	-,120	-,067	-,053	,185	-,010	,046
Visita Florest	-,012	,025	,017	-,741	-,162	-,083	-,025	,178	,058	,129
Freq Ouv	-,135	-,145	-,291	-,260	,196	-,207	,057	-,423	-,216	,280
Nota Imp	-,133	,654	-,156	,009	,154	,198	,153	,026	,078	-,091
Nota Lazer	-,116	,691	-,165	,057	-,317	,215	,064	-,203	,007	,023
Nota E.A	-,006	,756	-,090	-,104	-,132	-,384	,064	,034	-,076	-,031
Nota Est e pesq	-,037	,801	-,018	-,111	,078	-,136	-,203	,030	-,057	,184
Cria. Parq	,212	-,081	,286	,260	-,057	,419	,169	,089	,216	,380
Concor.Implant	-,012	-,205	,741	-,090	,142	,145	,120	-,058	,009	-,006
Sab.Par.Est	,306	,209	,219	,243	-,310	-,103	,247	,176	,110	-,150
Visita meses	-,080	-,077	-,358	-,277	-,506	,013	,244	,119	-,351	-,131
Valor entrada	-,010	-,047	-,099	-,080	,038	-,108	,044	,148	,823	-,087
Imp Paz	-,004	,081	,064	-,004	,057	,046	,585	,007	,260	,413
Animais e plantas	,122	-,017	-,002	-,004	,032	-,052	,839	-,043	-,083	-,115
Imp Esporte	,193	-,036	,022	-,025	,714	,216	,172	-,038	,097	-,164
Poluição	,335	,190	-,066	,377	,282	-,075	,195	,347	-,231	,188
Vizinhos	-,158	,065	-,144	-,084	-,089	-,009	-,043	-,086	-,134	,798
Aprov Construç	,136	-,107	,746	-,031	,024	,001	-,048	,116	-,125	-,116
Entorno	,598	-,096	,324	,100	-,008	,006	-,212	-,154	,155	,052
Ent. Bairro	,818	-,018	,036	,138	,129	,118	,096	-,078	,004	-,073
Ent. Rural	,840	-,048	,011	-,031	,010	,068	,110	,170	-,064	-,102
Ent out cid	,829	-,122	,008	,067	,107	-,049	,047	-,013	-,033	-,016
Cartão de visita	,117	-,082	,326	,106	,552	-,342	-,026	,140	-,326	,008

Legenda: **Preoc. M.A:** preocupação com o Meio Ambiente; **Imp. Nat:** importância do contato com a natureza; **Conhec M.A:** conhecimento sobre o Meio Ambiente; **Visita Florest:** frequência de visitas em Florestas Naturais; **Freq Ouv:** frequência que ouve falar em Parques Estaduais; **Nota Imp:** nota da importância do contato com a natureza; **Nota Lazer:** nota da importância do lazer em áreas de natureza; **Nota E.A:** nota da importância da Educação Ambiental em áreas de natureza; **Nota Est e pesq:** nota da importância de estudos e pesquisas em áreas de natureza; **Visita meses:** frequência mensal que pretende visitar o Parque; **Valor entrada:** valor de entrada no Parque; **Imp Paz:** importância de encontrar paz e tranquilidade no Parque; **Animais e plantas:** importância de observar plantas e animais no Parque; **Imp Esporte:** importância da prática de esportes no Parque; **Poluição:** preocupação com os problemas ambientais do Parque; **Vizinhos:** os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do parque; **Aprov Construç:** aprovação das construções no Parque; **Entorno:** a localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no entorno? **Ent. Bairro:** a localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside nos bairros próximos; **Ent. Rural:** a localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside na zona rural da cidade; **Ent out cid:** a localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades; **Cartão de visita:** o Parque pode ser considerado um cartão de visita para Pato Branco.

Essas questões foram as mais significantes na avaliação. Foram as relacionadas a localização do Parque, pois houve bastante diferença nas respostas dos entrevistados, como no caso da Zona Rural e moradores de outros municípios, muitos concordaram que a localização do Parque atenderia a esses moradores, mas também muitos estavam indecisos e não concordavam. Como já foi ressaltado na análise descritiva, a localização é um fator de grande influência para as visitas em UCs.

Do mesmo modo, o segundo componente, explicou 9,5% da variância e carregou as variáveis também importantes na análise que foram as seguintes: 5) Que nota você dá para a importância dos Parques (áreas verdes) nas cidades? 6) Que nota você dá para a importância do lazer nessas áreas? 7) Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas? 8) Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?

O terceiro componente, que representou mais 6,6 % da variância, carregou as seguintes variáveis: 9) Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitória Piassa na cidade de Pato Branco? 10) Você aprova as construções realizadas dentro do Parque? Dessa forma, essas 10 questões solicitadas aos visitantes do Parque foram consideradas as mais importantes em cada um dos três principais componentes, que representaram em conjunto 31,9% da variância (Tabela 2). A representatividade das demais questões pode ser observada na referida tabela em seus respectivos componentes (Tabela 6).

A importância dessas questões pode ser observada no gráfico de ordenação obtido pela técnica multivariada, Escala Ideal, pelo método de componentes principais (Figura 12). Observou-se que as questões mais importantes na avaliação do Parque, constituíram o primeiro componente localizando-se na parte superior direita do gráfico e as que constituíram o segundo componente estão na parte superior esquerda do gráfico, comprovando que foram as que mais contribuíram na avaliação do Parque pelos visitantes.

idades; 11) Nota da importância do lazer em áreas de natureza. Sendo que estas contribuem com mais de 70 % da avaliação do Parque.

Tabela 7 – Comunalidade (C) e variância específica (VE) das questões avaliadas pelos visitantes do Parque.

Variáveis	C	VE
Você se preocupa com o meio ambiente?	0,782	0,218
Você acha importante o contato com a natureza?	0,812	0,188
Você tem um bom conhecimento sobre o meio ambiente?	0,628	0,372
Em média, quantas vezes por mês você costuma visitar florestas naturais?	0,636	0,364
Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?	0,580	0,420
Que nota você dá para a importância dos Parques (áreas verdes) nas cidades?	0,571	0,429
Que nota você dá para a importância do lazer nessas áreas?	0,714	0,286
Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?	0,767	0,233
Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?	0,759	0,241
Você tem conhecimento sobre a criação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,607	0,393
Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,659	0,341
Você sabia que o “Parque Ambiental” Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama “Parque Estadual” Vitório Piassa?	0,477	0,523
Em média, quantas vezes por mês, você pretende visitar o Parque?	0,687	0,313
Qual o valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?	0,740	0,26
Você acha importante encontrar paz e tranquilidade no Parque?	0,597	0,403
Você acha interessante a observação das plantas e animais dentro do Parque?	0,745	0,255
Você acha importante a prática de esportes no Parque?	0,664	0,336
O Parque Vitório Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?	0,627	0,373
Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?	0,730	0,27
Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?	0,633	0,367
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?	0,577	0,423
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos de Pato Branco?	0,741	0,259
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?	0,769	0,231
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?	0,724	0,276
O Parque poderá ser considerado cartão de visita da cidade de Pato Branco?	0,686	0,314

Dessa forma a análise fatorial mostrou as questões que são as mais significativas em relação ao Parque, possibilitando ao órgão gestor uma maior atenção a estas. Iniciando com a localização do Parque, onde se deve pensar formas para mostrar ao visitante que a localização pode atender a todas as áreas, tanto zona urbana, zona rural e outras cidades, mostrando que as estradas de acesso estão em bom estado para o deslocamento, pode ser pensando também em parcerias com a Prefeitura ou outros órgãos para fazer uma ciclovia e passeios até o Parque, possibilitando o deslocamento de quem prefere ir de bicicleta ou a pé.

As outras questões que se destacaram foi a importância dos Parques e importância do lazer, Educação Ambiental (EA) e estudos e pesquisas nessas áreas. Dessa forma é preciso também dar uma ênfase maior na EA, onde haja programas de EA que trabalhem juntamente com a UC, que desenvolva parcerias com instituições e incentive também os estudos e pesquisas nessas áreas e que se divulgue estes, para mostrar a importância dessas atividades e suas contribuições para o meio ambiente e para o cidadão.

5.4.2 Diferenciação das respostas da avaliação do parque pelos visitantes em função do sexo, idade, profissão, local de residência, grau de escolaridade e renda familiar.

- Sexo

Para o “sexo” dos visitantes do Parque, foi obtida uma única função discriminante para classificar os mesmos entre as duas classes (Masculina e Feminina), que representa 100% da variância explicada. O valor médio do coeficiente de correlação canônica foi de 0,426, o qual indica que o grau de associação entre a função discriminante e os grupos de sexo foi 42,6 %. O teste Lambda de Wilks indicou que não houve diferença estatística ($p=0,423 > p=0,05$) do sexo dos entrevistados nas respostas sobre o Parque, conforme exposto na (Tabela 8).

Tabela 8 - Estatística da seleção das funções discriminantes canônicas para o sexo dos visitantes do Parque.

Autovalores				
Função	Valor próprio	% de variação	% cumulativa	Correlação canônica
1	0,221 ^a	100,0	100,0	0,426
Lambda de Wilks				
Teste de funções	Lambda de Wilks	Chi-quadrado	df	Sig.
1	0,819	25,707	25	0,423

A Tabela 9 abaixo mostra as correlações das questões solicitadas aos entrevistados, demonstrando a função discriminante sobre a variável “Sexo” em relação com as questões que abordaram o conhecimento sobre o meio ambiente; entorno; a localização do parque; a importância do contato com a natureza, número de visitas mensais; frequência que ouve falar em Parques Estaduais; preocupação

com a poluição, corte de árvores, incêndios, caça e pesca no Parque; importância da observação de plantas e animais; e concordância com a implantação do Parque. As questões estão em ordem decrescente mostrando as mais significativas e importantes para a população amostrada.

Tabela 9 - Correlações das questões solicitadas aos entrevistados com a função discriminante, em ordem decrescente de importância, para o sexo dos visitantes do Parque.

PERGUNTAS	Função
Você tem um bom conhecimento sobre o Meio Ambiente?	0,520
Você se preocupa com o Meio Ambiente?	0,426
Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?	-0,304
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?	0,292
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?	0,289
Você acha importante o contato com a natureza?	0,227
Em média quantas vezes por mês, você pretende visitar o Parque?	-0,222
Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?	-0,218
O Parque Vitório Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?	0,215
Você acha interessante a observação de plantas e animais dentro do Parque?	0,207
Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,206
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos ne Pato Branco?	0,165
Você sabia que o "Parque Ambiental" Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama "Parque Estadual" Vitório Piassa?	0,111
Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?	-0,105
Qual valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?	0,088
Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?	0,062
Que nota você daria para a importância do lazer nessas áreas?	-0,030
Que nota você dá sobre a importância dos Parques (áreas verdes) nas cidades?	0,025
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?	-0,020
Você tem conhecimento sobre a criação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,015
Você acha importante a prática de esportes no Parque?	-0,010
Em média, quantas vezes por mês costuma visitar florestas naturais?	-0,004
O Parque poderá ser considerado o cartão de visita da cidade de Pato Branco?	0,003
Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?	0,003
Você acha importante encontrar a paz e tranquilidade no Parque?	0,001

Houve 69,9 % de classificações corretas, conforme exposto na Tabela 10. Dos 61 entrevistados do sexo masculino, 30 (49,2 %) foram classificados corretamente e 31 (50,8 %) com respostas mais parecidas com o sexo feminino. Dos 82 entrevistados do sexo feminino, 70 (85,4 %) foram classificados como sendo do sexo feminino e, somente 12 com respostas mais semelhantes ao do sexo masculino. Observa-se, também, que as respostas dos entrevistados do sexo feminino foram mais coesas: opiniões mais condizentes com o seu sexo. Assim, mesmo não sendo diferente

estatisticamente, pode-se dizer que há uma tendência das opiniões serem diferentes de acordo com o sexo dos entrevistados, quanto ao Parque em questão (Tabela 10).

Tabela 10 – Resultados da classificação das respostas dos entrevistados de acordo com o sexo.

		Sexo	Associação ao grupo prevista		Total
			1	2	
Original	Contagem	1	30	31	61
		2	12	70	82
	%	1	49,2	50,8	100,0
		2	14,6	85,4	100,0

69,9% de casos originais foram corretamente classificados.

1. Sexo masculino; 2. Sexo feminino

As tendências de diferença das respostas entre sexos constatadas acima podem ser também ilustradas pelos histograma da Figura 13. As respostas dos entrevistados do sexo masculino apresentaram um desvio padrão de 1,034, com distribuição à direita. Já as respostas dos entrevistados do sexo feminino apresentaram um desvio padrão menor (0,974) e uma distribuição com tendência a normalidade (Figura 13).

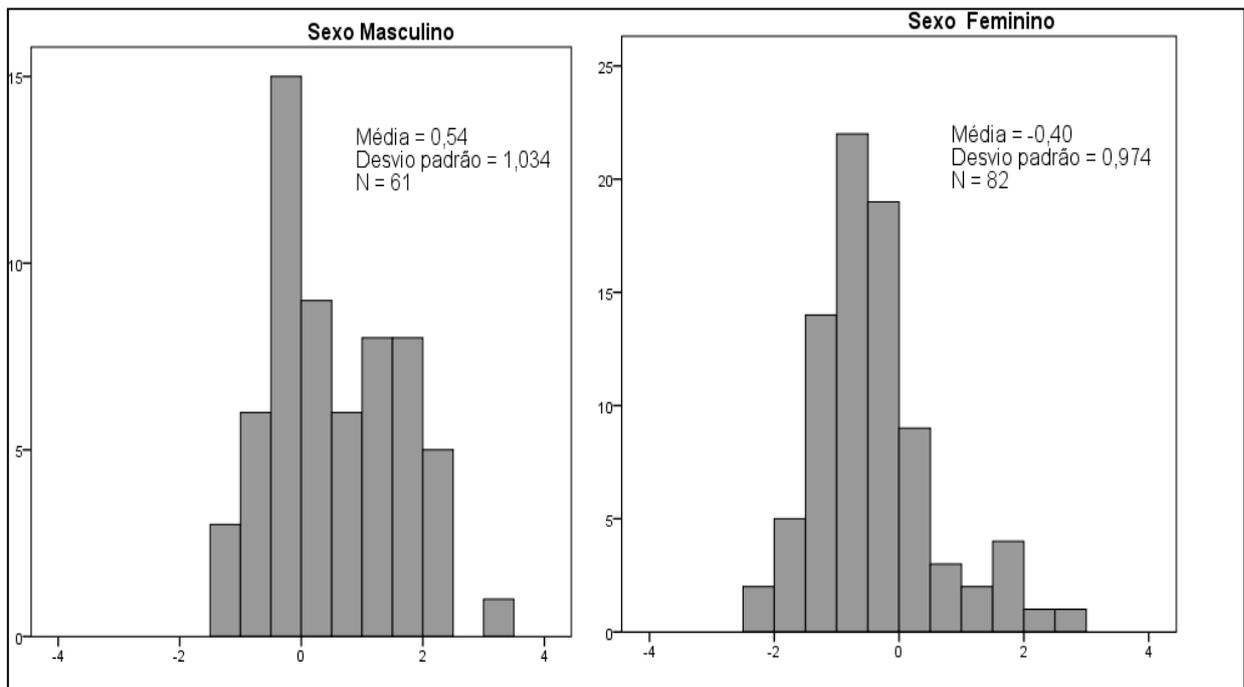


Fig 13. Histogramas de distribuição das respostas dos entrevistados do sexo masculino e feminino, botidos pela função discriminante canônica

- Idade

Na variável idade foram obtidas três funções discriminantes para representar 100 % da variância e classificar os entrevistados em função das classes

de idade (18-25 anos, 26-35 anos, 36-45 anos e > 46 anos). A primeira função representa 58,3 % da variância e em conjunto com a segunda função, representam 87,1 % da variância. O valor médio do coeficiente de correlação canônica das duas primeiras funções discriminantes (0,554 e 0,424) indicam que o grau de associação entre essas duas funções discriminantes e os quatro grupos de classes de idade foi de 55,4 e 42,4 %, respectivamente. O teste Lambda de Wilks indicou baixa significância ($p=0,229 > p=0,05$) para a primeira função discriminante, indicando que não há influência da idade dos entrevistados nas respostas sobre o Parque (Tabela 11).

Tabela 11 – Estatística da seleção das funções discriminantes canônicas para a Idades dos visitantes do Parque.

VARIÂNCIA EXPLICADA					
Função	Autovalor	% de variação	% cumulativa	Correlação canônica	
1	0,442	58,3	58,3	0,554	
2	0,218	28,8	87,1	0,423	
3	0,097	12,9	100,0	0,298	
Lambda de Wilks					
Teste de funções	Lambda de Wilks	Chi-quadrado	Df	Sig.	
1 até 3	0,518	83,744	75	0,229	
2 até 3	0,748	37,053	48	0,874	
3	0,911	11,860	23	0,973	

Como a primeira função discriminante representa 58,3 % da variância, as questões solicitadas na entrevista com os visitantes do Parque destacadas com asteriscos são as mais importantes na discriminação das respostas em função da idade (Tabela 12). Foram as variáveis relacionadas sobre a localização do Parque, sobre o conhecimento da criação do Parque e concordância do mesmo, vizinhança, poluição, pesquisa e observação de plantas e animais, cobrança para a visita.

A segunda função discriminante, menos importante, que representa 28,8 % da variância selecionou as perguntas e respostas relacionadas as avaliações (notas) dadas as questões sobre a importância do Parque, da educação ambiental, estudos e pesquisas; construções no Parque e cartão de visita do Parque. Já a terceira função representa apenas 12,9 % da variância. Logo as perguntas selecionadas foram as de menor importância na análise (Tabela 12).

Tabela 12 - Correlações das questões solicitadas aos entrevistados em suas respectivas funções discriminantes em função da idade dos mesmos.

PERGUNTAS	Função		
	1	2	3
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?	0,586*	-0,061	-0,038
Você tem conhecimento sobre a criação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,497*	-0,130	-0,027
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos de Pato Branco?	0,485*	0,028	-0,050
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?	0,446*	-0,283	-0,141
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?	0,351*	-0,208	0,008
Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?	-0,309*	-0,300	0,299
Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,309*	-0,084	-0,217
Você tem um bom conhecimento sobre o Meio Ambiente?	0,297*	0,130	0,193
Você acha interessante a observação de plantas e animais dentro do Parque?	0,265*	0,012	0,076
Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?	-0,252*	0,160	-0,212
Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?	-0,239*	0,105	-0,003
Você acha importante o contato com a natureza?	0,222*	-0,179	-0,039
Qual valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?	0,200*	-0,101	0,039
Você acha importante encontrar a paz e tranquilidade no Parque?	0,186*	0,019	0,059
O Parque Vitório Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?	0,182*	0,069	0,114
Que nota você dá sobre a importância dos Parques (áreas verdes) na cidade?	-0,038	0,449*	0,021
Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?	-0,173	0,354*	-0,238
Que nota você dá para a importância do lazer nessas áreas?	-0,153	0,228*	-0,092
Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?	0,145	-0,210*	-0,052
O Parque poderá ser considerado o cartão de visita da cidade de Pato Branco?	-0,038	0,180*	0,025
Em média, quantas vezes por mês você costuma visitar florestas naturais?	-0,126	0,152*	-0,064
Você sabia que o "Parque Ambiental" Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama "Parque Estadual" Vitório Piassa?	0,349	0,094	0,498*
Em média, quantas vezes por mês, você pretende visitar o Parque?	-0,041	0,158	0,257*
Você acha importante a prática de esportes no Parque?	0,119	0,058	0,163*
Você se preocupa com o meio ambiente?	0,123	0,128	-0,160*

A percentagem de classificação correta das respostas em relação a idade dos entrevistados foi baixa (58%), comprovando a pouca influência da mesma nas avaliações do Parque (Tabela 13).

Dos 59 entrevistados com idades de 18 a 25 anos, 47 (79,7 %) foram corretamente classificados como pertencentes a esta classe de idade, quatro (6,8 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes a classe de idade de 26-35 anos,

três (5,1 %) semelhantes a classe de idade de 36-45 anos e cinco (8,5 %) semelhantes às idades > 46 anos.

Tabela 13 – Classificação dos entrevistados entre as classes de idade.

	Classe Idade	Associação ao grupo prevista				Total
		1	2	3	4	
Original	1	47	4	3	5	59
	2	15	17	3	0	35
	3	5	5	11	5	26
	4	5	5	5	8	23
%	1	79,7	6,8	5,1	8,5	100,0
	2	42,9	48,6	8,6	0,0	100,0
	3	19,2	19,2	42,3	19,2	100,0
	4	21,7	21,7	21,7	34,8	100,0

58,0% de casos originais foram corretamente classificados;

1. 18-25 anos; 2. 26-35 anos; 3. 36-45 anos; 4. >46 anos

Dos 35 entrevistados com idades de 26 a 35 anos, 17 (48,6 %) foram corretamente classificados como pertencentes a esta classe de idade, 15 (42,9 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes a classe de idade de 18-25 anos, três (8,6 %) semelhantes a classe de idade de 36-45 anos e nenhum entrevistado teve respostas semelhantes aos de idades > 46 anos.

Dos 26 entrevistados com idades de 36 a 45 anos, 11 (42,3 %) foram corretamente classificados como pertencentes a esta classe de idade, cinco (19,2 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes a classe de idade de 18-25 anos, cinco (19,2 %) semelhantes a classe de idade de 26-35 anos e cinco (19,2 %) semelhantes aos entrevistados com idades > 46 anos. Já para os 23 entrevistados com idades > 46 anos, oito (44,8 %) foram corretamente classificados como pertencentes a esta classe de idade, cinco (21,7 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes a classe de idade de 18-25 anos, cinco (21,7 %) semelhantes a classe de idade de 26-35 anos e cinco (21,7 %) semelhantes aos entrevistados com idades de 36-45 anos (Tabela 13).

Então, pode-se afirmar que existe diferenças nas resposta às questões sobre o Parque em função da idade dos entrevistados e, essas diferenças pode ser comprovadas pelo gráfico de ordenação dos entrevistados em suas respectivas classes de idades (Figura 14). Pode-se observar que os centroides (ponto médio) das classes de idades estão equidistantes entre si, indicando serem diferentes, embora as respostas às perguntas de muitos entrevistados serem semelhantes a outras classes de idades.

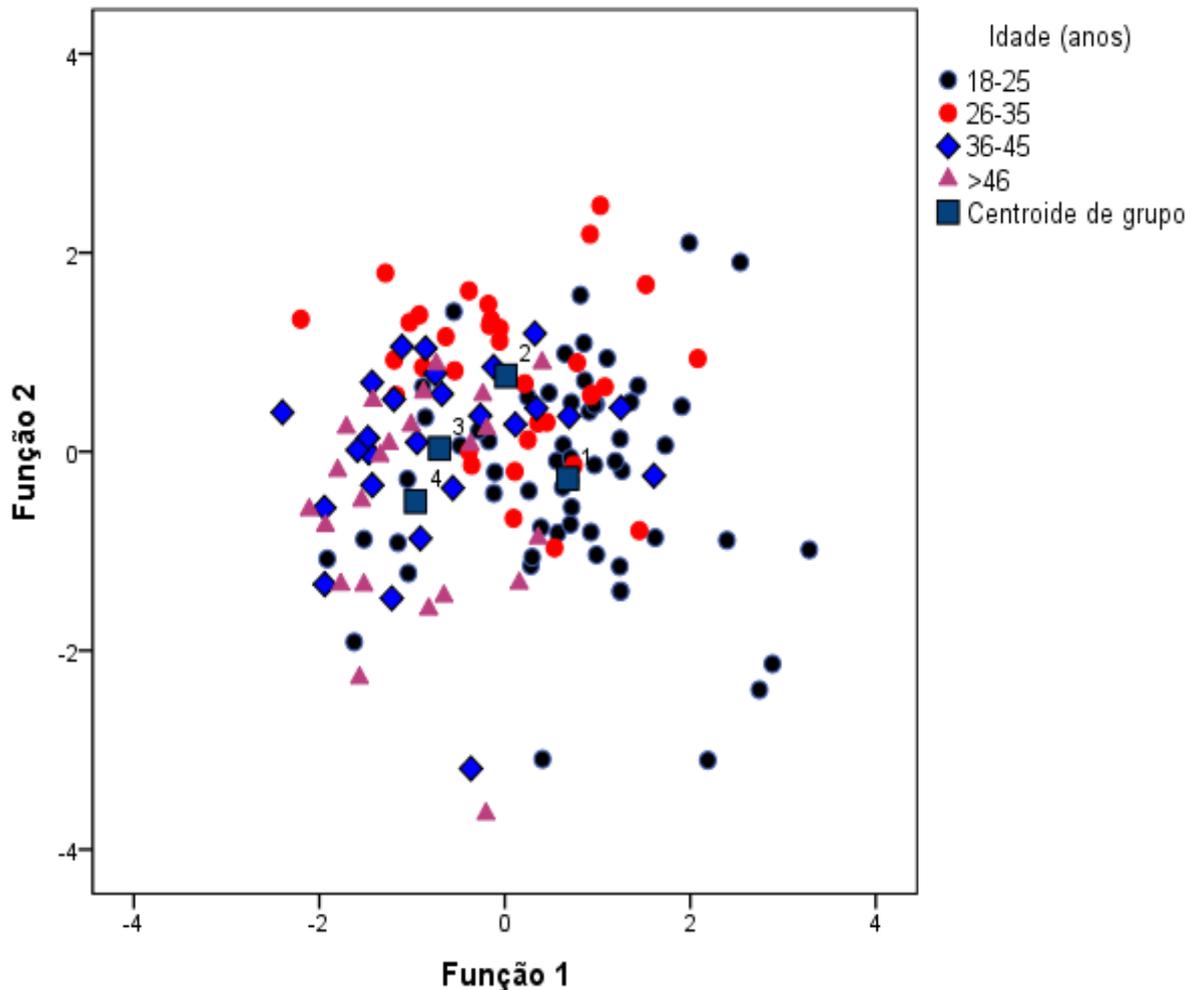


Fig 14. Ordenação das respostas dos entrevistados em suas respectivas classes de idades, considerando as duas primeiras funções discriminantes.

- Profissão

Em relação a profissão, foram obtida pela análise discriminante, cinco funções discriminantes para classificar os entrevistados em função da profissão destes, para representar 100 % da variância. A primeira função representa 48 % da variância e em conjunto com a segunda função, representam 72 % da variância. O valor médio do coeficiente de correlação canônica das duas primeiras funções discriminantes (0,574 e 0,444) indicam que o grau de associação entre essas duas funções discriminantes e os cinco grupos de profissões foi de 57,4 e 44,4 %, respectivamente. O teste Lambda de Wilks indicou baixa significância das funções (Tabela 14), indicando que não há muita influência da profissão dos entrevistados nas respostas sobre o Parque.

Tabela 14 – Estatística da seleção das funções discriminantes canônicas, para a profissão dos visitantes do Parque

Autovalores					
Função	Autovalor	% de variação	% cumulativa	Correlação canônica	
1	0,491	48,0	48,0	0,574	
2	0,246	24,1	72,0	0,444	
3	0,142	13,8	85,9	0,352	
4	0,091	8,9	94,8	0,289	
5	0,053	5,2	100,0	0,225	
Lambda de Wilks					
Teste de funções	Lambda de Wilks	Chi-quadrado	Df	Sig.	
1 até 5	0,410	112,726	125	0,777	
2 até 5	0,612	62,202	96	0,997	
3 até 5	0,762	34,363	69	1,000	
4 até 5	0,870	17,610	44	1,000	
5	0,949	6,559	21	0,999	

As questões mais importantes na classificação dos entrevistados pela profissão foram as que apresentam maior correlação na primeira função discriminante (variância de 48%) e segunda função (variância de 24,1 %), que representam em conjunto 72 % da variância total. São as relacionadas a localização e criação do Parque, seu entorno e as relacionadas a recreação (observação de plantas e animais, natureza, paz e esportes), meio ambiente e o reconhecimento de que o Parque é um cartão de visita para a cidade (Tabela 15). As questões relacionadas a frequência de visita, pagamento do ingresso, implantação do Parque e valorização da pesquisa, educação ambiental, áreas verdes e poluição foram menos importantes na classificação dos entrevistados pela profissão, ou seja as que tiveram mais respostas iguais.

Tabela 15 – Correlações das questões solicitadas aos entrevistados em suas respectivas funções discriminantes em função da profissão dos mesmos

PERGUNTAS	Função				
	1	2	3	4	5
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?	0,541*	-0,088	-0,083	-0,182	0,228
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos de Pato Branco?	0,528*	-0,050	-0,013	-0,286	-0,057
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?	0,521*	-0,149	0,053	-0,249	0,235
Você sabia que o “Parque Ambiental” Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama “Parque Estadual” Vitório Piassa?	0,370*	-0,165	0,288	0,301	0,281
Você tem conhecimento sobre a criação do	0,334*	0,050	-0,084	-0,002	-0,320

Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?					
Você acha interessante a observação de plantas e animais dentro do Parque?	0,285*	-0,042	-0,080	-0,260	-0,138
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?	0,267*	0,157	0,075	-0,113	0,061
Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?	-0,260*	-0,158	0,143	-0,036	-0,223
Você acha importante o contato com a natureza?	0,198*	-0,045	-0,082	-0,163	-0,105
Você acha importante encontrar a paz e tranquilidade no Parque?	0,197*	-0,025	-0,050	-0,184	-0,094
Você acha importante a prática de esportes no Parque?	0,107*	-0,027	0,079	0,030	0,058
Que nota você daria para a importância do lazer nessas áreas?	-0,086	0,450*	0,174	0,219	-0,044
Você tem um bom conhecimento sobre o Meio Ambiente?	0,332	0,385*	0,205	-0,145	0,049
Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?	0,278	-0,355*	-0,039	0,020	0,152
O Parque poderá ser considerado o cartão de visita da cidade de Pato Branco?	-0,125	-0,308*	-0,123	-0,218	0,214
Você se preocupa com o meio ambiente?	0,118	,0194*	0,004	0,140	0,039
Em média, quantas vezes por mês você costuma visitar florestas naturais?	-0,236	0,023	-0,576*	0,028	0,168
Qual valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?	0,174	0,219	-0,315*	0,310	0,071
Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,131	-0,096	-0,277*	-0,184	0,197
Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?	-0,185	0,040	0,006	0,462*	0,071
Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?	-0,188	0,076	0,062	0,436*	0,091
Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?	-0,313	-0,202	0,093	-0,357*	0,252
O Parque Vitório Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?	0,099	0,101	0,302	-0,310*	-0,129
Que nota você dá sobre a importância dos Parques (áreas verdes) na cidade?	-0,081	0,174	0,087	0,200*	-0,163
Em média, quantas vezes por mês, você pretende visitar o Parque?	0,014	-0,204	0,055	0,143	-0,368*

A porcentagem de classificação correta das respostas em relação a profissão dos entrevistados foi 68,5 %, indicando que existe influência da profissão nas avaliações do Parque (Tabela 16). Dos 66 entrevistados assalariados, 50 (75,8 %) foram corretamente classificados, dois (3,0 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes aos dos agricultores, um (1,5 %) semelhantes aos autônomos, três (4,5 %) aos Técnicos Administrativos e 10 (15,2 %) aos estudantes. Nenhuma resposta dos assalariados foi semelhante à dos professores.

Tabela 16 - Classificação dos entrevistados entre as profissões

Original	Profissão	Associação ao grupo prevista						Total
		1	2	3	4	5	6	
Contagem	1	50	2	1	3	0	10	66
	2	1	2	0	0	0	0	3
	3	1	0	5	1	1	0	8
	4	0	0	0	6	0	0	6
	5	8	0	0	1	7	0	16
	6	12	0	1	2	1	28	44
%	1	75,8	3,0	1,5	4,5	0,0	15,2	100,0
	2	33,3	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	3	12,5	0,0	62,5	12,5	12,5	0,0	100,0
	4	00,0	0,0	00,0	100,0	0,0	0,0	100,0
	5	50,0	0,0	0,0	6,3	43,8	0,0	100,0
	6	27,3	0,0	2,3	4,5	2,3	63,6	100,0

68,5% de casos originais foram corretamente classificados

1. Assalariado; 2. Agricultor; 3. Autônomo; 4. Técnico Administrativo; 5. Professor; 6. Estudante

Dos três agricultores entrevistados, dois (66,7 %) foram corretamente classificados, e um (33,3 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes aos assalariados. Dos oito autônomos entrevistados, cinco (62,5 %) foram corretamente classificados, um (19,2 %) dos entrevistados teve respostas semelhantes aos assalariados, um (19,2 %) aos técnicos administrativos e 1 (19,2 %) aos professores.

Todos os seis entrevistados dos técnicos administrativos foram classificados corretamente. Por outro lado, dos 23 professores entrevistados, sete (43,8 %) foram classificados corretamente, oito (50 %) forneceram respostas semelhantes aos assalariados e um (6,3 %) aos técnicos administrativos.

Por fim, dos 44 estudantes entrevistados, 28 (63,6 %) foram classificados corretamente, 12 (27,3 %) forneceram respostas semelhantes aos assalariados, um (2,3 %) semelhante aos autônomos, dois (4,5 %) aos técnicos administrativos e um (2,3 %) aos professores (Tabela 16).

Então, pode-se afirmar que existe diferenças nas resposta dos entrevistados às questões do Parque em função da profissão dos entrevistados e, essas diferenças pode ser comprovadas pelo gráfico de ordenação dos entrevistados em suas respectivas profissões (Figura 15). Pode-se observar que os centroides (ponto médio) das profissões avaliadas estão equidistantes entre si, indicando serem diferentes, embora as respostas às perguntas de muitos entrevistados serem semelhantes a outras classes de profissões.

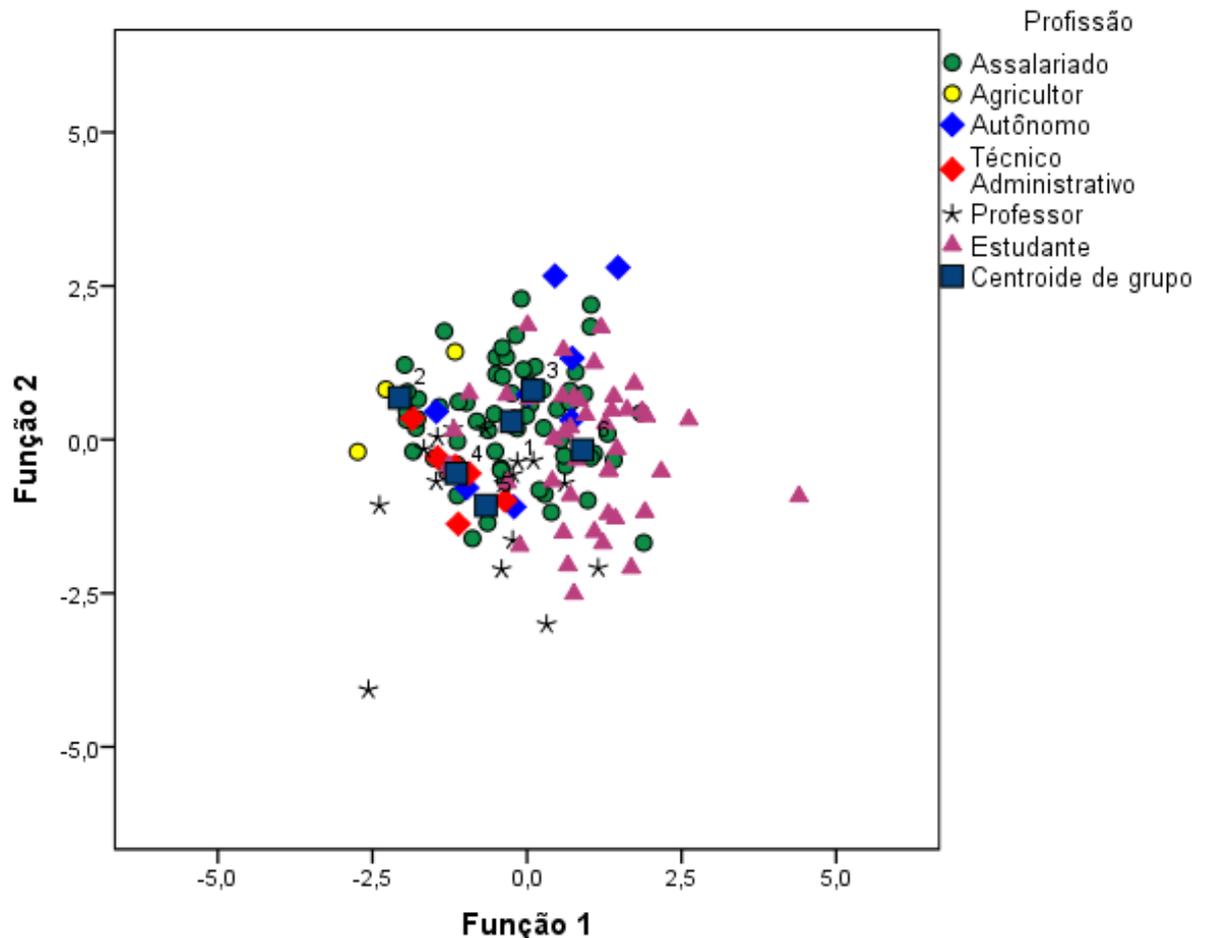


Fig 15. Ordenação das respostas dos entrevistados em suas respectivas profissões, considerando as duas primeiras funções discriminantes.

- Residência

Foi obtida pela análise discriminante duas funções discriminantes para classificar os entrevistados em função da residência dos mesmos, para representar 100 % da variância. A primeira função já representa 63,1 % da variância.

O valor médio do coeficiente de correlação canônica das duas primeiras funções discriminantes (0,525 e 0,427) indicam que o grau de associação entre essas duas funções discriminantes e os três grupos de residências dos visitantes foi de 52,5 e 42,7 % respectivamente. O teste Lambda de Wilks apresentou valor de p próximo de 0,05, indicando que pelo menos a primeira função discriminante é significativa (Tabela 17), indicando que houve influência da residência dos entrevistados nas respostas sobre o Parque.

Tabela 17 - Estatística da seleção das funções discriminantes canônicas para a residência dos visitantes do Parque.

Função	Autovalores			Correlação canônica
	Valor próprio	% de variação	% cumulativa	
1	0,380 ^a	63,1	63,1	0,525
2	0,222 ^a	36,9	100,0	0,427
Lambda de Wilks				
Teste de funções	Lambda de Wilks	Chi-quadrado	Df	Sig.
1 até 2	0,593	66,935	50	0,055
2	0,818	25,706	24	0,368

Como a primeira função discriminante representa 61,13 % da variância, as questões solicitadas na entrevista com os visitantes do Parque destacadas com asteriscos são as mais importantes na discriminação das respostas dos entrevistados em função da residência dos mesmos (Tabela 18). Foram as variáveis relacionadas com o meio ambiente, criação, localização e nome do Parque, poluição e frequência de visitação.

Tabela 18 – Correlações das questões solicitadas aos entrevistados em suas respectivas funções discriminantes em função da residência dos mesmos

PERGUNTAS	Função	
	1	2
Você tem um bom conhecimento sobre o Meio Ambiente?	-0,555*	0,066
Você tem conhecimento sobre a criação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	-0,461*	-0,019
Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?	0,385*	-0,187
Em média, quantas vezes por mês, você pretende visitar o Parque?	0,280*	-0,159
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?	-0,277*	-0,001
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos de Pato Branco?	-0,273*	0,019
Você acha importante encontrar a paz e tranquilidade no Parque?	-0,270*	0,073
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?	-0,194*	0,029
Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?	0,194*	-0,093
Você se preocupa com o meio ambiente?	-0,124*	-0,067
Que nota você dá sobre a importância dos Parques (áreas verdes) na cidade?	0,117*	0,085
Você acha interessante a observação de plantas e animais dentro do Parque?	-0,107*	-0,065
Você sabia que o "Parque Ambiental" Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama "Parque Estadual" Vitório Piassa?	-0,093*	0,087
O Parque Vitório Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?	0,037*	0,012
Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?	0,120	-0,414*
Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	-0,107	0,332*
Qual valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?	0,104	0,273*
Em média, quantas vezes por mês você costuma visitar florestas naturais?	0,215	0,252*
Você acha importante a prática de esportes no Parque?	0,013	0,203*
Que nota você dá para a importância do lazer nessas áreas?	0,125	0,189*
Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?	-0,154	0,185*
O Parque poderá ser considerado o cartão de visita da cidade de Pato Branco?	-0,018	0,170*

A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?	-0,027	0,149*
Você acha importante o contato com a natureza?	0,054	-0,114*
Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?	0,011	0,098*

A percentagem de classificação correta das respostas em relação residência dos entrevistados foi alta (87,4 %), indicando que o local onde reside os visitantes do Parque interfere na avaliação do Parque (Tabela 19). Dos oito entrevistados da zona rural, cinco (37,5 %) foram corretamente classificados e cinco (62,5 %), a maioria possuem opiniões semelhantes aos entrevistados da zona urbana de Pato Branco. Dos 16 entrevistados de outros municípios oito (50 %) foram classificados corretamente e oito (50 %) com opiniões semelhantes aos da zona urbana de Pato Branco. Já dos 119 entrevistados da zona urbana de Pato Branco, 114 (95,8 %) foram corretamente classificados, dois (1,7 %) possuem opiniões semelhantes aos moradores da zona rural e três (2,5 %) aos de outros municípios.

Tabela 19 - Classificação dos entrevistados em função das residências dos mesmos

		Residência	Associação ao grupo prevista			Total
			1	2	3	
Original	Contagem	1	3	0	5	8
		2	0	8	8	16
		3	2	3	114	119
%		1	37,5	0,0	62,5	100,0
		2	0,0	50,0	50,0	100,0
		3	1,7	2,5	95,8	100,0

87,4% de casos originais agrupados corretamente classificados

1. Zonal rural de Pato Branco; 2. Outros municípios; 3. Zona urbana de Pato Branco

Diante disso, pode-se afirmar que existe diferenças nas respostas dos entrevistados às questões do Parque em função da residência dos visitantes e, essa diferença pode ser comprovada pelo gráfico de ordenação dos entrevistados em suas respectivas profissões (Figura 16). Pode-se observar que os centroides (ponto médio) das residências dos entrevistados avaliadas estão equidistantes entre si, indicando serem diferentes. Ocorreram apenas 18 visitantes que tiveram opiniões diferentes da maioria dos entrevistados de suas regiões de origem.

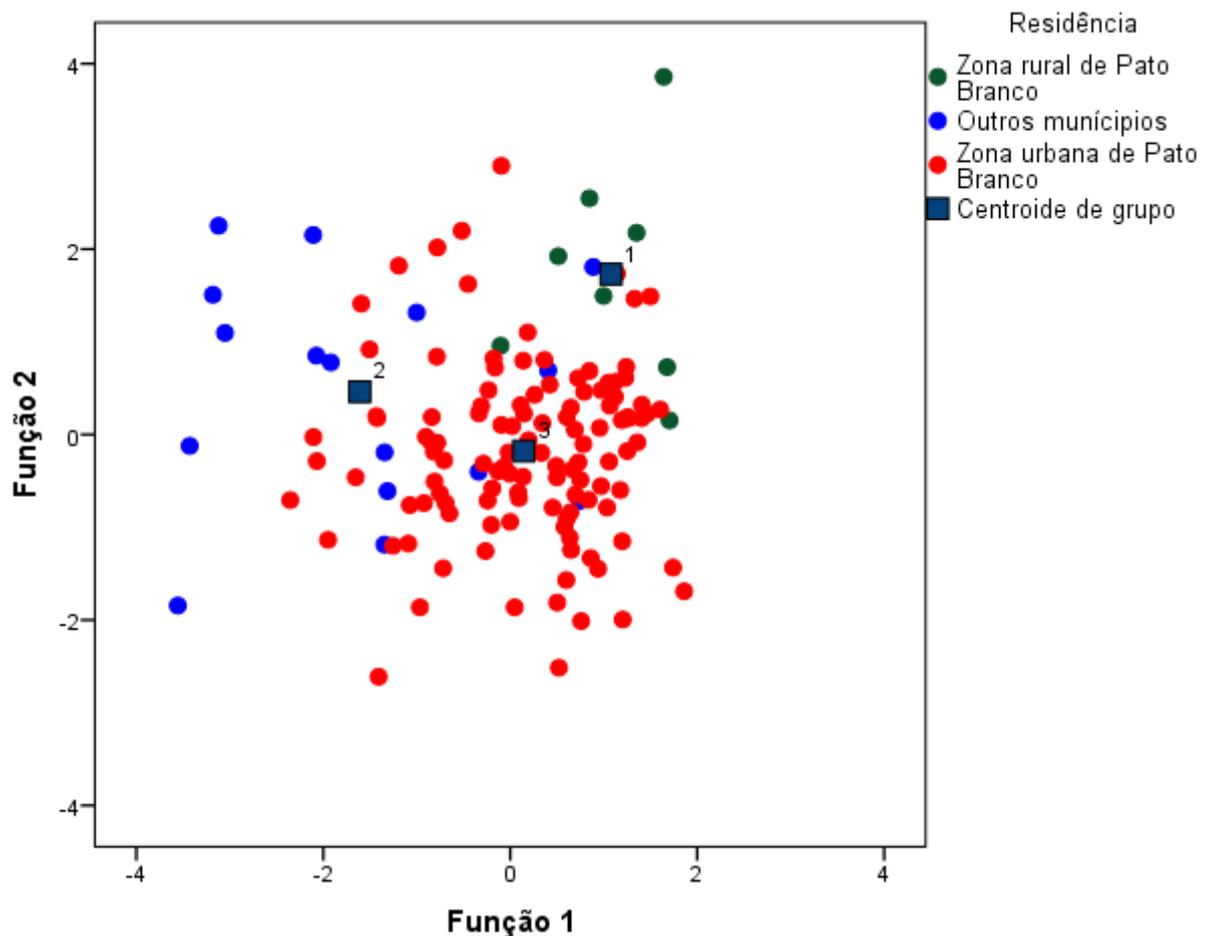


Fig 16. Ordenação das respostas dos entrevistados em suas respectivas residências, considerando as duas primeiras funções discriminantes.

- Escolaridade

Pela análise discriminante, foram obtidas três funções discriminantes para classificar os entrevistados em função do grau de escolaridade dos mesmos, para representar 100 % da variância. A primeira função representa 51,6 % da variância e em conjunto com a segunda função, representam 82,4 % da variância.

O valor médio do coeficiente de correlação canônica das duas primeiras funções discriminantes (0,541 e 0,445) indicam que o grau de associação entre essas duas funções discriminantes e os quatro grupos de escolaridade dos visitantes foi de 54,1 e 44,5 %. O teste Lambda de Wilks indicou baixa significância das funções (Tabela 20), indicando que não há muita influência do grau de escolaridade dos entrevistados nas respostas sobre o Parque.

Tabela 20 – Estatística da seleção das funções discriminantes canônicas, para o grau de escolaridade dos visitantes do Parque

Autovalores					
Função	Autovalor	% de variação	% cumulativa	Correlação canônica	
1	0,414 ^a	51,6	51,6	0,541	
2	0,247 ^a	30,8	82,4	0,445	
3	0,142 ^a	17,6	100,0	0,352	
Lambda de Wilks					
Teste de funções	Lambda de Wilks	Chi-quadrado	df	Sig.	
1 até 3	0,497	89,231	75	0,125	
2 até 3	0,702	45,065	48	0,594	
3	0,876	16,882	23	0,815	

As questões mais importantes na classificação dos entrevistados pela profissão foram as que apresentam maior correlação na primeira função discriminante (variância de 44,3 %) e segunda função (variância de 23,0 %), que representam em conjunto 67,3 % da variância total.

Essas questões são as relacionadas a localização do Parque, conhecimento sobre o nome do Parque, construções, visitas ao Parque e as florestas, se a vizinhança pode prejudicar os recursos do Parque, a busca de encontra a paz no Parque, poluição, prática de esporte e, as relacionadas com criação do Parque, conhecimento e preocupação com meio ambiente e a cobrança de entrada e o Parque pode ser cartão de visita (Tabela 21).

As questões relacionadas com o lazer, importância dos Parques, da Educação ambiental, de estudos e pesquisas, a observação de animais e plantas foram menos importantes na classificação dos entrevistados pela escolaridade.

Tabela 21 – Correlações das questões solicitadas aos entrevistados, em função do grau de escolaridade

PERGUNTAS	Funções		
	1	2	3
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?	0,561*	0,146	0,232
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?	0,492*	0,109	-0,033
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos de Pato Branco?	0,477*	-0,068	-0,003
Você tem conhecimento sobre a criação do Parque Ambiental Vitória Piassa na cidade de Pato Branco?	0,400*	-0,383	0,016
Você sabia que o “Parque Ambiental” Vitória Piassa de acordo com a legislação se chama “Parque Estadual” Vitória Piassa?	0,379*	0,018	-0,127
Em média, quantas vezes por mês, você pretende visitar o Parque?	-0,335*	0,195	-0,034

Em média, quantas vezes por mês você costuma visitar florestas naturais?	-0,334*	0,063	0,153
Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?	-0,329*	0,005	0,177
Você acha importante encontrar a paz e tranquilidade no Parque?	0,226*	-0,103	0,101
Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?	0,216*	0,073	-0,116
Você acha importante a prática de esportes no Parque?	0,174*	-0,159	-0,169
O Parque Vitória Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?	0,150*	0,073	-0,042
Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?	-0,009	0,510*	0,243
Você tem um bom conhecimento sobre meio ambiente	0,227	-0,437*	0,148
Qual valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?	0,039	-0,298*	-0,105
O Parque poderá ser considerado o cartão de visita da cidade de Pato Branco?	0,033	0,239*	0,202
Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitória Piassa na cidade de Pato Branco?	0,069	-0,195*	0,184
Você se preocupa com o meio ambiente?	-0,056	-0,162*	-0,061
Você acha interessante a observação de plantas e animais dentro do Parque?	0,076	-0,120	0,331*
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?	0,203	-0,112	-0,310*
Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?	-0,143	0,120	-0,306*
Você acha importante o contato com a natureza?	0,063	-0,121	0,237*
Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?	-0,126	0,154	-0,171*
Que nota você dá sobre a importância dos Parques (áreas verdes) na cidade?	-0,062	-0,077	0,133*
Que nota você daria para a importância do lazer nessas áreas?	-0,032	-0,130	-0,132*

A porcentagem de classificação correta das respostas em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados foi 66,4 %, indicando que existe influência da escolaridade nas avaliações do Parque (Tabela 22). Dos 14 entrevistados com ensino básico, seis (42,9 %) foram corretamente classificados, dois (14,3 %) tiveram respostas semelhantes aos com ensino fundamental, quatro (28,6 %) semelhantes aos com ensino médio e quatro (28,6 %) aos com ensino superior.

Dos 13 visitantes com ensino fundamental, cinco (38,5 %) foram corretamente classificados, quatro (30,8 %) tiveram respostas semelhantes aos com ensino médio e quatro (30,8 %) aos com ensino superior completo, que são os mais bem informados. Dos 75 visitantes com ensino médio, 61 (81,3 %) foram corretamente classificados, dois (2,7 %) teve respostas semelhantes aos com ensino básico e 12 (16 %) com o ensino superior. Dos 41 entrevistados com ensino superior, 23 (56,1 %) foram corretamente classificados, dois (4,9 %) tiveram respostas semelhantes aos com ensino fundamental e 16 (39 %) aos com ensino médio (Tabela 22).

Tabela 22 - Classificação dos entrevistados em relação ao grau de escolaridade.

Original	Contagem	Escolar	Associação ao grupo prevista				Total
			1	2	3	4	
		1	6	2	4	2	14
		2	0	5	4	4	13
		3	2	0	61	12	75
		4	0	2	16	23	41
	%	1	42,9	14,3	28,6	14,3	100,0
		2	0,0	38,5	30,8	30,8	100,0
		3	2,7	0,0	81,3	16,0	100,0
		4	0,0	4,9	39,0	56,1	100,0

66,4 % de casos originais foram corretamente classificados

1. Ensino Fundamental Incompleto; 2. Ensino Fundamental Completo; 3. Ensino médio completo/superior incompleto; 4. Ensino Superior Completo

Então, pode-se afirmar que existe diferenças nas respostas dos entrevistados às questões do Parque em função grau de escolaridade dos mesmos e, essa diferença pode ser comprovada pelo gráfico de ordenação dos mesmos em seus respectivos graus de escolaridade (Figura 17). Pode-se observar que os centroides (ponto médio) dos graus de escolaridade avaliadas estão equidistantes entre si, indicando serem diferentes, embora as respostas às perguntas de muitos entrevistados serem semelhantes a outros graus de escolaridade.

De acordo com o estudo feito por Guedes et al. (2013) sobre a percepção ambiental dos moradores do Parque Estadual do Rio Doce, pode-se constatar também a influência do variável grau de escolaridade sobre a percepção destes, constatando que os entrevistados que cursaram apenas o ensino fundamental nunca foram ao Parque, equivalendo a 77%, ou visitaram uma ou duas vezes ao longo da vida. Já os entrevistados com ensino superior, relataram utilizar o Parque com maior frequência (60%).

Diante disso pode-se perceber uma importante contribuição da escola para a promoção da valorização da unidade de conservação e do contato com a natureza como uma forma de lazer.

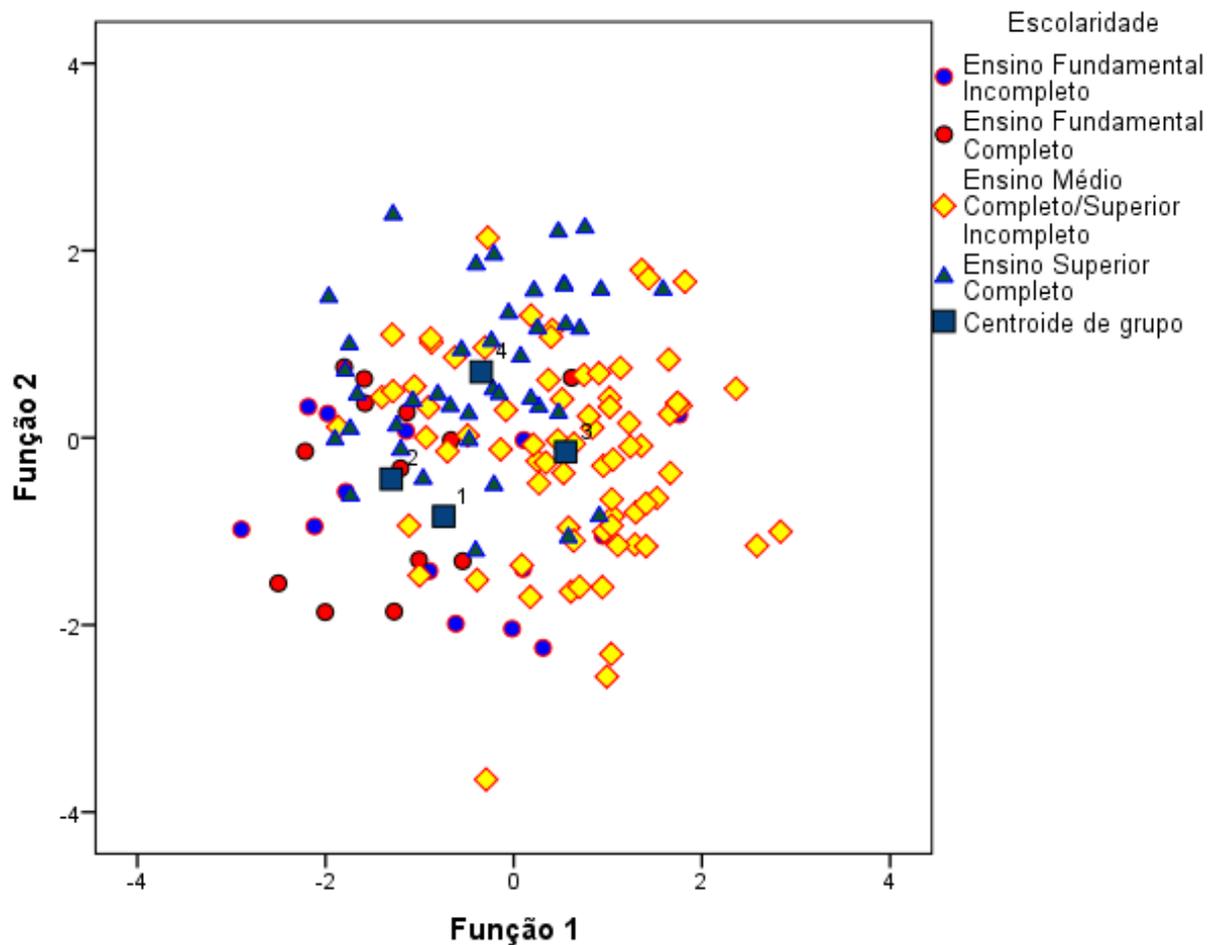


Fig 17. Ordenação das respostas dos entrevistados em seus respectivos graus de escolaridades, considerando as duas primeiras funções discriminantes.

- Renda Familiar

Pela análise discriminante, foram obtidas seis funções discriminantes para classificar os entrevistados em função da renda familiar dos mesmos, para representar 100 % da variância. A primeira função representa 33,8 % da variância e em conjunto com a segunda função, que são as principais para representar no gráfico de ordenação, representam 58 % da variância (valor baixo).

O valor médio do coeficiente de correlação canônica das duas primeiras funções discriminantes (0,555 e 0,492) indicam que o grau de associação entre essas duas funções discriminantes e os seis grupos de renda dos visitantes não foi de 55,4 e 49,2 %. O teste Lambda de Wilks indicou baixa significância das funções (Tabela

23), indicando que não há muita influência do grau de escolaridade dos entrevistados nas respostas sobre o Parque.

Tabela 23 – Estatística da seleção das funções discriminantes canônicas, para a renda familiar dos visitantes do Parque

Autovalores				
Função	Autovalor	% de variação	% cumulativa	Correlação canônica
1	0,446	33,8	33,8	0,555
2	0,320	24,2	58,0	0,492
3	0,241	18,3	76,3	0,441
4	0,153	11,6	87,8	0,364
5	0,100	7,5	95,4	0,301
6	0,061	4,6	100,0	0,240

Lambda de Wilks					
Teste de	Lambda de Wilks	Chi-quadrado	df	Sig.	
funções					
1 até 6	0,314	145,996	150	0,577	
2 até 6	0,454	99,529	120	0,913	
3 até 6	0,599	64,593	92	0,987	
4 até 6	0,743	37,350	66	0,998	
5 até 6	0,857	19,437	42	0,999	
6	0,942	7,482	20	0,995	

As questões mais importantes na classificação dos entrevistados pela renda familiar foram as que apresentam maior correlação na primeira função discriminante (variância de 33,8 %) e segunda função (variância de 24,2 %), que representam em conjunto 58 % da variância total. São as relacionadas a localização e criação do Parque, a prática de esportes, vizinhos podem prejudicar o Parque, número de visitas contato com a natureza e preocupação com o meio ambiente (Tabela 24).

As questões relacionadas a construções, importância dos Parques, importância da Educação ambiental e de estudos e pesquisas no Parque, lazer e paz, valor de cobrança para ingresso, nome do parque e cartão de visita e poluição foram menos importante na classificação dos entrevistados em relação renda familiar dos visitantes.

A percentagem de classificação correta das respostas em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados foi 60,8 %, indicando que existe influência do grau de escolaridade nas avaliações do Parque (Tabela 25). Dos quatro entrevistados com renda de até um salário mínimo (R\$ 937,00), três (75 %) foram corretamente classificados e um (25 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes aos da classe de renda de 2-4 salários mínimos.

Tabela 24 – Correlações das questões solicitadas aos entrevistados em suas respectivas funções discriminantes em função da renda familiar.

PERGUNTAS	Função					
	1	2	3	4	5	6
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?	0,418*	-0,018	0,105	0,225	0,157	-0,093
Você acha importante a prática de esportes no Parque?	0,376*	-0,097	0,217	0,043	-0,004	0,040
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?	0,317*	0,097	-0,084	-0,063	-0,143	0,106
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos de Pato Branco?	0,290*	0,045	-0,232	0,152	0,099	-0,105
Você tem conhecimento sobre a criação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	0,236*	-0,009	0,130	0,007	0,155	0,213
Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?	-0,143	0,500*	0,188	0,256	-0,166	0,251
Você se preocupa com o meio ambiente?	-0,083	0,453*	-0,029	0,281	0,121	0,234
Em média, quantas vezes por mês, você pretende visitar o Parque?	-0,150	0,219*	0,139	0,009	-0,051	0,053
Você acha importante o contato com a natureza?	-0,007	0,122*	0,016	0,026	-0,065	-0,023
A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?	0,326	0,110	0,471*	-0,085	-0,108	-0,124
Em média, quantas vezes por mês você costuma visitar florestas naturais?	-0,041	0,171	0,343*	-0,148	0,272	-0,288
Você acha interessante a observação de plantas e animais dentro do Parque?	-0,001	0,033	0,115*	0,044	-0,102	-0,046
Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?	-0,065	-0,129	0,094	0,357*	-0,091	-,058
O Parque Vitório Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?	-0,042	-0,070	-0,120	0,256*	-0,097	-0,139
Você acha importante encontrar a paz e tranquilidade no Parque?	-0,026	0,025	-0,044	0,163*	-0,026	-0,054
Você sabia que o “Parque Ambiental” Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama “Parque Estadual” Vitório Piassa?	0,048	-0,147	-0,503	0,069	0,521*	0,277
Qual valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?	-0,216	-0,014	0,099	-0,112	0,517*	-0,183
O Parque poderá ser considerado o cartão de visita da cidade de Pato Branco?	0,015	0,046	-0,015	0,001	0,306*	0,075
Que nota você daria para a importância do lazer nessas áreas?	-0,228	-0,109	-0,018	0,134	0,285*	-0,123
Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?	0,212	0,043	,042	0,163	0,259*	-0,105
Você tem um bom conhecimento sobre o Meio Ambiente?	-0,086	-0,037	,012	-0,042	0,043	0,363*
Que nota você dá sobre a importância dos Parques (áreas verdes) na cidade?	-0,191	-0,243	-0,166	0,024	0,124	0,338*
Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?	-0,073	0,203	-0,232	-0,047	0,019	0,307*
Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?	0,028	0,023	-0,174	-0,008	0,220	0,283*
Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?	-0,189	0,013	-0,131	0,166	0,131	0,257*

Dos 36 entrevistados com renda de 1-2 salários mínimos, 22 (61,6 %) foram corretamente classificados, seis (16,7 %) dos entrevistados tiveram respostas semelhantes aos da classe de renda de 2-4 salários mínimos e oito (22,2 %) aos da classe de renda de 5-10 salários mínimos. Dos 49 entrevistados com renda entre 2-4 salários mínimos, 28 (57,1 %) foram corretamente classificados, quatro (8,2 %) tiveram respostas semelhantes aos com renda de até um salário mínimo, sete (14,3 %) aos com renda entre 1-2 salários mínimos e 10 (20,4 %) aos com renda de 5-10 salários mínimos.

Tabela 25 - Classificação dos entrevistados em relação renda familiar.

		Associação ao grupo prevista							Total	
Renda		1	2	3	4	5	6	7		
Original	Cont.	1	3	0	1	0	0	0	0	4
		2	0	22	6	8	0	0	0	36
		3	4	7	28	10	0	0	0	49
		4	2	7	6	28	1	0	0	44
		5	0	1	1	0	6	0	0	8
		6	0	0	1	0	0	0	0	1
		7	0	0	0	1	0	0	0	1
%		1	75,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
		2	0,0	61,1	16,7	22,2	0,0	0,0	0,0	100
		3	8,2	14,3	57,1	20,4	0,0	0,0	0,0	100
		4	4,5	15,9	13,6	63,6	2,3	0,0	0,0	100
		5	0,0	12,5	12,5	0,0	75,0	0,0	0,0	100
		6	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	100
		7	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	100

60,8% de casos originais foram corretamente classificados

Dos 44 entrevistados com renda entre 5-10 salários mínimos, 28 (63,6 %) foram classificados corretamente, dois (4,5 %) tiveram respostas semelhantes aos com renda de até um salário mínimo, sete (15,9 %) aos com renda entre 1-2 salários mínimos, seis (13,6 %) aos com renda entre 2-4 salários mínimos e um (2,3 %) aos com renda entre 10-15 salários mínimos. Dos oito entrevistados com renda entre 10-15 salários mínimos, seis (75 %) foram corretamente classificados, um (12,5 %) teve respostas semelhantes aos com renda entre 1-2 salários mínimos e um (12,5 %) aos com renda entre 2-4 salários mínimos.

Para as outras duas classes de renda houve um único visitante para cada classe, classificados corretamente. Nota-se que a maior parte dos visitantes do Parque possuem renda entre 1 a 10 salários mínimos, a classe média (Tabela 25).

Então, pode-se afirmar que existe diferenças nas resposta dos entrevistados às questões do Parque em função da renda familiar dos entrevistados e, essas diferenças podem ser comprovadas pelo gráfico de ordenação dos entrevistados em suas respectivas classes de renda (Figura 8). Pode-se observar que os centroides (ponto médio) das classes de renda estão equidistantes entre si, indicando serem diferentes, embora as respostas às perguntas de muitos entrevistados serem semelhantes a outras classes de renda.

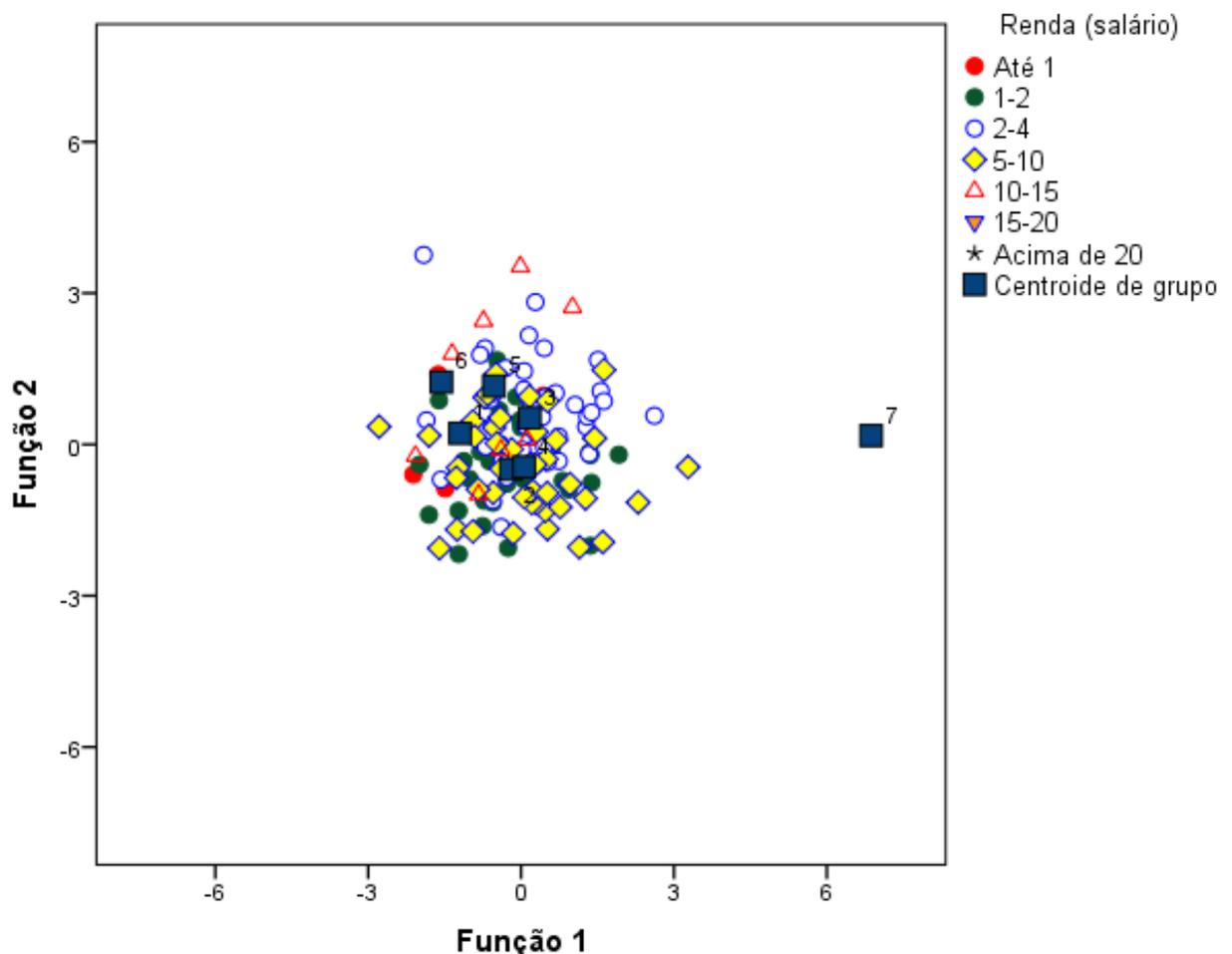


Fig 18. Ordenação das respostas dos entrevistados em suas respectivas rendas, considerando as duas primeiras funções discriminantes.

Guedes et al. (2013) em sua pesquisa comparou a renda do entrevistado com a frequência de visita à UC, onde nesta constatou que os moradores de menor renda fazem pouca (51,5%) ou nenhuma visita (48,5%) ao Parque e que as pessoas mais jovens normalmente visita por meio da escola ou por empresas (58,7%). Dessa forma, por muitas vezes as visitas são rápidas, restringido o tempo para outras atividades e ficando somente na observação da paisagem. Já as pessoas de maior

renda tem uma frequência maior de visitação pelo fato de ter seu próprio meio de transporte, podendo levar seus aparatos para atividades de lazer,

Para muitas pessoas, uma viagem ou passeio para lazer a um parque ou lago próximo pode se possível em um fim de semana, mas uma viagem longe ou para determinadas atividades de lazer são limitadas imediatamente pelo custo. Diante disso, pode se afirmar que a disponibilidade financeira é um fato que por muitas vezes restringe a participação em atividades recreativas ou visitas as UCs (MENDES; SOUZA; TABANEZ, 2007).

A partir da análise discriminante foi possível verificar se as variáveis: sexo, idade, renda, profissão, residência e escolaridade tinham influência nas questões solicitadas na pesquisa. O local de residência dos visitantes do Parque foi a única situação avaliada que mostrou diferenças significativas ($p = 0,055$) nas respostas sobre o Parque. A percepção sobre o Parque foi diferente em função da residência dos entrevistados. Sendo que estatisticamente nenhuma das variáveis apresentou significância, ou seja não apresentou diferença, mas sim tendências de opiniões diferentes.

A análise proporcionou mostrar quais foram as questões mais significativas para cada situação. Também, por meio da classificação dos entrevistados, pode-se perceber que o SPSS classificou todas as variáveis e que muitos dos entrevistados tinham opiniões diferentes nas questões abordadas. A ordenação das respostas dos entrevistados nas figuras apresentadas possibilitou também a percepção dessas diferenças de opiniões, demonstrando que muitas vezes, por exemplo os que tem renda maior que 15 salários nem sempre irá ter a mesma opinião das pessoas com a mesma classe salarial, mas sim que alguns podem pensar da mesma forma que uma pessoa que tem um rendimento de até 2 salários mínimos e assim sucessivamente para todas as variáveis apresentadas.

A análise discriminante proporcionou informações para o órgão gestor, no qual pode analisar as questões por variáveis e focar em alternativas para que essas diferenças sejam cada vez menores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque possui algumas atipicidades, tais como: 1) estar localizado em uma área urbana; 2) possuir área pequena (107 ha) e ser três vezes menor que a sua própria Zona de Amortecimento (ZA) que totalizou em 320,558 ha e, por fim 3) não ter associado ao seu nome, nenhuma característica local de alta relevância natural, sendo que no art. 3 do SNUC fica claro que “a denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga.

A análise do uso e ocupação do solo mostrou algumas inconsistências a serem ambientalmente readequadas, tais como a presença de indústrias, Estação de Tratamento Esgoto, áreas de agricultura convencional e presença de universidade.

Foi perceptível que a grande maioria dos potenciais visitantes, reconheceram a função e uso de um Parque, embora não esteja claro para a comunidade a diferença entre uma área verde e um Parque Estadual. A análise fatorial realizada proporcionou informações sobre as questões mais significativas da pesquisa, as quais se destacaram: i) localização do Parque; ii) importância das áreas verdes; iii) lazer e iv) Educação Ambiental.

Na análise discriminante, foi possível comparar as classes sociais (sexo, idade, renda, profissão, residência e escolaridade) com as questões da pesquisa que envolviam a percepção ambiental do potencial usuário do Parque, com o intuito de investigar se estas variáveis tinham influência sobre as demais questões da pesquisa. A partir dos resultados obtidos pode-se constatar que estatisticamente não houve diferença, embora tendências de opiniões distintas entre os visitantes do Parque foram observadas, especialmente sobre os locais de residência dos mesmos.

O trabalho proporcionou informações importantes que potencialmente servem de base para a elaboração do Plano de Manejo e gestão do Parque. Finalmente, é importante salientar que o Parque Estadual Vitória Piassa, apesar de ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada dentro de zona urbana, não é simplesmente uma área verde. Assim, os órgãos gestores, como também a população do município deve ser sensibilizada para tal, utilizando-o, prioritariamente, para a conservação da natureza pelo seu uso através de educação ambiental,

ecoturismo e contemplação da natureza, e não visar simplesmente o lazer convencional de massa de alto impacto ambiental.

7 RECOMENDAÇÕES DE MANEJO

Para fins de uso deste documento para os órgãos públicos, elaboraram-se as seguintes recomendações de manejo:

- Elaboração e finalização do Plano de Manejo com atenção especial à definição de zonas específicas para a Conservação da Natureza;
- Utilização do Parque para fins previsto na legalidade, sem distorcer a finalidade para a qual foi concebido;
- Adequação e cumprimento da Zona de Amortecimento já estabelecida;
- Programa e atividades de Educação Ambiental;
- Estudos e pesquisas científicas;
- Utilização de placas de interpretação da natureza e sinalização de trilhas ecológicas;
- Acesso e ciclovias dos bairros até o Parque;
- Melhorias nas estradas de acesso para moradores de outras cidades;
- Capacitação dos funcionários visando um melhor atendimento aos visitantes do Parque;
- Realizar planejamento participativo com toda a comunidade do entorno, visitantes, autoridades e público em geral, sendo este item essencial para obter resultados eficazes e duradouros para a Unidade de Conservação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. A. R. **Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**.1998. 218 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,1998.

AMORIM FILHO, O. B. **Os estudos da percepção como a última fronteira da gestão ambiental**. São Paulo: 2007. Disponível em <<http://ivairr.sites.uol.com.br/percepcaoambi.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos**. Brasília: 2001. Relatório Anual 4/06/2001 – 30/ 06/2002.

BARRETO, L. V. et al. Análise ambiental e social do bairro São Domingos em Ilhéus – Bahia. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 6, n. 4, p. p. 3-14, 2008.

BAUM, F.; PALMER, C. “Opportunity structures”: urban landscape, social capital and health promotion in Australia. **Health Promotion International**, Oxford, v. 17, n. 4, p. 351-361, 2001.

BECKER, B. Prefácio. In: GUERRA, A. J.; COELHO, M. C.; NUNES, M. C. (Orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Confederação das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD.. **Agenda 21**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1992.

BRASIL. Constituição da República federativa do brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 05 out.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 05 jun.2016.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA . **Resolução 013, de 06 de dezembro de 1990**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res90/res1390.html> >. Acesso em: 17 mai. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA . **Resolução 428, de 17 de dezembro de 2010**. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res10/res42810.pdf>>. >. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA . **Resolução 473, de 11 de dezembro de 2015**. Disponível em:<

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=719> >. Acesso em: 17 mai. 2017.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.340/2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 ago. 2002. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso em 12.abr.2017.

BRASIL. Lei Federal nº 9.885, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 jul.2000. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 21 mar.2016.

BRASIL. Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 ago.2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em 17 fev.2018.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de conservação – intenções e resultados**. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

CANDIANI, G; VITA, S; SOUZA, W; FILHO, W. Educação ambiental: percepção e práticas sobre o meio ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 12, p. 74-89, 2004.

CARREGOSA, E. A.; CUNHA, S. L; KUNHAVALIK, J. P. Unidade de Conservação e comunidade local: uma relação em construção. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 305-319, 2015.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Atualizada em:17/02/2015. Disponível em:http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Categoria_Fevereiro_2015.pdf. Acesso em: 11 mar 2017.

COSTA, C. C.; DOS SANTOS, M. V. Percepção ambiental de alunos da modalidade de educação de jovens e adultos em assentamento rural. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 202-219, 2015.

DA SILVA, M. E. M; SORIANO-SIERRA, E. J. Análise da percepção do visitante sobre a revitalização da orla marítima: o modelo do Parque Linear Calçadão, Itapema–Santa Catarina–Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 76-96, 2015.

DACANAL, C; LABAKI, L. C; SILVA, T. M. L. Vamos passear na floresta! O conforto térmico em fragmentos florestais urbanos. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 115-132, 2010.

DALMORO, M; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 6, n. 3, p 161-174, 2013.

DEL RIO, V; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DE PAULA CARVALHO, A.; RODRIGUES, M. A. N. Percepção ambiental dos moradores do entorno do açude Soledade no estado da Paraíba. **Electronic Journal of Management, Education and Environmental Technology (REGET)**, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 25-35, 2015.

DITT, E. H. et al. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. In: CULLEN JR, L. et al. (Orgs.). **Métodos de estudo em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003. p. 631-646.

EBREGT, A.; GREVE, P. Buffer Zones and their Management, Policy and best practices for terrestrial ecosystems in developing countries. Theme Studies Series, **Netherlands**, v. 5, p 203-222, 2000.

FAGGIONATTO, S. **O que tem a ver percepção ambiental com a educação ambiental?** São Paulo: 2007. Disponível em:<
http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 06 fev.2011.

FERNANDES, R. S; SOUZA, V. J; PELISSARI, V. B; FERNANDES, S. T. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. São Paulo: 2004. Disponível em: <
http://143.106.158.7/anppas/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf>. Acesso em 7 jun. 2016.

FERREIRA, C. R. T. **Avaliação da degradação ambiental urbana através da percepção ambiental: O caso do alto da bacia do limoeiro, presidente Prudente, SP**. 2001. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade de Presidente Prudente. SP. 2001.

GUEDES, F. A. F.; FRANCO, M. W.; MAIA-BARBOSA, P.; DRUMOND, M. A.; BARBOSA, F. A. R. Percepção ambiental dos moradores de São José do Goiabal sobre o parque estadual do Rio Doce: a influência das variáveis gênero, idade, classe social e escolaridade. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 51-61, jan./jul. 2013.

GONZALES, L. T. V.; TOZONI-REIS, M. F. C.; DINIZ, R. E. S. Educação ambiental na comunidade: uma proposta de pesquisa-ação. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 18, n.1, p. 379-398, jan/jun. 2007. Disponível em <<http://ww.remea.furg.br/edicoes/vol18/art31v18a27.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

HAIR, A.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de dados**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

IBAMA- ICMBIO. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. **Manifestação técnica sobre os impactos ambientais potenciais decorrentes da implantação do Comperj nas unidades de conservação federais da região**. Rio de Janeiro: 2008.

IBM SPSS. © **Copyright IBM Corporation, versão 20**. USA: 2011.

ICMBIO. **Plano de Manejo**. 2016. Disponível em: <<http://www4.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/plano-de-manejo.html>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

ICMBIO. **Plano de Manejo da ESEC MATA PRETA**. 2009a. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgsunidadescoservacao/PCA_ESEC_Mata_Preta.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

ICMBIO. **ESEC da Mata Preta**. 2009b. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2168-esec-da-mata-preta>>. Acesso em 03.abr. 2017.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Atos de Criação de Unidades de Conservação**. Curitiba: 2017. Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1217.html>>. Acesso em 02 abr. 2017.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Planos de Manejo**. Curitiba: 2017. Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1201.html>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pato Branco – PR**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama>>. Acesso em 20 dez.2016.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Áreas protegidas críticas na Amazônia no período de 2012 a 2014**. Manaus: 2016. Disponível em:<<http://amazon.org.br/publicacoes/areas-protegidas-criticas-na-amazonia-no-periodo-de-2012-a-2014/#updateOnce>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

IOJĂ, C. I.; ROZYLOWICZ, L.; PĂTROESCU, M; NITĂ, M. R.; VĂNAU, G. O. (2011). Dog walkers vs. other park visitors' perceptions: The importance of planning sustainable urban parks in Bucharest, Romania. **Landscape and Urban Planning**, Romania, v. 103, n. 1, p. 74-82, 2011.

JUNQUEIRA, V.; NEIMAN, Z. **Educação ambiental e conservação da biodiversidade**: reflexões e experiências brasileiras. Barueri: Manoele, 2007.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**: 6.ed. New Jersey: Prentice-Hall. 2007.

LATTIN, J.; CARROLL, J. D.; GREEN, P. E. (Tradução Harue Avritscher). **Análise de Dados Multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 455 p.

LERMEN, H. S. **Percepção ambiental dos moradores vila Parque Santa Anita** – Porto Alegre: 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LIKERT, R. A. technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, Chicago, n. 140, p. 44-53, 1932.

LUCENA, M. A.; FREIRE, E. M. X. Percepção ambiental sobre uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pela comunidade rural do entorno, semiárido brasileiro. **Educação ambiental em ação**, Natal, n. 35, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

MARCZWSKI, M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudante do Ensino Fundamental de uma escola municipal rural: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARIANO, M. V; ALMEIDA, C. M. V. B; BONILLA, S. H; AGOSTINHO, F; GIANNETTI, B. F. Avaliação em emergia como ferramenta de gestão nos parques urbanos de São Paulo. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 443-458, 2015.

MARTINS, L. M. **Parque Municipal, Fazenda Lagoa do Nado: a visão dos moradores vizinhos dez anos após sua implantação**. 2002. 52 p. Monografia (Conclusão de curso) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MENDES, A. F.; SOUZA, S. A.; TABANEZ, M. F. A. Trilha Interpretativa das Árvores Gigantes do Parque Estadual de Porto Ferreira na modalidade autoguiada. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 173-188, dez. 2007.

MENEZES, R. T. de. **Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Componentes de Despesa dos Municípios Brasileiros**. Brasília: ESAF, 2005. 64 p.

MENEZES, J. P. C. Percepção ambiental dos visitantes do parque municipal bosque John Kennedy–Araguari, MG. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 26, p.103-112, 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Proteção Integral**. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MILANO, M. S. Porque existem as unidades de conservação? In: MILANO, M. S. (Org). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002.

MILANO, M. S. Unidades de Conservação – Técnica, Lei e Ética para a Conservação da Biodiversidade. In: BENJAMIN, A. H.(Org.). **Direito ambiental das áreas protegidas** – o regime jurídico das Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3.

MIRANDA, D. J. P. Educação e Percepção Ambiental: O despertar consciente do saber ambiental para a ação do homem na natureza. **Revista eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, v.19, p. 1-17, jul./dez. de 2007.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

NÓBREGA, D. M. **Análise discriminante utilizando o software SPSS**. 2010. 53 f. Monografia (Conclusão de Curso de Bacharelado em Estatística) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010.

OLIVEIRA, A. E. Unidades de Conservação no Brasil. In: DICK, E; DANIELI, M. A; ZANINI, A. M. (Orgs). **Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica**. 1. Ed. Rio do Sul, SC: APREMAVI, 2012.

PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPE, 1997.

PARANÁ. Governo do Estado. Decreto Estadual nº 5.169/2009. **Diário oficial do Estado do Paraná**. Curitiba, PR: 30 jul. 2009. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/atos_de_criacao/57_PE_Vitorio_piassa.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

PARANÁ. Governo do Estado. **Termo de convênio Instituto Ambiental do Paraná e Prefeitura Municipal de Pato Branco**. Curitiba, PR: set.2015.

PINA, J. H. A; DOS SANTOS, D. G. Qualidade ambiental e de vida: Uma análise qualitativa do Parque do Sabiá em Uberlândia-MG. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 31, p. 249-267, 2009.

PROCHNOW, M.; DICK, E. O que são Unidades de Conservação no Brasil. In: DICK, E., DANIELI, M. A.; ZANINI, A. M. (Orgs.). **Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica**. 1. Ed. Rio do Sul, SC: APREMAVI, 2012.

RAMOS, L. M. J.; OLIVEIRA, S. F. Educação Ambiental para o Ecoturismo nas Unidades de Conservação: um nexos ontológico. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 117, jan/jun. 2008.

REIGOTA, M. **Fundamentos Teóricos para a Realização de Educação Ambiental Popular**. Brasília, DF: Conselho Internacional de Educação de Adultos/ ICAE, 1991.

RIBAS, JH. R.; VIEIRA, P. R. da C. **Análise Multivariada com o uso do SPSS**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011. 272 p.

- RIBEIRO, K.; LORENZETTO, A.; RODRIGUES, C. Bases para o Manejo de Escaladas em Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 4, Curitiba, 2003. **Anais ...** Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, Rede Nacional Pró - Unidades de Conservação, 2003. p.335 –345.
- ROSSONI, H. A. V.; Da SILVA FARIA, M. T.; ROSSONI, F. F. P.; De OLIVEIRA PASSOS, M.; De FARIA, B. R. N.; LEMOS, C. F. Análise da percepção ambiental da cidade universitária de florestal, Minas Gerais–Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 13, n. 41, p. 240-251, 2012.
- SABBAGH, R. B. Bens públicos e recursos de acesso comum: instituições que influenciam sua conservação nos bairros Cota do Parque Estadual da Serra do Mar de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1625-1647, 2012.
- SANTOS, E. S. Conforto ambiental e lazer esportivo na cidade. **Corpo em Movimento**, Salvador, v. 1. n. 1, p. 155-169, 2003.
- SANTOS, J. E.; JESUS, T. P.; HENKE-OLIVEIRA, C. E.; BALLESTER, M. V. R. Caracterização perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação. In: SANTOS, J. E.; PIRES, J. S. R. (Eds.). **Estação Ecológica de Jataí**. 1. Ed. São Carlos, SP: Rima, 2000.
- SILVA, A. N.; XAVIER, A. F.; BRAZ, I. J. S. **Unidades de Conservação da Natureza**. 2. Ed. São Paulo: Secretária do Meio Ambiente, 2014.
- SATO, M.; PASSOS, L. A. Notas desafinadas do poder e do saber – qual a rima necessária à Educação Ambiental? **Contrapontos**, Itajaí, v. 1, n. 3, p. 9-26, 2003.
- SERRANO, C. M. T. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.
- SILVA, G. A. **Unidades de Conservação como política de proteção à biodiversidade: uma categorização perceptiva de grupos socioculturais do entorno da APA do Catolé e Fernão Velho, Estado de Alagoas**. 2006. p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Maceió/ AL: Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2006.
- SILVA, L. J. M. **Parques urbanos: a natureza na cidade - Uma análise da percepção dos atores urbanos**.2003. 114 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.
- SILVA, R. N.; GOMES, M. A. S. Parques urbanos em Alagoas: caracterização e análise no âmbito da produção do espaço. **Percursos**, Maringá, v. 2, n. 1, p. 107-133, 2010.
- SOUSA, A. R. P.; ARAÚJO, J. L. L.; LOPES, W. G. R. Percepção ambiental no turismo do Parque Ecológico Cachoeira do Urubu nos municípios de Esperantina e

Batalha no estado do Piauí. **O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 24, p. 69-91, 2012.

SOUZA, P. C. de; MARTOS, H. L. Estudo do uso público e análise ambiental das trilhas em uma unidade de conservação de uso sustentável: Floresta Nacional de Ipanema, Iperó: **Árvore**, Viçosa, v. 32, n. 1, p. 91-100, 2008.

SPERANDIO, F.C. **Uma proposta metodológica para a avaliação da percepção ambiental de usuários de parques urbanos municipais**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2017.

SUESS, R.; GONÇALVES BEZERRA, R.; DE CARVALHO SOBRINHO, H. Percepção Ambiental de diferentes atores sociais sobre o Lago do Abreu em Formosa—GO. **HOLOS**, Natal-RN, Ano 29, v. 6, p. 240-258, 2013.

TELES, A. J. F. A frequência dos parques de lazer na cidade de Recife e o perfil dos seus frequentadores. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: As ciências do desporto e a prática desportiva no espaço da língua portuguesa, 2., 1991, Porto-Portugal. **Actas...** Porto: Universidade do Porto, v. 2, 1991. p. 441-448.

UNESCO. **Organização Das Nações Unidas Para A Educação, Ciência E Cultura. Tendências de la educación ambiental**. Paris: Unesco, 1997.

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas Públicas. **Revista Geographia**, Niterói, v. 4, n. 8,, p. 57-78, jun. 2002.

VIANA, Á. L.; LOPES, M. C.; NETO, N. F. D. A. L.; KUDO, S. A.; DA SILVA GUIMARÃES, D. F.; MARI, M. L. G. Análise da percepção ambiental sobre os parques urbanos da cidade de Manaus, Amazonas. **Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 5, p. 4044-4062, 2014.

WHYTE, A. V. T. **La perception de L´environnement: lignes directrices méthodologiques pour les etudes sur le terrain**. Paris: Unesco, 1978.

APÊNDICES

APÊNDICE 1**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE NA ZONA AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, PATO BRANCO- PR

Pesquisador: ADRIELI SIGNORATI

Versão: 2

CAAE: 71941317.9.0000.5547

Instituição Proponente: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 083381/2017

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Endereço: SETE DE SETEMBRO
3165

Bairro: CENTRO

UF: PR **Município:** CURITIBA **CEP:** 80.230-901

Telefone: (41)3310-4494

E-mail: coep@utfpr.edu.br

APÊNDICE 2

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE NA ZONA AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL VITÓRIO PIASSA, PATO BRANCO- PR
Pesquisador Responsável: ADRIELI SIGNORATI
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 71941317.9.0000.5547
Submetido em: 21/08/2017
Instituição Proponente: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Receção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_066851

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
 - ↳ Pendência de Parecer (PO) - Versão 2
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Receção - Submissão
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 2
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
 - ↳ Outros - Submissão 2
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigad
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justifi
 - ↳ Apreciação 2 - Universidade Tecnológica Fe
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
(Empty table content)				

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação ⇅	Pesquisador Responsável ⇅	Versão ⇅	Submissão ⇅	Modificação ⇅	Situação ⇅	Exclusiva do Centro Coord. ⇅	Ações
PO	ADRIELI SIGNORATI	2	21/08/2017	02/09/2017	Aprovado	Não	   

APÊNDICE 3

TERMOS DE CONSETIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Título da pesquisa: Percepção Ambiental da Comunidade na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa- Pato Branco.

Pesquisadora:

Adrieli Signorati.

Orientador ou outro profissional responsável:

Fernando Campanha Bechara.

Local de realização da pesquisa: Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Entorno do Parque Estadual Vitório Piassa,

Endereço, telefone do local: Via do Conhecimento, Km, 1, CEP 85.503-390.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

- 1. Apresentação da pesquisa:** Você é convidado a participar desta pesquisa sobre Percepção Ambiental da comunidade da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa. A pesquisa sobre percepção ambiental é muito importante, sendo que na maioria dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação tem esse item em sua estrutura, servindo como importante instrumento de gestão e permitindo identificar quais os possíveis usos dessas áreas.
- 2. Objetivos da pesquisa:** Diagnosticar a percepção ambiental da comunidade do entorno do PEVP e os atores sociais envolvidos, definindo assim os possíveis impactos positivos e negativos destes no Parque.
- 3. Participação na pesquisa:** Ao participar deste estudo você responderá a um questionário estruturado sobre o tema de pesquisa. Você será solicitado a fornecer informações de natureza socioeconômica, bem como sua percepção sobre o Parque Estadual Vitório Piassa. Porém você não precisará fornecer seu nome ou qualquer outro dado de sua informação. Suas respostas não serão objeto de avaliação quanto a acerto ou erro. Não existem respostas erradas para as questões. As perguntas serão feitas diretamente pela pesquisadora e serão anotadas no ato pela pesquisadora. O tempo necessário para completá-los é de aproximadamente 5 minutos.
- 4. Confidencialidade:** Os dados fornecidos serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa e estarão protegidos pelo sigilo. Apenas os pesquisadores terão acesso aos questionários.
- 5. Riscos e Benefícios.**

5a) Riscos: O único risco de sua participação na pesquisa é de sentir algum constrangimento ao responder o questionário. Caso isso aconteça, você pode interromper o preenchimento, sem nenhum problema.

5b) Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, os resultados ajudaram para a elaboração do Plano de Manejo do Parque, sendo que um Parque bem manejado propicia espaços de lazer para a comunidade, contribui para a qualidade de vida e do ar.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Estudantes, professores e técnicos administrativos do Campus da UTFPR, Pato Branco, maiores de 18 anos de ambos os sexos.

6b) Exclusão: Serão excluídos desse grupo cegos e deficientes auditivos.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo: Você tem a liberdade de não participar e pode, ainda, caso concorde em participar, interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo. Você tem a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre o estudo contatando Adrieli Signorati por meio do endereço eletrônico adrielisignorati@hotmail.com

Assinale uma das opções abaixo para receber ou para não receber os resultados da pesquisa, conforme seu interesse:

() Quero receber os resultados da pesquisa. Favor enviar para o e-mail: _____
 () Não quero receber os resultados da pesquisa.

8. Ressarcimento e indenização: Sua participação na pesquisa não envolve qualquer dispêndio financeiro ou material de sua parte. Mas você tem o direito de ser indenizado por qualquer dano que, comprovadamente, seja decorrente de sua participação na pesquisa, nos termos da Resolução 466/2012 - CNS.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494 e-mail: coep@utfpr.edu.br

B) CONSENTIMENTO (do participante de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimentos e indenizações relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome completo: _____

RG: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Telefone: _____

Endereço: _____ C

EP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura _____ pesquisador: _____
(ou seu representante) Data: _____

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com _____, via e-mail: _____ ou telefone: _____.

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao participante da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MORADORES

Título da pesquisa: Percepção Ambiental da Comunidade na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa- Pato Branco.

Pesquisadora:

Adrieli Signorati.

Orientador ou outro profissional responsável:

Fernando Campanha Bechara.

Local de realização da pesquisa: Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o entorno do Parque Estadual Vitório Piassa,

Endereço, telefone do local: Via do Conhecimento, Km, 1, CEP 85.503-390. Fone: (46) 3220-2608.

C) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

9. **Apresentação da pesquisa:** Você é convidado a participar desta pesquisa sobre Percepção Ambiental da comunidade da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa. A pesquisa sobre percepção ambiental é muito importante, sendo que na maioria dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação tem esse item em sua estrutura, servindo como importante instrumento de gestão e permitindo identificar quais os possíveis usos dessas áreas.
10. **Objetivos da pesquisa:** Diagnosticar a percepção ambiental da comunidade do entorno do PEVP e os atores sociais envolvidos, definindo assim os possíveis impactos positivos e negativos destes no Parque.
11. **Participação na pesquisa:** Ao participar deste estudo você responderá a um questionário estruturado sobre o tema de pesquisa. Você será solicitado a fornecer informações de natureza socioeconômica, bem como sua percepção sobre o Parque Estadual Vitório Piassa. Porém você não precisará fornecer seu nome ou qualquer outro dado de sua informação. Suas respostas não serão objeto de avaliação quanto a acerto ou erro. Não existem respostas erradas para as questões. As perguntas serão feitas diretamente pela pesquisadora e serão anotadas no ato pela pesquisadora. O tempo necessário para completá-los é de aproximadamente 5 minutos.
12. **Confidencialidade:** Os dados fornecidos serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa e estarão protegidos pelo sigilo. Apenas os pesquisadores terão acesso aos questionários.
13. **Riscos e Benefícios.**
 - 5a) **Riscos:** O único risco de sua participação na pesquisa é de sentir algum constrangimento ao responder o questionário. Caso isso aconteça, você pode interromper o preenchimento, sem nenhum problema.
 - 5b) **Benefícios:** Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, os resultados ajudaram para a elaboração do Plano de Manejo do Parque, sendo que um Parque bem manejado propicia espaços de lazer para a comunidade, contribui para a qualidade de vida e do ar.
14. **Critérios de inclusão e exclusão.**
 - 6a) **Inclusão:** Habitantes da ZA, maiores de 18 anos de ambos os sexos.
 - 6b) **Exclusão:** Serão excluídos desse grupo cegos e deficientes auditivos.

15. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo: Você tem a liberdade de não participar e pode, ainda, caso concorde em participar, interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo. Você tem a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre o estudo contatando Adrieli Signorati por meio do endereço eletrônico adrielisignorati@hotmail.com

Assinale uma das opções abaixo para receber ou para não receber os resultados da pesquisa, conforme seu interesse:

() Quero receber os resultados da pesquisa. Favor enviar para o e-mail: _____
 () Não quero receber os resultados da pesquisa.

16. Ressarcimento e indenização: Sua participação na pesquisa não envolve qualquer dispêndio financeiro ou material de sua parte. Mas você tem o direito de ser indenizado por qualquer dano que, comprovadamente, seja decorrente de sua participação na pesquisa, nos termos da Resolução 466/2012 - CNS.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494 e-mail: coep@utfpr.edu.br

D) CONSENTIMENTO (do participante de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimentos e indenizações relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome completo: _____
 RG: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Telefone: _____
 Endereço: _____ C
 EP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: _____ Data: _____

 (ou seu representante)

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com _____, via e-mail: _____ ou telefone: _____.

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao participante da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TRABALHADORES

Título da pesquisa: Percepção Ambiental da Comunidade na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa- Pato Branco.

Pesquisadora:

Adrieli Signorati.

Orientador ou outro profissional responsável:

Fernando Campanha Bechara.

Local de realização da pesquisa: Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o entorno do Parque Estadual Vitório Piassa,

Endereço, telefone do local: Via do Conhecimento, Km, 1, CEP 85.503-390. Fone: (46) 3220-2608.

E) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

17. Apresentação da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa sobre Percepção Ambiental da comunidade da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa. A pesquisa sobre percepção ambiental é muito importante, sendo que na maioria dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação tem esse item em sua estrutura, servindo como importante instrumento de gestão e permitindo identificar quais os possíveis usos dessas áreas.

18. Objetivos da pesquisa: Diagnosticar a percepção ambiental da comunidade do entorno do PEVP e os atores sociais envolvidos, definindo assim os possíveis impactos positivos e negativos destes no Parque.

19. Participação na pesquisa: Ao participar deste estudo você responderá a um questionário estruturado sobre o tema de pesquisa. Você será solicitado a fornecer informações de natureza socioeconômica, bem como sua percepção sobre o Parque Estadual Vitório Piassa. Porém você não precisará fornecer seu nome ou qualquer outro dado de sua informação. Suas respostas não serão objeto de avaliação quanto a acerto ou erro. Não existem respostas erradas para as questões. As perguntas serão feitas diretamente pela pesquisadora e serão anotadas no ato pela pesquisadora. O tempo necessário para completá-los é de aproximadamente 5 minutos.

20. Confidencialidade: Os dados fornecidos serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa e estarão protegidos pelo sigilo. Apenas os pesquisadores terão acesso aos questionários.

21. Riscos e Benefícios.

5a) Riscos: O único risco de sua participação na pesquisa é de sentir algum constrangimento ao responder o questionário. Caso isso aconteça, você pode interromper o preenchimento, sem nenhum problema.

5b) Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, os resultados ajudaram para a elaboração do Plano de Manejo do Parque, sendo que um Parque bem manejado propicia espaços de lazer para a comunidade, contribui para a qualidade de vida e do ar.

22. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Maiores de 18 anos, de ambos os sexos, que trabalham nas empresas da indústria, do comércio ou de serviços localizadas na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Vitório Piassa.

6b) Exclusão: Serão excluídos desse grupo cegos e deficientes auditivos.

23. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo: Você tem a liberdade de não participar e pode, ainda, caso concorde em participar, interromper sua participação em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo. Você tem a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre o estudo contatando Adrieli Signorati por meio do endereço eletrônico adrielisignorati@hotmail.com

Assinale uma das opções abaixo para receber ou para não receber os resultados da pesquisa, conforme seu interesse:

() Quero receber os resultados da pesquisa. Favor enviar para o e-mail: _____
 () Não quero receber os resultados da pesquisa.

24. Ressarcimento e indenização: Sua participação na pesquisa não envolve qualquer dispêndio financeiro ou material de sua parte. Mas você tem o direito de ser indenizado por qualquer dano que, comprovadamente, seja decorrente de sua participação na pesquisa, nos termos da Resolução 466/2012 - CNS.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que estão trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4494 e-mail: coep@utfpr.edu.br

F) CONSENTIMENTO (do participante de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimentos e indenizações relacionados a este estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome completo: _____
 RG: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Telefone: _____
 Endereço: _____ C
 EP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: _____ Data: _____

 (ou seu representante)

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com _____, via e-mail: _____ ou telefone: _____.

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao participante da pesquisa.

APÊNDICE 4**QUESTIONÁRIO**

1. Sexo: 1() Masculino 2() Feminino

2. Idade:_____

3. Profissão:

1. () Assalariado Cargo:_____ (opcional)
2. () Agricultor
3. () Autônomo
4. () Técnico Administrativo
5. () Professor
6. () Estudante

4. Aonde você reside?

1. () Zona rural de Pato Branco
2. () Outros municípios
3. () Zonal urbana de Pato Branco

5. Grau de Escolaridade:

1. () Ensino Fundamental incompleto
2. () Ensino Fundamental completo
3. () Ensino Médio incompleto
4. () Ensino Médio completo
5. () Ensino Superior incompleto
6. () Ensino Superior completo

6. Renda familiar:

1. () Até 1 salário mínimo (R\$ 937,00)
2. () De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 937,00 até R\$ 1.874,00)
3. () De 2 a 4 salários mínimos (R\$ 1.874,00 até R\$ 3.748,00)
4. () De 5 a 10 salários mínimos (R\$ 4.685,00 até R\$ 9.370,00)
5. () De 10 a 15 salários mínimos (de R\$ 9.370,00 até R\$ 14.055,00)
6. () De 15 a 20 salários mínimos (de R\$ \$ 14.055,00 até R\$18.740,00)
7. () Acima de 20 salários mínimos (R\$ 18.740,00 ou mais)

7. Você se preocupa com meio ambiente?

- () Sim () Indeciso () Não
1 2 3

8. Você acha importante o contato com a natureza?

- () Sim () Indeciso () Não
1 2 3

9. Você tem um bom conhecimento sobre o meio ambiente?

- () Sim () Indeciso () Não
1 2 3

10. Em média, quantas vezes por mês você costuma visitar florestas naturais?

Nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes 4 vezes

11. Com que frequência você ouve falar em Parques Estaduais?

Nunca Raramente Frequentemente
1 2 3

12. O Parque Nacional, Estadual ou Municipal é uma área de proteção da natureza. Diante disso, responda:

12.1 Que nota você dá para a importância do lazer nessas áreas?

0 1 2 3 4

12.2 Que nota você dá para a importância da Educação Ambiental nessas áreas?

0 1 2 3 4

12.3 Que nota você dá para a importância de estudos e pesquisas nessas áreas?

0 1 2 3 4

13. Você tem conhecimento sobre a criação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?

Sim Não
1 2

14. Você concorda com a implantação do Parque Ambiental Vitório Piassa na cidade de Pato Branco?

Sim Indeciso Não
1 2 3

15. Você sabia que o “Parque Ambiental” Vitório Piassa de acordo com a legislação se chama “Parque Estadual” Vitório Piassa?

Sim Não
1 2

16. Em média, quantas vezes por mês, você pretende visitar o parque?

Nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes 4 vezes

17. Qual valor de entrada você pagaria para entrar no Parque?

0 2 reais 5 reais 8 reais 10 reais

18. Você acha importante encontrar paz e tranquilidade no Parque?

Sim Indeciso Não
1 2 3

19. Você acha interessante a observação das plantas e animais dentro do Parque?

Sim Indeciso Não
1 2 3

20. Você acha importante a prática de esportes no Parque?

Sim Indeciso Não
1 2 3

21. O Parque Vítório Piassa apresenta focos de lixo, corte de árvores, incêndios, caça e pesca. Você está preocupado com isso?

Sim Indeciso Não
1 2 3

22. Os vizinhos podem prejudicar os recursos naturais do Parque?

Sim Indeciso Não
1 2 3

23. Você aprova as construções realizadas dentro do Parque?

Sim Indeciso Não
1 2 3

24. O Parque está localizando em frente a Universidade Tecnológica Federal do Paraná-(UTFPR). Diante disso, responda:

24.1 A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside no seu entorno?

Sim Indeciso Não
1 2 3

24.2 A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outros bairros urbanos de Pato Branco?

Sim Indeciso Não
1 2 3

24.3 A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em zona rural de Pato Branco?

Sim Indeciso Não
1 2 3

24.4 A localização do Parque atenderá as necessidades de quem reside em outras cidades?

Sim Indeciso Não
1 2 3

25. O Parque poderá ser considerado o cartão de visita da cidade de Pato Branco?

Sim Indeciso Não
1 2 3